



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

HUGO DAMASCENO DE ARAUJO

UM GRITO NA TERRA:

A emergência de um movimento para a transição na Associação das Entidades de Feira de Santana - ADEFS. (1980-1985)

FEIRA DE SANTANA

2018

HUGO DAMASCENO DE ARAÚJO

UM GRITO NA TERRA:

A emergência de um movimento para a transição na Associação das Entidades de Feira de Santana - ADEFS. (1980-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do grau de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto.

FEIRA DE SANTANA

2018

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

A689g Araujo, Hugo Damasceno de
Um grito na terra: a emergência de um movimento para a transição na
Associação das Entidades de Feira de Santana – ADEFS (1980-1985) /
Hugo Damasceno de Araujo . - 2018.
116 f.

Orientador: Eurelino Teixeira Coelho Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. Movimentos sociais – Feira de Santana (BA). 2. Associação das
Entidades de Feira de Santana (ADESF) – 1980-1985. 3. *O Grito da Terra*
(jornal). I. Coelho Neto, Eurelino Teixeira, orient. II. Universidade
Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 304(814.22)“1980-1985”

HUGO DAMASCENO DE ARAÚJO

UM GRITO NA TERRA:

A emergência de um movimento para a transição na Associação das Entidades de
Feira de Santana - ADEFS. (1980-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do grau de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto.

Dissertação defendida e aprovada em 03 de agosto de 2018.
Banca examinadora:

Prof. Doutor Eurelino Teixeira Coelho Neto (Orientador)

Prof. Doutor Igor Gomes Santos

Prof. Doutor Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira

FEIRA DE SANTANA

2018

RESUMO

O objeto de investigação desta pesquisa é a trajetória da Associação das Entidades de Feira de Santana (ADEFES), entidade que reuniu na década de 1980 diversas organizações de trabalhadores e outros grupos que compunha a sociedade feirense, tais como associação de moradores e agremiações estudantis. Realizou-se a análise de algumas edições do jornal *O Grito da Terra* e dos documentos internos da ADEFES, que permitiram identificar o projeto que a organização defendia para o país; além de identificar a contribuição da associação para as lutas sociais em Feira de Santana e região. O referencial metodológico passou pela tentativa de analisar dialeticamente o objeto. Foram realizadas entrevistas com o professor José Carlos Barreto de Santana e com o Sr. Edvaldo Rios, presidente da Associação dos Moradores da Rua Nova (AMORUN) e integrantes da ADEFES durante o recorte temporal desta pesquisa. O levantamento bibliográfico auxiliou a situar a ADEFES no processo do acirramento das lutas sociais no contexto histórico brasileiro. O confronto destas fontes com as teses sobre a ascensão política da classe trabalhadora permitiu verificar em que medida as mesmas se aplicam ao caso da ADEFES e da classe trabalhadora feirense. Este esforço de síntese apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o movimento social que organizou, no início da década de 1980, o jornal *O Grito da Terra* e a ADEFES para gerir o jornal. O terreno histórico no qual o movimento se organizou foi marcado por intensas lutas sociais a nível nacional e internacional, que ofereceram as condições para a sua organização e lhe demarcaram os sentidos. Posteriormente, se questiona sobre unidade e diversidade no interior do movimento, considerando o seu projeto, as suas contradições internas e as lutas às quais deu visibilidade e travou. O primeiro capítulo é uma tentativa de situar o terreno histórico em que o jornal *O Grito da Terra* e a ADEFES foram organizados. O segundo capítulo é uma tentativa de captar o sentido do diagnóstico da sociedade brasileira, do projeto, dos conflitos internos e das lutas do movimento.

Palavras-chave: Movimento social, Lutas sociais, Organizações Sociais em Feira de Santana 1980-1985.

ABSTRACT

The object of investigation this research is the trajectory of the Association of Entities of Feira de Santana (ADEFES), entity that gathered in the decade of 1980 several organizations of workers and other groups that made up the society of Feirense, such as association of residents and student associations. Some editions of the newspaper *O Grito da Terra* and the internal documents of ADEFES were analyzed, which allowed to identify the project that the organization defended for the country; besides identifying the contribution of the association for the social struggles in Feira de Santana and region. The methodological reference was the attempt to analyze the object dialectically. Interviews were conducted with Professor José Carlos Barreto de Santana and with Mr. Edvaldo Rios, president of the Association of New Street Residents (AMORUN) and members of ADEFES during the temporal cut of this research. The bibliographic survey helped to situate ADEFES in the process of intensifying social struggles in the Brazilian historical context. The confrontation of these sources with the theses on the political ascent of the working class allowed to verify to what extent they apply to the case of ADEFES and the working class of Feirense. This synthesis effort presents the results of a research on the social movement that organized the newspaper *O Grito da Terra* and ADEFES in the early 1980s to manage the newspaper. The historical terrain on which the movement was organized was marked by intense social struggles at national and international level, which provided the conditions for its organization and demarcated the senses. Subsequently, questions about unity and diversity within the movement, considering its project, its internal contradictions and the struggles to which it gave visibility and caught. The first chapter is an attempt to situate the historical ground on which the newspaper *O Grito da Terra* and ADEFES were organized. The second chapter is an attempt to capture the sense of the diagnosis of Brazilian society, of the project, of the internal conflicts and of the struggles of the movement.

Keywords: Social movement, Social struggles, Social Organizations in Feira de Santana 1980-1985.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	
A ORGANIZAÇÃO DO JORNAL <i>O GRITO DA TERRA</i> E DA ADEFS.....	23
1.1 A ASCENSÃO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES E DOS INTELECTUAIS VINCULADOS À CLASSE	23
1.1.1 A organização da Associação dos Moradores da Rua Nova (AMORUN) e da Associação Comunitária do Jardim Cruzeiro.....	29
1.1.2 O Lançamento de <i>O Grito da Terra</i> a construção da ADEFS.....	35
1.1.2.1 Porque uma frente ampla?.....	40
1.1.2.2 O movimento e os sujeitos que criaram a ADEFS e <i>O Grito da Terra</i> ..	42
1.1.3 A Ampliação e a complexificação do movimento popular em Feira de Santana e região.....	48
1.2 A EXPANSÃO CAPITALISTA NA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA.....	49
1.3 A ADEFS, A ASCENSÃO DAS LUTAS SOCIAIS EM FEIRA, NO BRASIL E NA PERIFERIA DO CAPITALISMO MUNDIAL, A CRISE DA DITADURA MILITAR E A ABERTURA POLÍTICA.....	51
1.3.1 Novas possibilidades em meio à velha repressão: A ADEFS e as ambiguidades da abertura	58
CAPÍTULO II	
O PROJETO DA ADEFS, SEUS CONFLITOS INTERNOS E SUAS LUTAS....	69
2.1 O DIAGNÓSTICO DA REALIDADE BRASILEIRA E FEIRENSE.....	69
2.2 O PROJETO	75
2.3 OS CONFLITOS INTERNOS.....	95
2.4 AS LUTAS.....	99
2.4.1 As lutas dos povos negros.....	108
2.4.2 As lutas das mulheres.....	110
2.4.3 As lutas dos povos indígenas.....	112
2.4.4 O sentido das lutas.....	112
2.4.5 A ADEFS e a revolução brasileira.....	112
CONCLUSÃO.....	114
REFERÊNCIAS	118

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a feitura deste trabalho, mas agradeço inicialmente à minha mãe Antonieta que, infelizmente, não está mais entre nós. Ela me colocou no caminho, ao me ensinar que deveria dar valor ao conhecimento e não aos bens materiais. Como se não bastasse, ela foi minha segunda professora, já que minha avó Cota foi a primeira. A ela também um agradecimento póstumo especial.

À Simone, minha companheira nos últimos 22 anos, meu filho Ariel e minha filhinha Aira, ninguém mais do que elas e ele sofreu com as diversas quedas que tomei durante o curso.

Ao meu pai Pedro, meus irmãos Hélio e Hamilton e minhas irmãs Meirivânia e Mauracy pelo amor e carinho que recebi de todos.

À minha família de santo, em especial à minha Mãe Graça de Nanã e ao meu pai Gersino de Logunedé.

Ao Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (Labelu) por me ter formado historiador, pela experiência rica de debates que me acompanharam dos primórdios de construção do projeto de pesquisa até quase o seu final.

À Andrei Valente, Luãn e Júnior companheiros labelúdicos na jornada do mestrado. Muito obrigado, meninos!

Ao irmão de caminhada Diêgo Carvalho pelo incentivo e apoio em todas as fases da pesquisa, desde a leitura do primeiro esboço de projeto.

À boa vontade do professor José Carlos Barreto de Santana e do Senhor Edvaldo Rios pelas entrevistas e pelo apoio ao trabalho como um todo.

Ao sofredor professor Eurelino Coelho pelos ensinamentos os quais tentei seguir. Poucos ficaram angustiados como ele com o meu sofrimento no mestrado.

Ao casal João Rocha e Elizete pela torcida para que tudo corresse bem na pesquisa e na vida, grande abraço!

Ao meu primeiro orientador Clóvis Ramaiana, pela paciência e pela franqueza com que me devolvia suas impressões a respeito do que eu produzia.

A Alexandra Carvalho e Roberto Coutinho pelas correções sugeridas ao texto.

Ao doutor Ricardo Chequer Chemas pelo cuidado paternal e pela imensa sabedoria de médico amante da História.

Por fim, mas não menos importante agradeço ao meu pai Oxóssi, a minha mãe Oxum e ao meu pai Oxalá, donos da minha cabeça, do meu ori, e a todos os orixás pela vontade dos quais foi possível a realização deste trabalho. Ao pai Ogum, por quem fui escolhido para a guerra. Ao pai Sultão das Matas pelo cuidado amoroso e firme. A Mojubá que um dia me chamou de “meu doutor”.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa começou de uma forma despretensiosa e como resultado de uma auto-crítica em relação à busca de objetos de pesquisa extraordinários. Eu era parte integrante do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das lutas sociais (Labelu) da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, havia abandonado um objeto de pesquisa e Andrei Valente me apresentou à Associação das Entidades de Feira de Santana – ADEFS, como possibilidade de reconstruir um pouco da experiência dos trabalhadores feirenses na década de 1980. Então, aderi à ideia depois de alguma hesitação. As questões iniciais que orientaram a pesquisa foram as seguintes: qual o projeto que a ADEFS defendia para o Brasil? Qual a composição social da entidade? Qual a repercussão das atividades da associação no âmbito da classe trabalhadora feirense? Qual a relação da ADEFS com o contexto de acirramento das lutas sociais no Brasil? Qual a contribuição da ADEFS para as lutas sociais em Feira de Santana? Como os grupos sociais dominantes reagiram à organização e atuação da entidade?

Mas confesso que fui para as fontes sem hipóteses, tentei abordar cada documento numa perspectiva crítica e aberta no sentido de compreender a totalidade da história da entidade. A pesquisa foi dolorosa, aos poucos as tentativas de síntese faziam aparecer no papel as minhas próprias limitações. Durante o curso de Mestrado, enfrentei várias dificuldades, as quais serviram como trampolins para novas aprendizagens no curso da vida e no ambiente acadêmico. Por fim, aos “trancos e barrancos” consegui dar um formato final para o texto da dissertação.

O objeto de investigação desta pesquisa é a trajetória da Associação das Entidades de Feira de Santana (ADEFS), entidade que reuniu na década de 1980 diversas organizações de trabalhadores feirenses, associação de moradores e agremiações estudantis, e que atuou na defesa da construção de uma organização dos subalternos que se pretendia autônoma e de um projeto de nação “democrática” e “independente”.

Podemos encontrar indícios deste caráter de atuação no quarto item da carta de princípios do jornal *O Grito da Terra* segundo o qual o mesmo visava: “apoiar o movimento dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação nacional e social”.¹

O Grito da Terra foi fundado em dezembro de 1981 pela reunião de 29 entidades. Segundo a sua carta de princípios, procurava ser um periódico independente que auxiliasse ao público a se posicionar criticamente e favorecesse o debate e o confronto de ideias. Em setembro de 1982, o jornal passou a ser coordenado pela ADEFS, fundada em julho do mesmo ano. Este periódico foi importante para esta pesquisa por se tratar de um corpo documental significativo, por ser porta voz dos interesses dos sujeitos que compuseram a ADEFS, tentando convencer a sociedade da sua maneira de ler o mundo.

É no contexto de ascensão das lutas sociais e de redemocratização da sociedade brasileira que a ADEFS foi criada. Isso nos remete à ditadura militar e não está dissociado das mudanças nas relações capitalistas que ocorreram no país na segunda metade do século XX, trazendo conseqüências para os trabalhadores.

Conforme Virgínia Fontes, o contexto do pós Segunda Guerra Mundial no Brasil foi marcado pela “expansão do conjunto das relações sociais capitalistas”.² Para além da industrialização e da concentração de capitais induzidas pelo Estado, é preciso considerar, dentre outros fatores, o deslocamento de populações expropriadas, processo intensificado com o Golpe de Estado e o advento da ditadura militar em 1964.

O regime militar no Brasil abriu caminho, segundo a autora, para uma expressiva expansão de organizações da sociedade civil que representavam os interesses dos diversos segmentos dos grupos sociais dominantes e, por outro lado, criminalizou as organizações populares e estrangulou as suas vias de crescimento, gerando uma enorme disparidade, também em termos organizativos, entre os grupos dominantes e a classe trabalhadora no período. Este quadro só viria a se

¹ Carta de Princípios do jornal *O Grito da Terra*. Ano I – Nº 1 – Dez/ 1981 – p. 2.

² FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. – 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010, p. 218.

alterar nas décadas de 1970 e 1980³ com a intensificação das lutas sociais no cenário Nacional.

Não podemos desconsiderar que estas lutas, que emergiram em meio a duros golpes, são tributárias, como assinala Igor Gomes Santos, do “aprendizado de luta da classe trabalhadora dos períodos anteriores”,⁴ das lutas das organizações clandestinas e da experiência de outros agrupamentos políticos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Durante o regime militar o Estado brasileiro, atendendo aos interesses da burguesia nacional e do capital monopolista estrangeiro, deu início ao projeto de desconcentração da indústria no país. Feira de Santana esteve inserida neste processo como infere Igor Gomes Santos:

Feira de Santana era um local especial para tal projeto e assim se preparou para recebê-lo. Em 1968, foi aprovada a construção de um centro industrial que viria a se chamar Centro Industrial do Subaé (CIS), com infra-estrutura garantida e apoio municipal nas isenções fiscais.⁵

Na década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, Feira de Santana desenvolve um processo de crescimento industrial. Intensificam-se os conflitos intra-classe dominante na disputa pela hegemonia política, e, nas palavras de Santos, “formaram-se neste período diversos organismos, civis e estatais, que tentaram se encarregar da capacitação dos trabalhadores à nova situação de Feira de Santana”.⁶ Neste sentido, foram fundados o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) e o Serviço de Integração do Migrante (SIM), atendendo aos apelos dos grupos sociais integrados à industrialização.

O crescimento da indústria em Feira de Santana foi acompanhado da chegada de novas levas de migrantes, que provocaram profundo incremento da população feirense. Em 1970, quando da fundação do Centro Industrial do Subaé –

³ Idem. p. 219

⁴ SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de Santana – Bahia. (1979-2000)*. Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado em História), 2007. SANTOS (2007). p. 26.

⁵ Idem. p. 45.

⁶ Idem. p. 45.

CIS, a cidade possuía 131.707 habitantes, em 1991, atingiu uma população de 348.973 moradores.⁷

Essas mudanças reverberariam também em um forte setor da economia do município, o comércio, que ganhou um novo impulso com a industrialização, empregando um número cada vez maior de trabalhadores. As transformações ocorridas na cidade reverberaram no campo político, onde, segundo Igor Santos:

Tentava se consolidar em Feira de Santana uma nova hegemonia, que colocasse um obstáculo ao domínio agro-mercantil nas relações sociais feirenses. Este projeto foi expresso na insistente proposição pelos políticos da ARENA na eleição de João Durval, considerado como o político da industrialização feirense, em oposição aos políticos do PSD, considerados como os representantes das elites rurais.⁸

O governo de João Durval no município e o projeto de hegemonia que o mesmo implementou são objetos de estudo do trabalho de Diego Carvalho Corrêa, que afirma que este projeto não foi apenas industrial, urbano ou comercial, mas global, atingindo setores como a higienização, a imposição de padrões morais – a exemplo do combate à prostituição – as obras públicas, como a ampliação de bairros, o sistema de abastecimento de água e energia, a telefonia, a chegada da primeira escola superior, a aprovação da lei de criação da Universidade de Feira de Santana e o desenvolvimento de programas de moradias populares. O sentido político do projeto de “modernização” foi analisado por Corrêa da seguinte forma:

Com os elementos discursivos e as obras relacionadas à urbanização, os grupos locais no poder buscavam a hegemonia, pelo consenso e coerção sob um Estado em ditadura civil/militar, que reprimia qualquer suspeição de oposição por parte dos trabalhadores que ameaçasse as bases das classes dirigentes no país. Como consequência foram censurados vários mecanismos políticos de participação popular.⁹

⁷ SANTOS, op. cit., p. 51.

⁸ SANTOS, op. cit., p. 50.

⁹ CORRÊA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para a cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971)*. Feira de Santana: UEFS (Dissertação de Mestrado em História), 2011, p. 77.

As mudanças ocorridas na cidade, como o incremento industrial e o crescimento populacional, não foram acompanhadas da viabilização de uma infraestrutura urbana que atendesse à população, em especial à massa crescente de trabalhadores. Nesse sentido, Igor Santos aponta que a lenta e incompleta expansão por parte do Estado dos serviços públicos de transporte coletivo, saúde, educação, energia e água saneada e tratada para a população causou descontentamentos e conflitos sociais.¹⁰ Rossine Cruz, por sua vez, sustenta “que o crescimento econômico de Feira, apesar de dinamizar a economia regional, não foi suficiente para trazer proporcionais benefícios sociais para a sua população.”¹¹ O que provocou um agravamento das desigualdades sociais.

Como preconizou Virgínia Fontes a nível nacional, processou-se a expansão do conjunto das relações sociais capitalistas em Feira de Santana, com a conseqüente ampliação das desigualdades e intensificação das lutas sociais.

Neste cenário foi organizada a Associação de Entidades de Feira de Santana (ADEFES), em julho de 1982, pelas mesmas entidades que lançaram o jornal *O Grito da Terra* e mais duas organizações que passaram a assinar a carta de princípios do periódico. Assim, compunham o coletivo militantes de diversos partidos políticos, movimentos sociais e lideranças de diferentes orientações ideológicas. Em setembro do mesmo ano, a ADEFES passa ao controle do jornal *O Grito da Terra*.

Além de assumir o periódico, a entidade deveria promover eventos que “ajudem na compreensão da realidade sócio-econômica, contribuir com a preservação da cultura popular e defender a democracia e os direitos humanos em toda a sua plenitude, contribuindo com a implantação da justiça social”.¹²

A ADEFES se estrutura no contexto de redemocratização do país, quando da crise da ditadura civil-militar. Insere-se, pois, em um movimento de crescente organização da classe trabalhadora brasileira, que tem como expoentes mais significativos o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores

¹⁰ SANTOS, op. cit., p. 51-52.

¹¹ CRUZ, Rossine Cerqueira da. *A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Tese de doutorado. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999, p. 4.

¹² Fundada a ADEFES. *Jornal O Grito da Terra*. Julho de 1982, p. 4.

(CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).¹³ A ADEFS e o jornal *O Grito da Terra* são semeados no terreno histórico “de intensas lutas de classes explícitas e claramente organizadas em âmbito nacional”.¹⁴

Esta entidade representou uma experiência particular de organização de moradores, setores estudantis e da classe trabalhadora feirense, por isso uma das questões iniciais que orientaram o estudo foi a de saber se a ADEFS contribuiu para uma atuação dos trabalhadores nas lutas pela democratização do país e pela participação política das camadas populares, que se constituíam em objetivos da instituição.¹⁵

Para a ADEFS, a falta de participação política das camadas populares estava diretamente relacionada ao processo de aumento das desigualdades sociais, que coincide com a descrição da carta de princípios de *O Grito da Terra*. Coube perguntar se a situação das “massas trabalhadoras” no país no início da década de 1980 refletia um quadro tão calamitoso. Senão vejamos:

Considerando a progressiva situação de empobrecimento e de miséria em que se encontram os diversos setores da sociedade brasileira – principalmente as massas trabalhadoras – expressa esta situação através da perda gradativa do valor real dos salários e do poder aquisitivo, do baixo padrão de vida, da favelização de todas as médias e grandes cidades, do aumento do desemprego e do subemprego, das precárias condições alimentares e de saúde da maioria da população, da constante degradação do sistema educacional, do acelerado processo de concentração de terra e expulsão do homem do campo, da crescente marginalização social em todos os níveis.¹⁶

Portanto, a ADEFS procurou refletir sobre a conjuntura nacional, traçando em sua avaliação um cenário desolador para as “massas trabalhadoras”. É sobre essa avaliação que a organização vai procurar articular as suas lutas na cidade. A importância dessa entidade e do seu jornal os fez figurar em alguns estudos sobre a classe trabalhadora e suas organizações em Feira de Santana. É o caso, por

¹³ Para saber mais sobre o movimento crescente de organização da classe trabalhadora no período ver: FONTES, op. cit., p. 233.

¹⁴ Idem. p. 233/234.

¹⁵ Editorial do jornal *O Grito da Terra*, ano 1, nº 1, dez./ 1981, p.2.

¹⁶ Jornal *O Grito da Terra*, ano 1, nº 1, dez./ 1981, p.2.

exemplo, do trabalho de Manuela Muniz,¹⁷ que analisa a experiência da classe trabalhadora feirense, e do trabalho de Igor Gomes Santos,¹⁸ dedicado ao estudo da formação do Partido dos Trabalhadores e da sua inserção no âmbito da classe trabalhadora na cidade. Havia, porém, muito mais questões a serem levantadas, uma vez que inexistia um estudo dedicado exclusivamente à análise da trajetória da entidade, fator que colocava na penumbra do desconhecimento valiosas experiências dos trabalhadores feirenses.

Uma das fontes de onde foi possível depurar o projeto que a ADEFS defendia para os trabalhadores e para o país diz respeito ao jornal *O Grito da Terra*. Na sua carta de princípios e no editorial, constantes da primeira edição, ficam claras as intenções do periódico. Na edição que anuncia o lançamento da entidade, delimita-se a função que esta se propunha a exercer.

Conforme desenvolvido anteriormente, é no contexto da expansão das relações sociais capitalistas no Brasil, com a adoção da política de desconcentração da indústria a nível nacional e a ampliação das organizações da sociedade civil ligadas aos grupos sociais dominantes, no cerne das lutas pela redemocratização do país, no qual Feira de Santana expandiu a indústria, e as suas relações comerciais e incrementou significativamente a sua população, que se sentiu a necessidade de organizar a ADEFS, em meio ao processo de crescente organização da classe trabalhadora brasileira.

Percebe-se que a ADEFS figura em alguns estudos sobre a classe trabalhadora em Feira de Santana como os de Igor Gomes Santos e Manuela Muniz, porém de forma secundarizada. Mesmo nestas pesquisas, inexistia uma abordagem que colocasse a análise da trajetória desta instituição no centro das preocupações, conteúdo proposto por esta pesquisa. Além disso, é fato que estes estudos abordaram apenas tangencialmente a ADEFS, e, por isso não deram conta de

¹⁷ MUNIZ, Manuela da Silva. *Em busca da experiência: paternalismo, lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)*. Dissertação de Mestrado – Feira de Santana: UEFS, 2011.

¹⁸ SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de Santana – Bahia. (1979-2000)*. Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado em História), 2007.

importantes experiências de luta dos setores sociais subalternos na cidade e na região.

As preocupações de Manuela Muniz giram em torno dos conflitos gerados no interior da ADEFS e de *O Grito da Terra* pelas disputas e condução das lutas dos trabalhadores entre integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Movimento de Organização Comunitária (MOC), e os petistas-cutistas e da dificuldade em aproximar a atuação da entidade e dos seus periódicos, dos trabalhadores feirenses.

Muniz aborda no Jornal, o apoio que ele recebeu de entidades do Canadá e da Bélgica, assim como os principais temas tratados pelo mesmo. Fala do esforço dos editores do jornal para aproximá-lo da cultura popular e levanta indícios de um repensar constante do periódico para que ele atendesse à função de formar uma consciência política do trabalhador.

No item “*jornal popular?*” Muniz delinea a dificuldade reconhecida pelos próprios editores d’*O Grito da Terra* em atingir as camadas mais simples dos trabalhadores, dificuldade esta atribuída pelos editores ao problema de se encontrar uma linguagem adequada, à falta do hábito de ler jornais entre as camadas populares e, finalmente, à falta de participação de algumas entidades que assinaram a iniciativa.

Entretanto, em avaliação posterior, a própria ADEFS admitiria que *O Grito da Terra* estava restrito à classe média. Conclui Manuela Muniz que, mesmo com os esforços de aproximação com entidades de comunicação popular, o jornal sofreu esvaziamento. A autora explica que, nas avaliações feitas em 1987, a linguagem utilizada no jornal era muito rebuscada e que as matérias eram longas para um periódico que se pretendia popular. Apesar disso, tira-se o encaminhamento de que o jornal deveria continuar sendo editado.

Assim, a autora aponta que *O Grito da Terra* não teria conseguido superar as divergências político ideológicas no seio de uma mesma classe, seguindo o resultado da segunda avaliação feita pela ADEFS, que optou pela manutenção do jornal com o argumento de que houve aproximação com os movimentos populares e impulso às lutas dos trabalhadores. Não havia, porém, um esforço de análise desta

aproximação com os movimentos populares e do impulso que o jornal teria dado à luta dos trabalhadores.

A preocupação central do estudo de Igor Gomes dos Santos quando trata do jornal *O Grito da Terra* e da ADEFS é de analisar a participação do Partido dos Trabalhadores naqueles espaços organizativos, uma vez que o principal objetivo do autor é verificar a atuação do PT no âmbito da classe trabalhadora feirense, conforme citado anteriormente.

Uma constatação comum a Muniz e a Santos diz respeito à dificuldade de *O Grito da Terra* em alcançar os grupos subalternos por diferentes motivos, o que teria, segundo avaliação da própria ADEFS, distanciado o jornal do público alvo definido.

Por não ter sido a trajetória da ADEFS o centro das preocupações do estudo de Manuela Muniz e do trabalho de Igor Gomes Santos, questões cruciais ficam de fora das suas abordagens, como a análise da repercussão da atuação da ADEFS no âmbito da classe trabalhadora.

Fizemos referência e mantivemos longo diálogo com os trabalhos de Muniz e Santos, pois eles são os que mais se aproximam do nosso recorte e objeto. Isso, porém, não significa que outros estudos sobre trabalhadores não tenham sido realizados. Portanto, não estamos tratando da falta de estudos sobre trabalhadores, mas sim de uma lacuna na abordagem sobre uma trajetória específica: a ADEFS e o seu jornal.

O estudo da ADEFS lançou luz sobre o processo de ascensão da classe trabalhadora feirense a um lugar político de destaque. A partir deste ponto de vista, foi possível testar o alcance de teses que versam sobre este processo a nível nacional, o que torna relevante a contribuição deste projeto para a ampliação do conhecimento histórico sobre os movimentos sociais em Feira de Santana no contexto da redemocratização.

A opção de recorte temporal de 1981 a 1985 vai do lançamento de *O Grito da Terra* ao ano em que cessou a ditadura militar, como marco do início da desestruturação do movimento.

Este trabalho não perde de vista o conceito de lutas sociais que nos permite dar conta da relação dialética entre as classes sociais. Edward Palmer Thompson

em seu clássico estudo intitulado “A Formação da Classe Operária Inglesa” ao definir classe, infere que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.¹⁹

Assim, o autor conclui que a experiência de classe como prática, é determinada pelas relações de produção à medida que a consciência, ou seja, os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos para as suas experiências não sofre esta determinação.

Uma contribuição advém dos escritos do pensador italiano Antonio Gramsci e das coordenadas que oferece para o estudo dos grupos sociais subalternos, ao afirmar que a “história dos grupos sociais subalternos é desagregada e episódica”²⁰ e que apesar de existir uma tendência à unificação “esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes”.²¹ Assim, levando em consideração a relação dialética entre as classes sociais, o autor afirma que “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação”.²²

Gramsci destaca para o estudo das organizações dos subalternos a necessidade de se analisar a repercussão da atuação destas entidades sobre os mesmos além das consequências das ações dos grupos sociais dominantes sobre estas entidades, que é um dos principais fatores causadores do caráter desagregado e episódico das organizações dos subalternos.

Conforme apresenta Gramsci uma diretriz de pesquisa deve valorizar a tentativa de ação independente dos trabalhadores, justamente por sofrerem continuamente com a ação dos grupos sociais dominantes. Portanto, a ADEFS

¹⁹ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. V. 1. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

²⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 5. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 135.

²¹ Idem.

²² Ibidem.

surge como uma porta importante para compreender aspectos da experiência dos trabalhadores, suas lutas e tentativas de organização.

Nesse sentido, Gramsci ressalta de maneira central a valorização das iniciativas autônomas dos trabalhadores, mas, sem perder de vista a ação do Estado. Tal temática é cara à história da classe trabalhadora brasileira. Neste sentido, algumas teses gerais, foram construídas sobre a ascensão da classe trabalhadora e sua relação com o Estado.

Os trabalhos que abordam este processo no âmbito da sociologia, valem-se da categoria do populismo, segundo a qual as “classes populares” ou as “massas” teriam se constituído sob forte manipulação do Estado. Ainda que esta manipulação tenha sido obrigada a atender a interesses dos trabalhadores, sujeitos importantes para a concretização deste feito. Assim, tendo como principal expoente Francisco Weffort em sua obra *O populismo na política brasileira*, esses trabalhos oferecem uma possibilidade de interpretação que merece uma atenção mais detida.

Outra tese que merece atenção foi construída por Ângela de Castro Gomes em seu texto *A Invenção do Trabalhismo*²³ e partilhada por outros autores como Jorge Ferreira em *O Imaginário Trabalhista*, ao definir que a constituição da classe trabalhadora na arena política deu-se sob um “*pacto*” entre a classe trabalhadora e o Estado retroalimentado pela doação da legislação trabalhista por parte do segundo e pela gratidão da primeira, que teria recebido esta legislação como dádiva. Estas obras privilegiam um recorte temporal diferente do adotado nesta proposta de pesquisa, mas a referência a elas tem em vista as abordagens teórico-metodológicas construídas pelas mesmas, ou seja, a relação entre a ação dos trabalhadores e os grupos sociais dominantes alocados no Estado, que gerou influência e provocou polêmicas e debates. As influências e continuidades reverberam-se na obra de outros autores como o já citado Jorge Ferreira, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes²⁴. Em seus estudos, as lutas dos trabalhadores aparecem entrelaçadas ao tema da cidadania.

²³CASTRO, Ângela Maria de. *A Invenção do Trabalhismo*. – 3ª. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

²⁴ Ver as obras *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho e O Brasil Republicano*.

Nos diferimos destes estudos, sobretudo o de Ângela Gomes²⁵ e dos autores que privilegiam o tema da cidadania, por procurarmos a mediação entre a ação autônoma dos trabalhadores, portanto, não reduzida à sua inserção pelo Estado, e sua relação com os grupos dominantes e o Estado. Reconhecemos que estes estudos são marcados pelo recurso empírico, residindo aqui uma das suas qualidades, a qual seguimos nesta pesquisa.

Por fim, a tese construída por Marcelo Badaró Mattos busca demonstrar com “*Greves, Sindicatos e Repressão Policial no Rio de Janeiro (1954-1964)*”, que a classe trabalhadora constituiu-se na luta social e que este processo foi mais conflituoso do que supõem as tendências citadas anteriormente, merece especial atenção no âmbito desta pesquisa.

Nossas considerações, porém, como resultado desta investigação não perdem de vista a mediação dialética entre as iniciativas autônoma dos trabalhadores e a ação dos grupos sociais dominantes.

O desenvolvimento da pesquisa deu-se a partir da leitura e análise de algumas edições do jornal *O Grito da Terra* e dos documentos internos da ADEFS, que nos permitiram identificar o projeto que a organização desenvolveu para o país, além de identificar a contribuição da associação para as lutas sociais em Feira de Santana e região. As entrevistas com o professor José Carlos Barreto de Santana e com o Sr. Edvaldo Rios, presidente da Associação dos Moradores da Rua Nova (AMORUN) e integrantes da ADEFS à época que a pesquisa cobre, ajudaram, junto com as demais leituras a identificar a composição social da ADEFS, os sentidos atribuídos para a Associação por parte destes militantes, além de oferecer pistas para a identificação da ação dos grupos sociais dominantes sobre a organização. O levantamento bibliográfico auxiliou a situar a ADEFS no processo do acirramento das lutas sociais no contexto histórico brasileiro.

²⁵ Para uma crítica mais detida da concepção de Estado em Ângela de Castro Gomes ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. *Intelectuais e Estado na Historiografia Brasileira*. In: COELHO, Eurelino. PACHECO, Larissa Penelu Bitencurt (Org.). *Lutas sociais, intelectuais e poder: problemas de História Social*. / Eurelino Coelho, Larissa Penelu Bitencurt Pacheco (Org.). – Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 193-208.

O confronto destas fontes com as teses sobre a ascensão política da classe trabalhadora permitiu verificar em que medida as mesmas se aplicam ao caso da ADEFS e da classe trabalhadora feirense.

No contexto de redemocratização pela qual os sujeitos aqui pesquisados pretenderam lutar e da crescente organização da classe trabalhadora brasileira, surge a Associação das Entidades de Feira de Santana (ADEFS), como uma tentativa de mobilização da classe trabalhadora feirense. Cabe agora apresentar os limites e possibilidades da trajetória desta instituição, que sem dúvida marcou lugar nas lutas sociais da cidade e na região de Feira de Santana.

O primeiro capítulo é uma tentativa de situar o terreno histórico em que o jornal *O Grito da Terra* e a ADEFS foram organizados. O segundo capítulo é uma tentativa de captar o sentido do diagnóstico da sociedade brasileira, do projeto, das contradições internas e das lutas do movimento.

O referencial metodológico passou pela tentativa de analisar dialeticamente o objeto. A muitas mãos foi feito este trabalho. Mas os erros e equívocos com os quais possivelmente o leitor vai se deparar decorrem apenas das escolhas do autor.

CAPÍTULO I

A ORGANIZAÇÃO DO JORNAL *O Grito da Terra* E DA ADEFS

Nesta parte o leitor terá contato com o resultado do esforço de análise do terreno histórico em que o jornal *O Grito da Terra* e a ADEFS foram organizados, procurando responder à questão: porque surgiram naquele momento?

A construção do Jornal *O Grito da Terra* e da ADEFS representou o coroamento de um longo processo de organização e centralização viabilizado pelas lutas dos movimentos populares na região de Feira de Santana. Isso remonta pelo menos ao período de meados da década de 1960, o qual de forma alguma esteve dissociado do acirramento das lutas sociais no país, a partir de meados da década de 1970 que, por sua vez, sofreu a influência das lutas que entraram em ebulição na periferia do capitalismo mundial nas décadas de 1960 e 1970 provocando a *crise do capitalismo tardio*.²⁶ Em Feira de Santana e região, o trabalho de construção dos “novos personagens” que entraram em cena iniciou pelo menos dois anos após o golpe civil-militar de 1964.

No editorial do primeiro número do jornal *O Grito da Terra*, lançado em 11 de dezembro de 1981, no calçadão do Mercado de Arte Popular em Feira de Santana, com 300 pessoas presentes,²⁷ o “corpo de opinião” dá centralidade ao chamado “renascimento do movimento popular brasileiro” para explicar as próprias origens e o sentido inicial do movimento que em setembro de 1982 oficializaria a construção da ADEFS para gerir o jornal.

1.1. A ASCENSÃO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES E DOS INTELLECTUAIS VINCULADOS À CLASSE.

O movimento popular brasileiro, segundo o editorial, teria “renascido”, por volta da metade da década de 1970, devido à política econômica da ditadura

²⁶ Conceito desenvolvido por Ernest Mandel e utilizado por Erelino Coelho. Ver: COELHO, Erelino. Hipóteses sobre a luta de classes no capitalismo contemporâneo. In: COELHO, Erelino. PENELU, Larissa (Orgs.). *Lutas sociais, intelectuais e poder*. – Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

²⁷ Jornal *O Grito da Terra*. Ano 1, N.º 02, p. 2. Jan/1982. O primeiro número de *O Grito da Terra* é lançado com sucesso.

“claramente voltada para os interesses estrangeiros à custa do sacrifício dos trabalhadores brasileiros e das reservas das nossas riquezas”,²⁸ conjugada à “repressão política que implicou, dentre outros males, o completo cerceamento das liberdades individuais e grupal”.²⁹ Para completar o quadro “os graves erros cometidos pelos dirigentes sindicais, representados no governo, sobretudo a partir da década de 1960”, ajudam a explicar na visão do jornal, o caos em que o país teria mergulhado e que havia se tornado evidente a partir da intensificação das lutas dos setores sociais subalternos no país após meados da década de 1970. Os fatores em conjunto teriam levado “a um completo descrédito da sociedade civil e sobretudo das classes populares” para com os governantes. Na visão do jornal,

A partir de meados da década de 1970, quando já se comprova na prática os erros e desvios da política governamental, registra-se o que poderia chamar de “renascimento do movimento popular brasileiro”. As entidades de trabalhadores (Sindicatos, Associações, etc.) já existentes passam a atuar no sentido de levar os seus membros a perceberem o caos em que o país estava sendo submetido, ajudando-os na busca de alternativas.³⁰

Foram organizados então no avanço das lutas novos movimentos populares, sindicatos, associações, comunidades eclesiais de base, jornais populares, dentre muitos outros.³¹ O movimento que originou *O Grito da Terra* e alguns meses mais tarde oficializou a ADEFS colocou-se como parte deste processo de acirramento das lutas dos setores sociais subalternos no país.

Assim como em outras partes do país nasce a cada dia novos grupos e novas formas de luta por uma sociedade democrática e justa. Os setores populares organizados de Feira de Santana também se mobilizam e dão um importante passo em sua caminhada: unem-se em cima de questões comuns que preocupam a todos. Cada grupo resolve abrir mão de seus próprios interesses em função dos interesses que são de todos.³²

²⁸ Jornal *O Grito da Terra*. Editorial. Ano I, N.º 01, p. 02. Dez/1981

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² Idem.

A existência de interesses em comum fez convergir para o movimento grupos sociais que possuíam também interesses diferentes, como revela a citação ao sugerir que “cada grupo resolve abrir mão dos seus próprios interesses”. O equilíbrio de forças interno, portanto, dependeria de que cada grupo abrisse mão dos interesses que não eram comuns. A dinâmica dos conflitos internos ligada ao percurso das lutas em que *O Grito da Terra* e ADEFS se envolveram é o parâmetro para a compreensão da unidade e da diversidade no interior do movimento.

Descobrir a identidade real sob a aparente diferenciação e contradição, e descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade, eis o mais delicado, incompreendido e, não obstante, essencial dom do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento histórico.³³

A essa altura já é possível sugerir, de acordo com o que foi exposto até aqui, levando em consideração o que afirma o editorial, que a ditadura militar era um oponente, cujos interesses e práticas se chocavam com os interesses do conjunto dos sujeitos do movimento e de diferentes formas para cada um deles. Uma face significativa da identidade do grupo se definiu nas lutas contra a ditadura. O recurso aos estudos sobre a ditadura militar demonstra que a mesma foi a via política de defesa dos interesses do capital estrangeiro e do grande capital nacional seu associado e de arrocho dos trabalhadores. Por isso as lutas contra a ditadura, podem ser compreendidas como lutas dos trabalhadores e dos intelectuais ligados à classe contra os setores dominantes,³⁴ que contou com o apoio de setores dos grupos dominantes que haviam retirado apoio à ditadura.

Já a ideia de um “renascimento” do movimento popular brasileiro adotada pelos sujeitos de *O Grito da Terra* pode ser problematizada. A referência às “*intensas lutas sociais que atravessaram o país nos anos 1970 e 1980*”,³⁵ utilizada na obra de Virgínia Fontes, é mais precisa em relação ao que aconteceu. O

³³ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000, p. 206.

³⁴ Esta reflexão é apoiada na argumentação de Eurelino Coelho, quanto ao caráter de classe das lutas contra a ditadura militar entre as décadas de 1970 e 1980. COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. (Tese de doutorado). Niterói-RJ: UFF, 2005, p. 46/47.

³⁵ FONTES, op. cit., p. 219.

movimento popular, ainda que sob intensa repressão, de alguma forma esteve vivo, como afirma Marcelo Badaró Mattos,

o impacto do golpe sobre os sindicatos foi violentíssimo, e mais de uma década seria necessária para que uma retomada efetiva das mobilizações de trabalhadores e jornadas grevistas pudesse acontecer. Porém, entre o golpe e o surgimento do “novo sindicalismo”, a partir das greves de 1978 no ABC paulista, os sindicatos não deixaram de vivenciar conflitos e os trabalhadores não deixaram de criar formas de resistência à exploração do trabalho e à ditadura.³⁶

Se a partir de meados da década de 1970 as lutas sociais entraram em ebulição a nível nacional, em Feira há vestígios de que os primeiros passos de alguns sujeitos do processo iniciaram anteriormente. O processo de organização contava com o apoio do trabalho do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e de setores da Igreja Católica.

Além disso, havia a indicação de que, àquela altura, eram feitas reuniões intercomunitárias, o que demonstra que o movimento popular não só se expandia como se complexificava em Feira de Santana, num contexto em que a expansão do Estado ditatorial em nível de país, do comércio e da indústria, e da cidade conspirava contra as organizações dos trabalhadores. No período de fundação da ADEFS, Sinval Galeão, assim se posicionou sobre o percurso da organização comunitária na cidade.

Quem conheceu Feira de Santana a 20 anos atrás, sabe avaliar a sua expansão econômica e geográfica. A população cresceu mais de 200 por cento, a cidade se expandiu de forma horizontal em um raio de mais de quatro quilômetros. A economia baseada no comércio atingiu taxas altíssimas. Feira passou de centro rural para comercial e hoje desponta como centro industrial.

...

Mas quem conheceu Feira de Santana a cerca de 20 anos, ou precisamente entre 1962 e 1964, deve lembrar-se que as lamentações não existiam. Não que os problemas não existissem, mas, pelo grau de organização das Associações de Bairro que lutavam, trabalhavam e resolviam os problemas de cada qual, a partir dos problemas coletivos em discussão permanente e no trabalho

³⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 66.

conjunto dos bairros e entre os bairros, coordenados pela Federação das Sociedades de Bairros de Feira de Santana que federava 25 Associações.

...

As lutas dos bairros não se limitavam à beleza de uma rua ou a um calçamento. Tinham caráter mais amplo e natureza social. Resolveram certa vez, erradicar o analfabetismo e cada sociedade de bairro transformou-se em um quartel de luta. A palavra de ordem era “nenhum analfabeto no bairro”. Foi aplicado o sistema Paulo Freire para educação de adultos e para as crianças eram formadas escolas em casas particulares ou na sede das sociedades. Combate a mortalidade infantil, melhor sistema de nutrição, eram assuntos discutidos e postos em prática por essas Associações. Também se formou uma consciência social e coletiva, o problema de um bairro era discutido por todos e as lutas eram comuns.

...

Hoje a cidade cresceu, o número de bairros e conjuntos se proliferou, mas a consciência do povo regrediu. O espírito coletivo foi substituído pelo individualismo e os problemas de todos passaram a ser os problemas de cada um. Quantas associações existem hoje em Feira? Poucas, e as que existem lutam contra a incompreensão dos próprios moradores que não confiam em sua própria força, pois aprenderam com o regime vigente a pensarem apenas em sua própria existência.

...

A força do povo está em sua organização, e as Associações de Moradores é um elo importante para a defesa dos interesses coletivos. Portanto, organizar Associações e conscientizar o povo é tarefa de todos nós.³⁷

A análise de Sinval Galeão deixa explícito que houve um recuo da organização dos trabalhadores na cidade desde 1964, comparado com o período anterior. Esse recuo esteve relacionado à repressão e criminalização dos movimentos populares por parte da ditadura, como aconteceu com a Sociedade Beneficente Protetora Alto do Cruzeiro-Rua Nova e com diversas organizações de trabalhadores no país inteiro, como sugere Virgínia Fontes.³⁸ Segundo a autora, esse processo teve como contrapartida o avanço das organizações patronais, aprofundando o fosso social existente no país também em termos organizativos.

³⁷ GALEÃO, Sinval. *Os conjuntos e os bairros de hoje*. Jornal *O Grito da Terra*. Ano 1. N.º 01, p. 07. Dez. de 1981.

³⁸ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. – 2. Ed. Rio de Janeiro EPSJV / Editora UFRJ, 2010, p. 258.

Sinval Galeão sugeria ainda a intensificação da exploração econômica através do crescimento do comércio e da industrialização e a disputa da visão de mundo dos trabalhadores por parte dos grupos dominantes como meio de disseminação do individualismo, ou seja, parte do que Virgínia Fontes denomina “expansão do conjunto das relações capitalistas”.

As condições em que essas associações estavam sendo organizadas, portanto, apresentavam dificuldades cada vez maiores ao trabalho dos intelectuais e suas organizações e dos trabalhadores. Não há como não perceber o aumento do saldo organizativo dos trabalhadores em curso desde a segunda metade da década de 1960. O argumento do recuo da organização popular em Feira de Santana construído por Sinval Galeão foi construído com base na comparação entre os períodos pré e pós 1964. Considerando apenas o período posterior ao golpe civil-militar é possível perceber um crescimento da organização popular em oposição à ditadura do qual o próprio movimento que deu origem ao Grito da Terra e à ADEFS é um testemunho.

Os passos finais para a organização do movimento duraram mais ou menos um ano onde um grupo de entidades se reunia em Feira de Santana discutindo a organização de um jornal. Duas questões se impunham: como congregar os diferentes modos de ser e de agir dos diferentes sujeitos que compunham a iniciativa e como viabilizar o financiamento do jornal. O debate conduziu à elaboração de uma “carta de princípios” como esforço para dar conta da primeira questão. Já a segunda foi enfrentada com o acionamento de organismos internacionais da Bélgica e do Canadá e com a criação de uma gráfica.

Porém, a idéia de ter uma gráfica própria – onde se pudesse fazer “uma diagramação e composição mais atraente para o ‘público base’” – vinha desde 1982. Mas dependeria de doações de instituições de fomento, que já auxiliavam financeiramente o jornal: *Development et Paix* (Canadá) e CNCD (*Centro Nacional de Cooperação ao Desenvolvimento* - Bélgica).³⁹

O passo final para a fundação foi o momento em que se conseguiu o apoio financeiro desses organismos da Bélgica e do Canadá. O problema do

³⁹ MUNIZ, op. cit., p. 161.

financiamento foi constante para a ADEFS. A inexperiência com assuntos empresariais gerava dificuldades financeiras e o fato de organizar-se como uma empresa gerava conflitos com os seus trabalhadores. O fato de o jornal não apresentar propaganda mercadológica nos primeiros anos de circulação e de essas propagandas começarem a aparecer nas edições seguintes dá uma noção das dificuldades que a ADEFS enfrentou para se sustentar financeiramente.

1.1.1. A Organização Da Associação dos Moradores da Rua Nova (AMORUN) E da Associação Comunitária do Jardim Cruzeiro

Os sinais de reação dos trabalhadores com a intensificação e retomada dos movimentos populares em Feira Santana e na região durante a ditadura militar, remontam à década de 1960, como foi o caso do movimento dos moradores da Rua Nova que começou a se reestruturar a partir de 1966 e fundou a Associação dos Moradores da Rua Nova (AMORUN), depois do fechamento, pela ditadura, da associação anterior: a Associação Beneficente Protetora Alto do Cruzeiro-Rua Nova que vinculava os moradores da Rua Nova e do Alto do Cruzeiro, pela ditadura militar.

O Trabalho comunitário no Bairro da Rua Nova vem sendo feito há 13 anos através da Associação dos Moradores da Rua Nova. Durante este período foi reivindicado pelo bairro água, calçamento, caixas coletoras de lixo, posto médico, escola, etc. Para se conseguir tudo isso se fez várias reuniões, organizou abaixo assinados, comissões e se levou à Prefeitura.

Se faltavam água, calçamento, coleta de lixo, posto médico e escola, entre outras coisas, a luta era por condições básicas de sobrevivência. A AMORUN foi fundada em 1968, mas o trabalho de retomada da organização comunitária começou dois anos antes com o apoio de setores da Igreja Católica. Entretanto, a retomada do movimento no Jardim Cruzeiro começou um pouco mais tarde, já no período de intensa repressão aos movimentos sociais por parte dos militares.

Desde 1971, que algumas pessoas do bairro do Jardim Cruzeiro, já vinham se reunindo, nas casas das famílias, onde se discutia os problemas de água, luz, transporte, escola, etc. Na continuidade do

trabalho conseguimos um terreno como doação, onde construímos a sede através de mutirões, ajuda da Prefeitura Municipal e outras entidades.⁴⁰

Sobre a ideia de “renascimento do movimento popular”, destacada por *O Grito da Terra*, no que diz respeito à AMORUN e à Associação do Jardim Cruzeiro, até onde podemos compreender, se pode afirmar que houve realmente um renascimento, após a violenta repressão que se abateu sobre a associação que aproximava os moradores dos dois bairros, mas o início desse processo remete a meados da década de 1960.

Lutas que eram justas reações da classe trabalhadora à política salarial e trabalhista, à política econômica e à repressão política da ditadura militar, que para Sônia Mendonça e Virgínia Fontes constituiu a estratégia para a produção do “milagre” econômico, suas conseqüências revelam quem arcou com os “custos” sociais da “miraculosa” operação.

É impossível desconhecer que a política trabalhista e salarial do pós-64 seria responsável direta pelas elevadas taxas de crescimento da economia brasileira a partir de 1968. No entanto não é possível também ignorar o “preço social” pago, por antecipação, pelo “milagre”: a erosão dos salários reais e da qualidade de vida dos trabalhadores. Seus indicadores mais contundentes dizem respeito ao volume de acidentes de trabalho no período (um dos maiores do mundo) a destruição crônica da população (responsável pela elevação da mortalidade infantil) e à extensão das doenças epidêmicas, num país cujo governo só destinava 0,2% do PIB para a saúde pública.⁴¹

“*As bases do ‘milagre’*” então estavam assentadas numa política que buscava imobilizar a classe trabalhadora para tentar de todas as formas evitar a sua reação ao aumento progressivo da exploração do trabalho, por meio da criação de uma política salarial e trabalhista, que abriu caminho para a concentração do capital e da renda e para o aumento progressivo da dependência da economia brasileira frente ao mercado internacional.

Desde pelo menos meados da década de 1960, em Feira de Santana, alguns coletivos de trabalhadores, que mais tarde viriam a compor a ADEFS,

⁴⁰ *Notícias da Associação dos Moradores do Jardim Cruzeiro*. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 01, p. 07.

⁴¹ MENDONÇA, S. R. FONTES, V. M. 1988, p. 28.

reorganizavam-se em movimentos de bairro para lutar por condições básicas de sobrevivência. Os casos da Associação dos Moradores da Rua Nova (AMORUN), da Associação dos Moradores do Jardim Cruzeiro, da Associação dos Moradores do Bairro de Santo Antonio dos Prazeres (AMOSAP) e da Associação de Moradores do Bairro Nova Esperança são exemplos desse processo. Tomemos como referência o percurso organizativo e as lutas dos trabalhadores da Rua Nova a partir do depoimento do Sr. Edvaldo Rios, presidente da AMORUN à época da organização da ADEFS.

Aí começou no Bairro, nos anos 59, uma associação de moradores que se chamava Sociedade Beneficente Protetora Alto do Cruzeiro-Rua Nova. Essa Associação tinha o apoio da Igreja Católica a Igreja Senhor do Bonfim no alto do Cruzeiro.⁴²

Com o golpe de 1964 e a posterior deposição do prefeito Francisco Pinto, a Associação foi fechada pelos agentes da ditadura. O fechamento da associação atingiu diretamente os moradores do bairro, que a partir da associação organizavam suas lutas, além disso, ali eram desenvolvidas diversas atividades que davam vida ao cotidiano dos trabalhadores como as quadrilhas juninas.

As reuniões para a reorganização de uma associação comunitária só voltaram a ocorrer em 1966, com o apoio de setores da Igreja Católica, no momento em que os militares sinalizavam para um processo de liberalização, conforme argumentam Sônia Mendonça e Virgínia Fontes. Essas reuniões deram origem à AMORUN, em 1968, em meio à intensificação das lutas sociais no país. A AMORUN nasceu como signo de resistência de uma comunidade composta majoritariamente por uma população negra e migrante.

Os antecedentes, aliás, que vieram pra aqui eram pessoas pernambucanas, de origem pernambucana, de origem sergipana, alagoana, cearenses, baianos das diversas famílias, por exemplo, descendentes de africanos, descendentes de judeus, ciganos, como também misturas indígenas, enfim, foram diversas famílias de

⁴² RIOS, Edvaldo de Oliveira. *Edvaldo de Oliveira Rios*. Depoimento [Maio de 2017]. Entrevistador: Hugo Damasceno de Araújo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Disputando os trabalhadores a Associação das Entidades de Feira de Santana (1981-1990)” do curso de Pós-graduação a nível de Mestrado do. DCHF/UEFS. Maio/ 2017.

diversas origens. Mas especialmente do Nordeste e da Bahia também, que vieram e a grande maioria ainda reside aqui neste bairro. E é um bairro grande, especialmente de maioria negra.⁴³

Percebe-se que a referida população era de descendência africana e indígena, mas também contava com descendentes de ciganos e de judeus. Quase todos vindos da zona rural e de diversos estados do Nordeste. A aproximação com a Igreja Católica e o MDB deu suporte para o enfrentamento. Os conflitos com setores dos grupos sociais dominantes marcaram a trajetória da AMORUN. O estudo de Deise Karla Santana Pinho⁴⁴ sobre as representações negativas construídas pelos grupos sociais dominantes na cidade a respeito da Rua Nova através das emissoras de rádio e dos jornais, também traz acréscimos a respeito das lutas dos moradores da Rua Nova através da AMORUN contra a ausência de condições básicas de sobrevivência no bairro. Citando o Sr. Edvaldo Rios, a autora refere-se a um momento importante destas lutas.

Lixo muito nas ruas, não tinha coleta de lixo, essa coleta de lixo foi conquistada à partir dos anos 1970 quando travou uma luta onde a prefeitura teve que colocar as caixas coletoras de lixo primeiro, depois vinha o carro de lixo e levava para que não se jogasse o lixo na rua. Fizemos uma pesquisa de casa em casa pra ver com as pessoas quais eram os sintomas que o lixo provocava, tivemos diversas reuniões e depois disso dessa pesquisa com os moradores numa reivindicação, inclusive na câmara de vereadores nos anos de 73 passamos até duas da manhã com mais de 50 pessoas nas galerias da câmara de vereadores até que os vereadores ficaram enrolando, mas quando viu que a gente não saía de lá aprovaram o projeto e onde se começou um pouco pra fazer um trabalho de saúde preventiva.⁴⁵

A partir de reuniões, outras comunidades organizaram-se em associações comunitárias rurais principalmente para se defender da exploração que tinha como ponta de lança os comerciantes “atravessadores”, e associações de bairro para lutar por escolas, postos de saúde, água encanada, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, transporte coletivo, etc. Realizavam dispensas comunitárias e serviço de

⁴³ RIOS, Edvaldo. Entrevista concedida à pesquisa sobre a ADEFS. Gravação em áudio. Maio/2017.

⁴⁴ PINHO, Deise Carla Santana. *Éta Rua Nova dos Diabos: Representações sobre um bairro pobre na cidade de Feira de Santana. (1970 a 1980) Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História)*. Feira de Santana: UEFS, 2010.

⁴⁵ PINHO, op. cit., p. 39.

pré-escola. A organização de dispensas comunitárias demonstra que mesmo a aquisição de alimentos era um desafio para os trabalhadores.

A organização em associações rurais e urbanas era um sintoma de que o movimento de organização dos trabalhadores e suas lutas avançavam àquela altura. Confirma isto a luta dos moradores da Rua Nova através da sua associação, que se iniciou desde 1966, para cobrar da sociedade política feirense água, calçamento, caixas coletoras de lixo, posto médico, escola, etc.⁴⁶, segundo matéria assinada pelo Sr. Edvaldo Rios, seu presidente. É importante destacar o conflito que envolvia as pressões exercidas pelos trabalhadores e as reações de insatisfação e manobras dos governantes tentando negar as reivindicações e tirar proveito político do conflito.

Vale salientar que os governantes não aceitam muito bem as reivindicações. Isto porque estão habituados a fazerem promessas e não cumprirem. Ao encontrarem uma comunidade em organização para cobrar deles o dever que tem que ser cumprido inventam um monte de coisas, como por exemplo, dificuldade financeira do município, até a queimação de pessoas conscientes e que não concordam com as mentiras dos mesmos. (...) Também ficam furiosos quando não são bajulados.

(...) Isto tem ocorrido em todos os bairros através das diversas administrações.⁴⁷

O posicionamento do senhor Edvaldo Rios trazia à tona a intensificação dos conflitos entre os trabalhadores da Rua Nova e os membros da sociedade política através da organização comunitária e a recusa de aceitar os serviços oferecidos pela Prefeitura como “dádiva”. No último trecho a generalização sinaliza também que estes conflitos não surgiram a partir do avanço da organização dos trabalhadores, eles já existiam, resultavam da inexistência de condições básicas de sobrevivência que estavam sendo reivindicadas pelos trabalhadores. As expropriações dos trabalhadores levadas a efeito pelos grupos sociais dominantes ajudaram a construir esse ambiente social em que os trabalhadores não dispunham de condições materiais básicas de existência.

Uma dessas expropriações resultou no Fechamento da Sociedade Beneficente Protetora Alto do Cruzeiro-Rua Nova, obviamente, também atingiu os

⁴⁶ RIOS, Edvaldo “Notícias da AMORUM”. *Jornal O Grito da Terra*. Ano 01, N.º 01, p. 07, Dez./1981

⁴⁷ *Ibidem*.

moradores do Alto do Cruzeiro, como se chamava o bairro à época. A Sr^a. Maria Zilma Barbosa, secretária da Associação à época de organização da ADEFS, nos conta sobre o trabalho de reorganização.

Desde 1971 que algumas pessoas do Bairro Jardim Cruzeiro, já vinham se reunindo nas casas das famílias, onde se discutia os problemas de água, luz, transporte, escola, etc. Na continuidade do trabalho conseguimos um terreno como doação, onde construímos a sede através de mutirões, ajuda da Prefeitura Municipal e outras entidades.⁴⁸

O fato de a ditadura ter fechado a associação do Bairro e a prefeitura posteriormente apoiar a reorganização comunitária agravava o conflito com a ditadura, mas não eliminava as tensões com os representantes do executivo municipal, uma vez que o tom era de reivindicação.

Houve uma mobilização e participação das pessoas, nas campanhas de reivindicações através de abaixo assinados e comissões. Depois de conseguida as reivindicações continuamos com o trabalho de ampliação do grupo e criando algumas atividades que viessem beneficiar a população mais pobre do bairro. Na sede da associação é realizado curso de corte e costura, pintura, foi criado a Pré-Escolar para os filhos dos sócios, onde participa crianças de três a seis anos. Criação da Despensa Comunitária, tendo um quadro de sócios que contribui mensalmente e participa das reuniões para discutir a organização da Despensa e funcionamento (pagamento de mensalidade como vai se comprar os gêneros alimentícios e discussão sobre o custo de vida). Nós da Associação também participamos das reuniões intercomunitárias para que a gente possa criar um laço de amizade e aumentar a força para lutar por criação de meios que venham ajudar as famílias que muito se sacrificam para sobreviver.

Ainda que houvesse a “ajuda” da prefeitura, e isso fosse bastante significativo diante da política repressiva dos militares, o tom geral do depoimento de D. Maria Zilma Barbosa é de reivindicação, de luta contra a carestia e a carência de recursos, ou seja, contra a exploração econômica imposta aos trabalhadores. A repressão política e a exploração econômica traçavam a linha demarcatória dos adversários e

⁴⁸ BARBOSA, Maria Zilma. “Notícias da Associação dos Moradores do Jardim Cruzeiro”. *Jornal O Grito da Terra*. Ano 01, N.º 01, p. 07.

dos aliados, mas isso não eliminava o conflito no interior da aliança. O conflito entre a porção feirense do Estado e os trabalhadores na cidade se apresentava amenizado, mas, os avanços aparecem como conquistas e não como “dádivas”. O protagonismo das reivindicações é da classe trabalhadora. Entre a Ditadura e a Prefeitura não havia dúvida de a quem apoiar e a quem se opor. Era uma questão de escolha consciente entre duas alternativas, o populismo ou o a política do regime. Do ponto de vista dos trabalhadores e das trabalhadoras, não havia como ter dúvida. O populismo dos trabalhadores, portanto, era uma reação consciente à política dos militares. O que geralmente é interpretado na relação entre o Estado e os trabalhadores, apenas como dádiva no caso de Ângela de Castro Gomes ao afirmar que “a relação fundadora do Estado era uma reação de doação uma relação de dar e receber dádivas/presentes/benefícios”⁴⁹ e de manipulação, no caso de Francisco Weffort, aparecia nesses casos como escolha consciente e conquista, como resultado da luta dos trabalhadores.

1.1.2. O Lançamento de *O Grito Da Terra* e a Construção da Adefs

Se os grupos dominantes não conseguiram se unificar em torno de um projeto de país, nos anos 1980, como sugere a hipótese de Eurelino Coelho, em Feira de Santana, uma experiência polifônica, reunindo sujeitos das mais diferentes matrizes políticas, com vínculos nos organismos da classe trabalhadora, aproximou experiências organizativas de alcance nacional, regional e local. Eles “unificaram suas lutas”, uma tendência nacional, e elevaram o patamar do debate político através da construção de um projeto de país cujo caminho passava na busca da disputa da visão de mundo dos trabalhadores para tentar acirrar as suas lutas por meio de um jornal.

A explicação, porém, não pode parar por aqui, é preciso juntar mais elementos que respondam à questão inicial proposta para este trecho da dissertação considerando os fatores internos à ADEFS, principalmente no que diz respeito aos interesses dos seus sujeitos. Sobre os trabalhadores, no primeiro parágrafo da Carta

⁴⁹ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 227.

de Princípios, o jornal denuncia o agravamento da situação de pobreza e miséria dos mesmos sob a ditadura militar. A imagem de uma criança, num lugar que aparentava ser um lixão, em destaque na primeira página do primeiro número de *O Grito da Terra*, sintetizava bem o que incomodava e o “Grito” que se pretendia dar.

Muitos outros gritos foram ouvidos antes de se chegar ao jornal. O trabalho de intelectuais que se vincularam e às suas organizações às lutas dos trabalhadores e suas organizações em Feira de Santana e região tem raízes na história da cidade.

Por outro lado, a metáfora gramsciana do “ferro velho” na cidade que se torna “utensílio” na província⁵⁰ pode ser um caminho explicativo, para responder a questão de porque *O Grito da Terra* se organizou exatamente no contexto de desorganização de importantes experiências de frentes jornalísticas de oposição a nível nacional. Dá a impressão, parafraseando Igor Gomes, de que não era só o PT que estava “na contra-mão do sentido”.

Como chamou a atenção Eurelino Coelho para a necessidade de uma periodização diferente ao referir-se à relação entre as lutas no plano internacional e as lutas no Brasil nas décadas de 1970 e 1980,⁵¹ a análise da relação do desenvolvimento das lutas no país com as lutas em Feira, as que a ADEFS travou e as tensões no seu interior, exige um cuidado significativo. Basta ver que, no transcurso da abertura, no período em que ocorre uma contensão das lutas dos trabalhadores a nível de país, a ADEFS irrompe em Feira de Santana e sua microrregião projetando algumas das suas fagulhas no cenário nacional através do jornal *O Grito da Terra*.

Não se pode compreender a crise da ditadura militar e o processo de abertura sem levar em consideração o vulcão de lutas sociais que se ergueu contra os militares e os grupos sociais dominantes e o saldo organizativo para a classe trabalhadora cujas organizações se unificaram a nível nacional. As especificidades de cada trajetória de luta, como foi o caso da ADEFS e de *O Grito da Terra* ajudam a ampliar o conhecimento, sem que se perca de vista as relações em âmbito nacional.

⁵⁰ GRAMSCI, op. cit., p. 207.

⁵¹ COELHO, Eurelino. Hipóteses sobre a luta de classes no capitalismo contemporâneo. In: COELHO, Eurelino. PENELU, Larissa (Orgs). *Lutas sociais, intelectuais e poder*. Problemas de História Social. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2012, p. 68.

Nesse processo, Marcelo Badaró destaca a unificação das lutas e elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores.

A um contexto de crise generalizada, e de levantamento de vozes do mundo do trabalho no cenário nacional, corresponderam autoritárias tentativas de conter a crise por parte do Estado. Diante da necessidade de reconstruir as bases da dominação de classe, setores da burguesia rompem com a ditadura abrindo brechas no bloco de poder. Nasce por cima um projeto de hegemonia burguesa, a partir do setor ligado à produção de bens de capital, que como bem chamaram a atenção Virgínia Fontes e Sônia Regina de Mendonça, possuía um ar nacionalista, mas estava perfeitamente articulado com interesses estrangeiros, conforme destacamos anteriormente. Contra a ditadura e também em oposição às tentativas de transição pelo alto, como esse projeto, irromperam-se diversos sujeitos espalhados por todo o território brasileiro. Em cada parte do país o processo pode ter ganhado algumas colorações locais, em cada sujeito coletivo surgem relações sociais que, trazidas à tona e analisadas, podem contribuir para o aprofundamento da compreensão do conjunto. É nesse sentido que se insere o estudo sobre o Jornal *O Grito da Terra* e a ADEFS.

A retomada da organização e a intensificação das lutas dos trabalhadores que remontam, pelo menos à segunda metade da década de 1960 e que estamos tentando delinear aqui, portanto, se desenvolveu sob uma torrente de dificuldades crescentes, por isso talvez, colocasse a necessidade da ampliação constante da complexidade da organização, como aconteceu com as reuniões inter-comunitárias em Feira de Santana. A intensificação das lutas e o avanço do saldo organizativo dos trabalhadores e dos intelectuais que possuíam vínculos com a classe, exigiram um esforço significativo dos sujeitos envolvidos. Debaixo de fogo cerrado, robusteceram os seus organismos. A abertura política, ao fragilizar em alguma medida a repressão, permitiu a intensificação e a complexificação de uma dinâmica organizativa que remontava, pelo menos, à segunda metade da década de 1960 e que resultou em *O Grito da Terra* e na ADEFS.

Um importante motivo para a criação do jornal *O Grito da Terra* e da ADEFS foi o desaparecimento de muitas frentes jornalísticas de oposição à ditadura no

cenário nacional no início da década de 1980, como assinala Bernardo Kucinski. Isso contribuiu para justificar a iniciativa de criar a ADEFS e o periódico. Seguindo as pegadas de Gramsci, “O tipo italiano do jornal diário é determinado pelo conjunto das condições organizativas da vida cultural no país: ausência de uma vasta literatura de divulgação, tanto através do livro como da revista”.⁵²

Essa formulação de Gramsci ajuda a responder à questão central deste trecho do trabalho, pois, em Feira de Santana no início da década de 1980, não há registro da existência de outro jornal com as dimensões e as características de *O Grito da Terra* e as condições gerais em Feira e no país são de ausência de um jornalismo crítico destinado à classe trabalhadora. No caso do país o desaparecimento de muitos jornais independentes abriu um vazio, uma inexistência que justificava a iniciativa de criar o periódico feirense. ;

Os mecanismos formais de democracia interna dos jornais alternativos de frente não resistiram ao sectarismo ideológico, à ética dos interesses partidários. À medida que se abria espaço para a rearticulação partidária, perdia sentido o condomínio forçado das frentes jornalísticas. O fim da ditadura foi desagregador para os jornais de frentes comandadas por partidos de esquerda. A imprensa alternativa não era substituta da imprensa clandestina dos partidos, que de forma precária sobreviveu sob a ditadura mas a atividade inerente aos jornais alternativos, suas assembleias e redações, suas campanhas de assinaturas e seus debates, eram um substituto do próprio partido como espaço social e de articulação nas condições da ditadura, e dispensável sem ela. Com a abertura, essa função desapareceu. Os partidos se organizam abertamente. Abandonam a imprensa alternativa, na qual precisavam conviver forçosamente com outros partidos e facções, e lançam seus próprios jornais, quase que simultaneamente, a partir de junho de 1979. Estava selado o fim dos alternativos políticos portadores de projetos nacionais.⁵³

Contradizendo o argumento de Kucinski, no caso específico de *O Grito da Terra*, é no contexto de desaparecimento de muitas experiências de jornalismo crítico à ditadura militar, que se organiza uma frente jornalística composta por partidos políticos e portadora de um projeto de país.

Em objeção à hipótese de que a ausência de várias experiências de frentes jornalísticas de oposição que haviam se desestruturado no cenário nacional no início

⁵² GRAMSCI, op. cit., p. 210.

⁵³ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed., revista e ampliada. São Paulo. Edusp, 2001. P. 98

da década de 1980 contribuiu para a organização do jornal *O Grito da Terra* e da ADEFS, pode-se afirmar, utilizando a própria argumentação de Kucinski,⁵⁴ que a grande imprensa, após anos de atuação conjunta com a ditadura militar, começou a oferecer-lhe crítica no final da década de 1970, por isso, o espaço de crítica deixado pelo desarticulação de várias experiências de “jornalismo alternativo” no período poderia ter sido preenchido por ela. Porém, a crítica da grande imprensa e a crítica de frentes jornalísticas de oposição, como *O Grito da Terra*, possuíam interesses, conteúdos e sentidos diferentes, pois partiam de sujeitos com interesses antagônicos, por isso representavam diferentes projetos de país. Kucinski não atentou para este detalhe. Portanto, a hipótese da justificativa do surgimento do movimento feirense pela ausência de experiências no *conjunto das condições organizativas da vida cultural no país*⁵⁵ permanece com capacidade explicativa em relação ao Brasil e mais ainda em relação a Feira de Santana.

É que a ausência de importantes experiências de frentes jornalísticas de oposição, a nível de país e a mais evidente ausência de experiências similares em Feira ajudaram a dar oportunidade de organização de um jornal que se apresentou como uma “novidade” para Feira de Santana. “Ferro velho na cidade” que se torna “utensílio na província” e se projeta como utensílio também para o país. Isso sugere que a expansão das relações capitalistas viabilizada pela ação do Estado ditatorial à qual a ADEFS foi uma reação, assumiu uma forma própria na região de Feira de Santana, sem, contudo, perder os contornos gerais que caracterizaram a expansão no país. Como sugeriu Virgínia Fontes, uma característica importante desta expansão foi a expropriação dos trabalhadores. Ora o que aconteceu com os moradores do Alto do Cruzeiro e da Rua Nova e sua Sociedade Beneficente? Expropriação do direito de se organizar, de lutar por melhores condições de vida, de ter uma vida comunitária, da consciência e da economia comunitária – em nome do individualismo –, do direito de se alimentar melhor, do acesso ao saber formal – como foi o caso da alfabetização com o método Paulo Freire, além da capacidade

⁵⁴ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed., revista e ampliada. São Paulo. Edusp, 2001.

⁵⁵ GRAMSCI, op. cit., p. 210.

de reagir coletivamente diante das violências do Estado, e de viver suas próprias tradições.

Tudo isto esteve na mira do Estado ditatorial e dos interesses dos empresários nele incrustados, esteve em jogo o conflito entre a expansão de um conjunto de relações sociais que aprofundavam a relação com o valor de troca, com outras formas de viver, em que o valor de uso possuía mais espaço em relação ao valor troca. O que estava em jogo eram os enfrentamentos que se produziam pela força do Estado e do capital sobre os trabalhadores e suas organizações num processo onde a expansão do valor de troca se impõe violentamente sobre o valor de uso, na totalidade da vida social.⁵⁶

A ampla inserção dos “Autênticos” do PMDB de Feira de Santana, nos movimentos sociais locais facilitou a organização do movimento. O processo de abertura política provocado pelo acirramento das lutas sociais e pela ruptura de setores da burguesia com a ditadura no país gerou condições para a organização do Partido dos Trabalhadores e do próprio movimento. A novidade do PT, como ímpeto de luta da classe trabalhadora a nível nacional, impulsionou a construção da ADEFS e de *O Grito da Terra*. A experiência da “imprensa alternativa” durante a ditadura recorreu frequentemente à organização de frentes amplas, tanto como estratégia de proteção frente à repressão, conforme dito anteriormente, quanto como busca do aumento do calibre da crítica ao regime ditatorial, este processo influenciou a organização de *O Grito da Terra* e da ADEFS em forma de frente, por motivos similares.

1.1.2.1. Porque uma frente ampla?

Uma questão significativa associada à origem da ADEFS é a forma que o movimento assumiu. A organização em forma de frente ampla possuía relação com a dinâmica do surgimento do movimento, resultado da aproximação da luta de intelectuais de diversas orientações políticas, partidárias ou não, e suas

⁵⁶ Referenciado no capítulo I do Tomo I de *O Capital* de Karl Marx: *A mercadoria*. 25ª Edição, Brasil: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

organizações com os trabalhadores, seus coletivos e suas lutas. A presença de forças políticas que apresentavam interesses gerais em comum, mas, possuíam antagonismos entre si, como o PT, o PMDB, o PCB e a Igreja Católica; a amplitude do objetivo de acirrar as lutas dos trabalhadores para disputar os rumos do país; a abrangência do projeto e as dimensões dos adversários: a ditadura militar em crise, setores sociais dominantes, a exploração econômica, o imperialismo norte-americano, o racismo, o machismo; ajudam para que compreendamos a organização em forma de frente.

Além disso, as contradições da abertura e o histórico de repressão aos setores subalternos pelo regime, como bem observaram Sônia Mendonça e Virgínia Fontes, inspiravam cuidados para os sujeitos que ousavam lhe oferecer “oposição real”. A organização em forma frente oferecia maior proteção aos sujeitos envolvidos contra os poderosos interesses que ainda sustentavam a ditadura. Nas lutas na periferia do capitalismo, organizaram-se frentes na Nicarágua e no contexto da luta contra o regime do *Apartheid* na África do Sul. A luta antiimperialista que marcou os países da periferia do capitalismo sugeria que, naquelas condições a organização de frentes políticas, como resultado da aproximação, em meio aos conflitos de uma miríade de sujeitos sociais, apresentou-se em como uma estratégia necessária.

A organização da ADEFS, como frente ampla, também demonstrava que amplos setores sociais em Feira e região estavam reagindo à repressão política, ao autoritarismo e à exploração econômica. Que os modos de viver das diversas etnias brasileiras estavam sendo agredidas, principalmente os descendentes de africanos e os povos indígenas; que as lutas sociais e a violenta repressão que se abateu sobre as lutas dos sujeitos subalternos durante a ditadura, aproximou intelectuais de diversas matizes políticos e os trabalhadores. Aos sujeitos que tinham seus interesses prejudicados, aquilo que lhes prejudicava os interesses possuía um sentido, uma origem em comum contra a qual estavam dispostos a lutar juntos, mesmo com as divergências que os separavam. A ditadura em crise, a exploração e a crise econômica e o imperialismo norte-americano lhes afetavam.

Disso decorre não só a forma de frente ampla, uma vez que o PT e o PMDB, os dois partidos que tiveram presença mais forte na direção da ADEFS, já

congregavam em seu interior diferentes correntes políticas, como também alguns dos conflitos mais significativos que marcariam as relações internas da entidade. O debate que deu origem à Carta de Princípios revelou que os “Autênticos” do PMDB, os setores da Igreja Católica, “o novo sindicalismo”, o Partido dos Trabalhadores e o PCB e as organizações que compunham a ADEFS,⁵⁷ possuíam interesses em comum, apesar das divergências e antagonismos. Alguns desses interesses em comum eram específicos daquele contexto de crise da ditadura e da abertura política, perdendo sua razão de ser com a derrocada da ditadura a partir de 1985.

1.1.2.2. O Movimento e os Sujeitos que criaram a ADEFS E *O Grito Da Terra*.

O enfrentamento aos comerciantes intermediários na região ocorreu desde a década de 1970. Essa prática era comum em época de colheita de feijão, milho, mandioca, e outros alimentos, quando esses comerciantes compravam toda a produção dos trabalhadores rurais, repassando a preços maiores para outros comerciantes que, monopolizavam o acesso a esses produtos e comercializavam depois, a preços bem mais altos, principalmente em épocas de escassez como nas secas e em época de plantio. Segundo dados da APAEB, em *O Grito da Terra*, esses comerciantes intermediários chegavam a ter lucro de 100% sobre os produtos do trabalho, o que aparecia aos olhos dos trabalhadores como um lucro inaceitável.

⁵⁷ Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana (ADUFS), a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado da Bahia (ASTA), o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, a Associação dos Funcionários Públicos do Município de Feira de Santana, o Foto-Cineclubes Olney São Paulo, os Diretórios Acadêmicos Honestino Guimarães, do Curso de Ciências Econômicas, Alexandre Vanucci, do curso de Ciências Contábeis, Antonio Santa Bárbara, do curso de Engenharia Civil da Universidade de Feira de Santana, o Grupo de Jovens da Paróquia Senhor do Bonfim (Cruzeiro), as Associações de Moradores do Conjunto Morada das Árvores, do Bairro de Santo Antonio dos Prazeres, do Bairro Nova Esperança, da Rua Nova, do Bairro do Horto, da Avenida Anchieta, da Pampalona, a Sociedade Beneficente Presidente Getúlio Vargas (bairro do Jardim Cruzeiro), a Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia (Secção Feira de Santana), o Grupo Comunitário do Bairro Novo Horizonte, as Comissões Pró-Diretório Acadêmico dos Cursos de Estudos Sociais, Enfermagem e Administração da Universidade de Feira de Santana, a Associação Comunitária de Maria Quitéria, a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), a Delegacia Sindical dos Professores do Estado da Bahia, a Associação dos Oleiros de Feira de Santana,⁵⁷ além da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Bahia (AEABA) e a Comissão Pró-Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Feira de Santana, agregados ao coletivo quando da fundação da ADEFS. Constante da Carta de Princípios do Jornal *O Grito da Terra*. Ano 1, Nº. 01, dez/1981. p. 2.

Tratava-se de uma modificação das práticas comerciais que se chocava com os valores do que seria aceitável para os trabalhadores. A reação dos trabalhadores deu origem, por exemplo, à Experiência da APAEB e da Associação Comunitária de Maria Quitéria. Sobre a APAEB, *O Grito da Terra* explica as razões do surgimento da associação pela sua própria voz.

As colheitas dos pequenos agricultores são distribuídas em duas partes: uma reservada para o consumo da família e outra destinada à comercialização. O dinheiro adquirido com a parte comercializada é empregado em outros produtos indispensáveis à sobrevivência no campo. A venda de seus produtos e a compra de outras mercadorias são feitas através de intermediários que chegam a lucrar 100% (Cem por cento). Mas os produtos agrícolas quando ainda estão nas mãos dos agricultores nunca dão bons preços. Daí a necessidade de uma entidade que viesse ao mesmo tempo servir como um traço de união entre os agricultores e um meio para a comercialização dos produtos agrícolas e aquisição de outros produtos diretamente das fontes eliminando os intermediários.⁵⁸

É interessante como foi se ampliando a experiência de luta e organização da Associação Comunitária de Maria Quitéria (ACOMAQ). A associação começou como círculo bíblico e foi oficializada em abril 1973. Membro fundadora da ADEFS, também teve como um dos princípios a eliminação dos comerciantes intermediários e a consecução de melhores preços para a comercialização dos seus produtos, além da compra de outros produtos diretamente da fonte a preços mais baixos.

Com o nosso trabalho de grupo nós compramos uma área de terra. Construimos nossa sede para fazermos nossas reuniões e reservamos uma parte para fazer roça comunitária e experiências técnicas; construimos também um depósito comunitário para armazenar nossa colheita e não colher logo depois da colha quando os preços estão lá embaixo.⁵⁹

As ações do Estado ditatorial servem para pensar um dos porquês de os setores que faziam oposição à ditadura terem se esmerado em organizar jornais independentes. De um modo geral, do ponto de vista da disputa de visão de mundo

⁵⁸ APAEB: Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º 01, p. 06. Dez/1981.

⁵⁹ “Uma experiência comunitária”. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º 01, p. 03.

dos subalternos, impunha-se a tarefa de enfrentar o domínio do Estado sobre os meios de comunicação, instituído pela Lei de Segurança Nacional.

A política econômica de sujeição aos interesses do capital estrangeiro e defesa dos interesses do grande capital nacional e do “arrocho” salarial que as viabilizou, e a repressão política afetaram principalmente as condições de vida e as organizações da classe trabalhadora, mas, também prejudicaram outros setores como os pequenos e médios empresários que tiveram suas portas fechadas pelo avanço do processo de oligopolização, o movimento estudantil e o movimento docente, que foram afetados pela repressão nas escolas e universidades.

Além da repressão, a ditadura construiu uma política para a educação, que criou as condições contra as quais se ergueram as lutas do movimento estudantil e do movimento docente. João Rocha Sobrinho ao construir “*Uma história do exercício da cidadania no Brasil*” defende que a política educacional da ditadura militar não estava dissociada do sentido geral do regime e cumpriu um papel essencial na disputa da visão de mundo dos setores sociais subalternos. A escola não ficou de fora da estratégia dos grupos sociais dominantes. A reação do movimento estudantil e do movimento docente marcou as lutas contra a repressão política e a política educacional da ditadura militar.

A repressão nas escolas e universidades foi institucionalizada pelo Decreto-Lei 477 de 26 de fevereiro de 1969, levado a efeito pelos militares como resposta repressiva à intensificação das lutas sociais em 1968. Seu diâmetro alcançava os estudantes, os professores e os funcionários do ensino público e particular. O Decreto,

Impunha infrações disciplinares aos docentes, discentes, funcionários de estabelecimentos de ensino público e particulares que implementassem quaisquer atos políticos que contrariassem os ditadores de plantão. Estabeleceu rito sumário para demissões e desligamento de docentes, discentes e funcionários que fossem considerados subversivos nas universidades brasileiras.⁶⁰

Sobravam motivos para a articulação e a luta do movimento docente e do movimento estudantil. Dessa forma ficam mais evidentes os motivos gerais que

⁶⁰ SOBRINHO, op. cit., p. 191.

ensejaram a integração dos Diretórios Acadêmicos, do Diretório Central dos Estudantes da então denominada Universidade de Feira de Santana (UFS) nas fileiras da ADEFS e do jornal *O Grito da Terra*. A legislação e as reformas educacionais edificadas pela ditadura contribuíram para a composição do domínio sobre os movimentos sociais. A reação a elas por parte do movimento estudantil e do movimento docente contou com o movimento social feirense que instituiu as duas organizações.

As esquerdas e a oposição precisaram para isso, lidar com os costumes, os valores e as práticas políticas dos trabalhadores trazidos dos seus meios sociais de origem. É preciso considerar que frações subalternas dos setores dominantes em Feira compuseram o movimento.

A matéria de Sinval Galeão em *O Grito da Terra* chamava a atenção para as dificuldades em lidar com a inserção dos trabalhadores no aprofundamento do universo do valor de troca, que possuiu como uma das expressões a disseminação do individualismo.

Já no que diz respeito aos partidos, pode-se afirmar que o PT que só pôde ter possibilidade de existência legal naquele contexto inicial do processo de abertura política, além do objetivo de dar cabo ao regime, necessitava ganhar terreno entre os trabalhadores na cidade para, em seus termos, buscar garantir a expansão da política de autonomia de classe em Feira de Santana. A ADEFS e *O Grito da Terra* seriam disputados com afincos pelos petistas como oportunidade única para a propagação de sua visão de mundo e do seu projeto de país. Ao aglutinar-se na frente que deu vida ao movimento, o partido que defendia a autonomia da classe trabalhadora se viu envolvido em uma política de conciliação de interesses com frações subalternas dos grupos sociais dominantes.

A existência da ditadura e do “imperialismo norte-americano” como inimigos em comum catalisou a aliança, os vínculos de convivência entre os intelectuais e seus organismos também contribuíram nesse sentido. O PT aderiu à conciliação de interesses com frações subalternas dos grupos dominantes. Além dos inimigos em comum as lutas dos trabalhadores prensaram o conjunto dos atores sociais

intensificando a crise da ditadura militar. Esse foi um ponto de convergência das forças que compuseram a experiência do jornal e da ADEFS.

Para os “Autênticos” do PMDB, também visando somar forças para derrubar a ditadura e defender um determinado projeto de nação democrática, era imperativo manter e ampliar a sua inserção no movimento popular, ameaçada à direita pela expansão da política do governo da Bahia e do PDS estadual e feirense, e à esquerda pela ação da militância petista no município. O que significava a tentativa de defender o domínio sobre o executivo feirense uma vez que se estava às vésperas das eleições de 1982.

Apesar dos desentendimentos políticos e programáticos, dos conflitos entre petistas e peemedebistas, havia naquele momento a percepção que o conjunto das lutas populares poderia por termo à ditadura e dar origem a uma democracia que o país jamais havia experimentado. A convivência de petistas e peemedebistas na mesma frente política teve momentos de amor e ódio.

O PCB era minoria em termos de presença militante no interior do movimento, mas esteve presente no seu seio. Se a sua presença numérica era reduzida não se pode afirmar o mesmo da sua influência programática. A expectativa de aliança com uma pretensa “burguesia nacional” e o enfrentamento ao imperialismo são componentes programáticos do movimento que remetem ao programa pecebista.

Após ter apoiado, inicialmente, o golpe de Estado que instituiu a ditadura militar no Brasil em 1964, a Igreja Católica se desiluiu com as conseqüências trágicas da ditadura para amplos setores da sociedade brasileira, principalmente para os trabalhadores. Além disso, muitos membros da Igreja Católica foram perseguidos pelo regime, no mesmo contexto em que avançavam os grupos protestantes no país e em Feira de Santana. Apoiada nas resoluções do Concílio Vaticano Segundo a Igreja fez a “opção pelos pobres” desencadeando a luta pela participação popular nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) com base na *Teologia da Libertação*. A atuação da instituição a nível nacional foi significativa ao ponto de o Historiador Eder Sader colocá-la ao lado das esquerdas e do novo sindicalismo, como uma das “matrizes discursivas” originárias, de acordo com a visão de Sader dos “novos personagens” que entraram em cena nas lutas sociais no

país.⁶¹ Como instituição predominante no país, em Feira de Santana e região não eram diferentes, a religiosidade católica funcionou como fator de aglutinação do movimento, além dos setores da Igreja que possuíam inserção no movimento popular.

Ao conjunto destes sujeitos interessava lutar contra as condições de vida que se apresentavam naquele contexto, viabilizadas pela expansão do conjunto das relações sociais capitalistas, articulada principalmente pela atuação do Estado ditatorial militar. A luta pela redemocratização do país, apesar de haver entre eles diferentes concepções de democracia, era, portanto, parte significativa da luta contra uma determinada forma de organização das relações sociais cujas dimensões política e econômica davam sinais de crise.

Não se pode esquecer que no período em que *O Grito da Terra* e a ADEFS foram organizados o PMDB estava à frente da Prefeitura de Feira de Santana, conforme dito anteriormente, e que *O Grito da Terra* e a ADEFS são fundados às vésperas das eleições de 1982. Aliás, apesar de não haver menção às eleições de 1982 na “carta de princípios” e no editorial do primeiro número do jornal, a temática tem um peso significativo na edição de lançamento do jornal e nas edições seguintes. As duas primeiras páginas da primeira edição foram dedicadas à apresentação da iniciativa. Na terceira página, primeira a exibir matérias específicas, das cinco matérias publicadas, três possuíam relação direta com as eleições de 1982: “Sucessão”, “Pacote Eleitoral” e “Governo elimina filas em 82 para ajudar o PDS”.⁶² São indícios de que o contexto eleitoral configurou-se como uma ameaça ao controle do PMDB sobre o executivo feirense, uma oportunidade de abertura de espaços de debate para o PT a nível municipal e uma possibilidade que se abria para a denúncia das condições de vida dos grupos subalternos e para o desgaste da ditadura militar e dos setores que a apoiavam, representou um fator de aglutinação para o conjunto daqueles sujeitos e, nesse sentido, ajuda a compreender porque o movimento lançou o jornal naquele contexto. Aliás, desde 1974, as eleições expressaram as insatisfações dos trabalhadores e ajudaram a desgastar a

⁶¹ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶² Jornal *O Grito da Terra*. Ano I. N.º 01, p. 03. Dez/1981.

“legitimidade” do regime. O vulto que ganharia, logo em seguida, a campanha pelas “diretas já” e o fato de a eleição do primeiro presidente civil em 1985 ter sido indireta, dão a noção da importância das eleições de 1982 para a ADEFS.

1.1.3. A Ampliação e a Complexificação do Movimento Popular em Feira de Santana e Região

O MDB, única expressão legal da oposição, vislumbrava três alternativas no jogo político-partidário: a autodissolução; a transação com o regime ou a afirmação de uma postura radicalmente oposta à ditadura. A estratégia adotada foi a combinação das duas últimas, tentando romper com a paralisia do medo e do isolamento, o que pode ser ilustrado pela “campanha simbólica” do anticandidato Ulisses Guimarães à Presidência da República na sucessão que se abria em 1973. Seus objetivos eram evidenciar a ilegitimidade do processo eleitoral indireto, bem como capitalizar a insatisfação generalizada da população. A mudança de orientação da atuação do MDB apontava para a confluência cada vez mais ampla de outros setores oposicionistas no pós-74. Esta tônica abrangeria desde a avaliação crítica da luta armada até o comprometimento com formas de organização não-violentas da população através de dois canais: os movimentos de base (na cidade e no campo) e o movimento pelos direitos humanos. Com essa nova dimensão, o MDB passou a constituir-se de fato numa ampla frente oposicionista.⁶³

No interior do MDB a defesa dos direitos humanos, resultado da crítica à luta armada, dos interesses dos trabalhadores do campo e da cidade, e a atração de amplos setores da oposição, o que na prática o tornou uma frente que representava amplos setores sociais, precisam ser destacadas. A condição de frente, no caso do MDB, resultou, segundo as autoras, da estratégia de “denúncia dos custos sociais do modelo econômico, fazendo repercutir em outros setores da sociedade as pressões por reformas”⁶⁴.

Foram realizadas grandes passeatas que se constituíram num dos mais fortes protestos contra o governo ditatorial, apoiado por vários intelectuais, artistas, religiosos progressistas e grande número de mães. O governo as reprimiu violentamente, com prisões arbitrárias e, no final de março, invadiu, na cidade do Rio de Janeiro, o restaurante universitário “Calabouço”, para efetuar novas prisões e

⁶³ MENDONÇA, op. cit., p. 51.

⁶⁴ MENDONÇA, FONTES. 1988, p. 50/51.

assassinou o estudante universitário Edson Luís, de 17 anos, o que representou o estopim, estimulando uma grande reação estudantil e de outras categorias ao governo ditatorial. O ápice desse movimento foi marcado pela Marcha estudantil, em 26 de junho de 1968 com a passeata dos 100 mil, que ocupou as ruas do centro do Rio de Janeiro.⁶⁵

A expansão e a complexificação do movimento popular em Feira de Santana, portanto, teve como origem a inspiração em experiências de luta do período populista e no acirramento do conflito de classes, em meio à expansão das relações sociais capitalistas na cidade que reduziram a classe trabalhadora à carência de condições básicas de sobrevivência, ainda que expresso de uma forma mais contida. Contando em alguns casos com o apoio da Igreja Católica, do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e do MDB, as lutas na cidade que foram parte da intensificação das lutas sociais no Brasil e na periferia do capitalismo mundial, e contribuíram para criar as condições que desencadearam a formação da frente que deu origem ao Jornal O Grito da Terra e, posteriormente, à ADEFS.

Trata-se do esforço de recuperação do percurso das organizações da classe trabalhadora que fizeram parte do movimento, da luta por condições básicas de sobrevivência para compor uma frente que projetou um país democrático e livre da exploração imperialista nos sentidos que aqueles sujeitos davam a estes termos.

Quanto aos intelectuais, é preciso considerar os salários, as condições de trabalho e de vida sob o autoritarismo do regime militar, a necessidade de reação, dada a repressão sobre as universidades, e a oportunidade mais evidente de lutar para por termo à ditadura militar com a abertura política, para compor a compreensão do processo de organização da entidade. Tudo isso como forma de reação à repressão aos intelectuais nas universidades e nas escolas.

1.2. A EXPANSÃO CAPITALISTA NA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA.

O que levou a classe trabalhadora a ficar sem as condições básicas de sobrevivência? Porque a ditadura militar retirou dos trabalhadores da Rua Nova e do Alto do Cruzeiro o meio que possuíam para fazer isto? Um ponto de encontro com a

⁶⁵ Idem., p. 190.

política do arrocho, que não era apenas salarial. A expropriação dos meios de luta contra a exploração e por melhores condições de sobrevivência é parte do processo de concentração de poder político e econômico e de disputa da visão de mundo dos trabalhadores por parte dos militares.

Considerando a cidade de Feira de Santana no início da década de 1980, um problema que se colocava para os setores dominantes na cidade era o da disciplinarização dos trabalhadores, em sua maioria recentemente chegados ao ambiente urbano e, portanto, não acostumados aos níveis de exploração do trabalho e às condições de vida na cidade. O Serviço de Integração de Migrantes (SIM) e a Associação Feirense de Assistência Social (AFAS) analisados por Charlene de Brito,⁶⁶ em seu estudo sobre a presença protestante na cidade vão também na mesma direção.

Já para a oposição e as esquerdas o problema que se colocava era o de intensificar a mobilização e a organização dos trabalhadores para dar mais fôlego às lutas sociais, com vistas ao enfrentamento à ditadura militar, e à disputa dos rumos do país.

Mas as expropriações não incidiam apenas sobre os espaços de organização dos subalternos, como bem chamou a atenção Virgínia Fontes, uma parte significativa da expansão das relações sociais capitalistas no país significou a prática de expropriações como a grilagem de terras, onde setores dos grupos dominantes expulsavam os trabalhadores de suas terras contando com o apoio de lideranças políticas e da polícia.

Em Feira de Santana e região estas práticas estiveram em curso. Nas páginas de *O Grito da Terra*, a grilagem aparece recorrentemente. Uma situação dramática que o jornal procurava combater denunciando essa forma de expropriação dos trabalhadores por parte dos grupos dominantes e dando visibilidade às lutas dos trabalhadores nesse contexto de expansão de relações sociais capitalistas.

⁶⁶ BRITO, Charlene José de. *Presença Protestante Progressista em Feira de Santana: um Trabalho Ecumênico de Ação Social (1970 -1990)*. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, 2008.

1.3. A ADEFS, A ASCENSÃO DAS LUTAS SOCIAIS EM FEIRA, NO BRASIL E NA PERIFERIA DO CAPITALISMO MUNDIAL, A CRISE DA DITADURA MILITAR E A ABERTURA POLÍTICA

Por volta de 1973 o modelo econômico que viabilizou o “milagre”, baseado no arrocho salarial, no favorecimento do grande capital nacional e estrangeiro, no endividamento externo, e que ajudou a legitimar politicamente a ditadura, começava a dar sinais exaustão.

Por um lado o “milagre” dava os primeiros sinais de seu esgotamento em decorrência das inúmeras contradições internas que exacerbava e que estavam presentes na sua própria construção. Por outro, a queda das elevadas taxas de crescimento econômico retirava do regime político o precário “chão” de legitimidade popular que buscava mobilizar.⁶⁷

Conforme afirmam as autoras a crise foi provocada pela exacerbação das contradições do modelo de acumulação que resultou em queda das taxas de crescimento econômico. A questão é que a “legitimidade política”⁶⁸ do regime segundo Mendonça e Fontes foi embasada na tão propagada “eficiência econômica”,⁶⁹ por isso, com a queda das taxas de crescimento o apoio ao regime começou a declinar. “A crise do milagre brasileiro caracterizou-se por duas peculiaridades: foi uma crise de endividamento e uma crise de fim de fôlego do Estado na manutenção do ritmo de crescimento”.⁷⁰

Sobre a relação entre a crise política e a crise econômica da ditadura Eurelino Coelho parte de um pressuposto muito similar ao afirmar que “sobre a chamada ‘transição democrática’, porém, vale lembrar que a crise econômica deve figurar em qualquer explicação sobre o processo de desestabilização do regime, posto que ela

⁶⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de. FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente*. 1964-1980. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 52.

⁶⁸ Idem. p. 49.

⁶⁹ Idem. p. 49.

⁷⁰ Idem. p. 54.

repercutiu sobre a capacidade da ditadura de manter a unidade política da burguesia”.⁷¹

Para Eurelino Coelho, “entre 1974 e 1975, pela primeira vez desde a década de 1940 uma grave recessão econômica atingiu simultaneamente todos os países imperialistas”.⁷² O pensamento do autor remete ao fato de que a propagação da ideia de uma recessão econômica internacional circunscrita à “crise do petróleo”, produzia uma concepção minimizada da crise econômica mundial.

Valendo-se das contribuições de Ernest Mandel, Coelho sugere que “a *crise conjuntural aberta em 1974 deve ser interpretada como uma clássica crise cíclica de superprodução*”⁷³ e remete à chamada *crise do capitalismo tardio*, à qual estava vinculado o acirramento das lutas antiimperialistas na periferia do capitalismo mundial.⁷⁴ Com a crise, ocorreu a diminuição da liquidez internacional que garantia a tomada dos empréstimos no estrangeiro, e o conseqüente aumento das taxas de juros. Por isso, os empréstimos no exterior ficaram mais caros.

Este movimento atingiu em cheio economias como a nossa, pelo encarecimento das importações e pela elevação do custo do dinheiro. Dessa forma, qualquer novo pacote de investimentos para repor máquinas e equipamentos desgastados ou obsoletos estava dificultado, comprometendo o prosseguimento da acumulação.⁷⁵

Somando a isso o aumento do fluxo de excedentes para o exterior através das importações, dos empréstimos e do crescimento da presença de empresas monopolistas estrangeiras no país, ou seja, a dependência externa, entende-se porque o modelo sofreu “estrangulamento” e o Estado não tinha mais como manter o financiamento do padrão de acumulação.

Segundo Mendonça e Fontes a resposta do Estado veio entre 1975 e 1976, através do lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que redefiniu os setores que seriam privilegiados pelo fomento estatal e deu origem a significativas insatisfações entre setores dos grupos sociais dominantes.

⁷¹ COELHO, op. cit., 2012, p. 69.

⁷² Idem. p. 36.

⁷³ Idem. p. 37.

⁷⁴ Idem. p. 47.

⁷⁵ MENDONÇA, op. cit., p. 56.

O II PND, iniciado com a gestão Geisel, estabeleceu como meta para a economia a substituição do que fora até então o ‘carro-chefe’ da acumulação brasileira. O setor de bens de consumo duráveis deveria ser desbancado pelo de bens de produção, enquanto prioridade da política econômica do governo. Os agentes de tal transformação seriam, evidentemente, as empresas produtivas estatais.⁷⁶

Para Mendonça e Fontes, a estratégia do Estado, levada a efeito pelo II PND, subestimava a crise internacional e desconsiderava as conseqüências políticas que tais medidas econômicas poderiam ter. Citando a tese de livre-docência de Carlos Lessa as autoras afirmam que:

O que estava em jogo, na verdade, era a própria redefinição da correlação de forças no interior do bloco no poder. Deslocar interesses tão sólidos como aqueles envolvidos com o setor de bens duráveis de consumo não era objetivo que se conseguisse atingir com a força de uma “penada” ou de algumas “baionetas”. Afinal esta fora a ênfase da acumulação brasileira desde o Plano de Metas de Kubsticheck, consolidando o predomínio do capital estrangeiro no país.⁷⁷

Outra conseqüência significativa da crise econômica foi o acirramento da “luta pelos recursos” oriundos dos cofres públicos no interior dos grupos sociais dominantes. O descontentamento de setores poderosos começou a vir à tona.

Transferiu-se para o BNDE os fundos de poupança compulsória aumentando o grau de controle público sobre os fluxos de investimento. Tornando-se os bancos oficiais os financiadores dos grandes projetos, ameaçavam-se interesses tão poderosos como os do capital bancário. A grita seria generalizada.⁷⁸

As novas prioridades econômicas e as tentativas do governo no sentido de conter os efeitos da crise acabaram favorecendo um setor da burguesia brasileira ligado à fabricação de bens de produção que iniciou esforços no sentido de recompor as formas de dominação política que apontavam para uma tentativa de redemocratização.

⁷⁶ Idem. p. 57.

⁷⁷ Idem. p. 58.

⁷⁸ Idem. p. 59.

Seus representantes – dentre os quais podem-se destacar empresários como Bardella, Villares, Sanson e outros – transformaram-se numa espécie de “vanguarda” da burguesia industrial brasileira, preocupada com novas formas políticas de dominação e com a criação de canais mais flexíveis de comunicação com os centros de decisão econômica. O autoritarismo do regime seria duramente questionado, como forma de justificar o projeto de alternativas para a crise, elaborado pelo grupo no *Primeiro Documento dos Empresários* (1978): ênfase no desenvolvimento da indústria de base, no fortalecimento da indústria nacional e no saneamento do sistema financeiro.⁷⁹

Uma parte da classe dominante brasileira passa a fazer críticas aos militares e a construir um projeto político para disputar os rumos do país, que, segundo Sônia Mendonça e Virgínia Fontes, possuía uma aparência nacionalista, mas estava perfeitamente articulado com os interesses do capital estrangeiro.⁸⁰

Por outro lado, a demonstração de insatisfação popular através do voto promoveu transformações no campo político de oposição que contribuíam para a crise da ditadura. É nesse sentido que Eurelino Coelho argumenta ao se referir ao processo.

[...] as eleições parlamentares de 1974 – nas quais, já sob o impacto da recessão, a oposição obteve uma votação expressiva – foram apontadas por vários analistas como um sintoma das dificuldades para a sustentação política do regime. Os anos seguintes aprofundariam aquelas dificuldades e criariam outras mais.⁸¹

Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes já haviam chamado a atenção para o fato do resultado das eleições de 1974 ter colocado dificuldades para o bloco de poder que sustentava a ditadura e dado ao MDB um papel de aglutinador dos setores prejudicados pela crise, modificando o sentido da sua atuação política.

A inesperada vitória da oposição em 1974 – apesar de suas diferenças internas, da escassez de recursos e de toda a maciça propaganda da Arena calcada nos feitos do regime – reforçava a nova feição do MDB. A adesão das massas populares transformava-o de partido de “oposição consentida” em “oposição escolhida”, tendo a diminuição dos votos nulos e brancos contribuído para dar um certo tom plebiscitário ao pleito. Configurava-se a possibilidade de uma alternativa político-partidária capaz de aglutinar segmentos diversos

⁷⁹ Idem. p. 63.

⁸⁰ Idem. p. 63.

⁸¹ COELHO, op. cit., 2012, p. 69.

da população, descontentes com o governo militar (Evers in: Krischke, org., 1982).⁸²

Assim o MDB se aproximou dos setores populares e atraiu dissidentes do regime. O desgaste da ditadura se ampliava à medida que os conflitos sociais se acirravam. A erupção das lutas dos trabalhadores exerceu papel fundamental nesse processo.

A classe trabalhadora foi a mais afetada pela crise econômica, o modelo de acumulação aprofundado e consolidado pela ditadura, como afirmam Mendonça e Fontes, produziu a diminuição significativa do valor real dos salários atingindo “o limite físico da resistência das camadas populares”,⁸³ causando a proliferação de epidemias, como a de meningite, por causa das precárias condições de vida dos trabalhadores que atingiu em menor escala as demais classes sociais. O aumento dos acidentes de trabalho ajudou a compor o quadro desolador da classe trabalhadora nos primeiros anos da década de 1970.

As lutas dos trabalhadores aproximaram sujeitos sociais que possuíam vínculos com a classe e buscavam fortalecê-los, favorecendo o surgimento de organizações subalternas cuja atuação contribuía para o aprofundamento da crise.

A permanência do arbítrio e do alijamento dos setores populares associou amplas camadas sociais da imprensa à igreja, do movimento estudantil às Associações de Moradores, contribuindo para que as reivindicações que germinavam desde os primeiros anos da década viessem à tona por volta de 1976-77, no quadro da crise de legitimidade por que passava então o regime militar.⁸⁴

A similaridade com o surgimento de *O Grito da Terra* e da ADEFS não é mera coincidência. Esses e outros sujeitos sociais contribuíram para o avanço das reivindicações da classe trabalhadora, portanto, precisam ser considerados no processo de ascensão das lutas sociais, dadas as suas contribuições, como bem destacou Eder Sader na obra “Quando Novos Personagens Entram em Cena”, mas o sentido das lutas dos trabalhadores e a possibilidade de compreensão dos seus determinantes mais profundos, emergem das condições de trabalho e de vida

⁸² MENDONÇA, op. cit., p. 73.

⁸³ Idem. p. 68.

⁸⁴ Idem. p. 70.

conforme demonstrado pelas autoras e pelos autores que figuram nesta parte da síntese.

Assim, a revolta popular se dirigia àquelas condições e às relações sociais que as produziram, tendo, no entanto a Igreja, através das comunidades eclesiais de base calcadas na teologia da libertação, a esquerda e o Novo Sindicalismo dado significativa contribuição na organização e direção das lutas. Os intelectuais atuaram significativamente, mas o sentido das lutas precisa ser buscado na experiência da classe trabalhadora.

Segundo Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes, essas são as condições em que “inauguram-se alternativas de participação popular”, com o surgimento ou assunção de novo papel das Associações de Bairro e Sociedades de Amigos de Bairro. Trouxeram à tona a forma de organização autônoma, contra a tutela estatal e foram descritas pelas autoras como “extremamente combativas”.⁸⁵

À medida que se aprofundava a crise econômica, agravava-se o aviltamento das condições de trabalho e de vida. Na esteira dos conflitos, surgiu no Rio de Janeiro mais uma revolta que se agregou à ascensão das lutas dos trabalhadores.

No ano de 1977, eclodiu novo levante popular, centrado no Rio de Janeiro. Mantendo o espontaneísmo como elo comum com os quebra-quebras anteriores. Apresentou no entanto a característica de revolta de operários nos próprios locais de trabalho. Os trabalhadores da construção civil insurgiram-se contra o péssimo estado dos alojamentos e cantinas destruindo-os em violentos motins indicador da tentativa de recuperação das suas formas próprias de expressão.⁸⁶

Ocupa a centralidade do debate sobre o acirramento das lutas sociais no final da década de 1970 o surgimento do “novo sindicalismo” em São Paulo, através da atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que, segundo Marcelo Badaró, conseguiu angariar representatividade aproximando-se dos trabalhadores e das suas lutas, principalmente a partir de 1977. Segundo Sônia Mendonça e Virgínia Fontes, na base do chamado “novo sindicalismo” estava

⁸⁵ Idem. p. 71.

⁸⁶ Idem. p. 71.

[...] a longa gestação da Oposição Sindical e da Pastoral Operária que, procurando fugir dos limites estreitos do sindicalismo oficial, apoiaram-se nas comissões de fábrica, permitindo o fortalecimento do movimento operário nos próprios locais de trabalho (Moisés, op. cit., p. 65-7).⁸⁷

As grandes greves do ABC paulista entre 1978 e 1979 espalharam-se e projetaram o “novo sindicalismo” para o país, apesar de Marcelo Badaró chamar a atenção para um certo grau de espontaneísmo dessas greves. A repercussão desse processo e as expressões das lutas sociais em cada região do país em que o movimento se propagou precisam ser consideradas para uma melhor compreensão do todo. Este estudo tenta percorrer esse caminho no que diz respeito à ADEFS, a Feira de Santana e sua área de influência. Diante do acirramento das lutas dos trabalhadores, a crise do regime se agravava.

Há um debate, porém, se estas lutas eram ou não manifestações da luta de classes. Eurelino Coelho refere-se a vários autores, porém dedica-se mais às posições de Ricardo Antunes que defende que as lutas eram contra a superexploração do trabalho e José Álvaro Moisés que argumenta que as greves do final da década de 1979 e da década de 1980 eram lutas por direitos, por cidadania. Passemos a palavra para Coelho.

As interpretações que omitem ou secundarizam a determinação de classe das lutas naquele período desviam-se do essencial. Nas lutas sociais daquele contexto atuam claramente dois contendores principais: setores da classe trabalhadora e representantes do capital. O caráter de classe das lutas é mais evidente no caso das greves, que foram momentos de enfrentamento direto entre patrões e empregados. Mas havia outros movimentos “explodindo” na mesma conjuntura. Assim como as greves não vieram do ar, também estes movimentos têm suas raízes plantadas ao longo dos anos 70, freqüentemente associados a organizações da Igreja Católica. Mas qual o sentido das lutas contra a carestia, pela posse da terra ou por transporte ou moradia dignos? São todos confrontos travados por sujeitos contra formas de carência material que resultam do fato de que se apropriam somente de uma parcela desproporcionalmente pequena da riqueza social. Esta situação, por sua vez, é determinada pela condição de classe: não sendo proprietários dos meios de produção, somente podem adquirir os meios de sobrevivência com aquilo que obtêm mediante a venda da sua própria força de trabalho. As condições em que esta venda tem de ser realizada (que podem

⁸⁷ MENDONÇA, op. cit., p. 72.

variar muito) e mais os mecanismos de exploração do trabalho podem determinar uma forte deterioração do preço desta mercadoria, o que se expressa como restrição do poder de adquirir meios de vida, ou seja, carência material. Se é assim, a luta contra a alta de preços dos alimentos ou pelo direito de morar são formas de luta contra situações de carência que decorrem do próprio modo capitalista de produção e que afligem aqueles que, possuindo ou não vínculos formais de emprego, vivem do seu próprio trabalho. A protagonista dessas outras lutas específicas, também marcantes no período das grandes greves, foi, sim, a classe trabalhadora, ao contrário do que pensa a maioria dos estudos recentes sobre os movimentos sociais, que desconsidera a centralidade da condição de classe e privilegia, em suas análises, as dimensões dos conflitos que podem ser interpretadas como lutas por direitos e por cidadania. Mesmo quando, nos conflitos, os protagonistas não se referem a si mesmos como classe trabalhadora (e sim como moradores de favela ou usuários de trens suburbanos, por exemplo) a objetividade da sua condição de classe é inescapável. Sem a desigualdade histórica de classes tais conflitos pela apropriação da riqueza social nem sequer ocorreriam.⁸⁸

Levando-se em consideração que os autores se referem à explosão das greves operárias no país e que estamos nos referindo ao contexto de Feira de Santana a partir de meados da década de 1960. Defendo que estes conflitos são expressões da luta de classes, dentro das possibilidades que as condições históricas lhes apresentaram.

1.3.1. Novas possibilidades em meio à velha repressão: a ADEFS e as ambiguidades da abertura

Eu acho que é preciso entender um pouco o contexto da fundação da ADEFS, da sua razão de existir. Nós estávamos vivendo, no início da década de 1980, já o período da chamada abertura, do processo de redemocratização, mas ainda vivíamos sob a ditadura militar, e tínhamos o surgimento de algumas entidades e, particularmente em Feira de Santana nós tínhamos recém-criado a ADUFS.

[...]

Que é o ponto de partida para a minha participação na ADEFS. Eu era da ADUFS e militava na ADUFS e nas relações da ADUFS com o movimento em geral.

Quando surge a primeira proposta, primeira vez, de que pudéssemos sentar pra construir uma proposta de comunicação através de um jornal que pudesse ser instrumento de comunicação dos movimentos

⁸⁸ COELHO, op. cit., 2005, p. 42/43

organizados, dos movimentos populares de Feira, eu participo já como representante da ADUFS.⁸⁹

O Professor José Carlos Barreto de Santana, militante da Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana à época de fundação da ADEFS, tornou-se membro do primeiro corpo de opinião do jornal *O Grito da Terra* e, mais tarde, secretário geral da ADEFS, sinaliza a importância do contexto de abertura e sugere sutilmente “ainda vivíamos sob a ditadura militar”. Os estudos destacam a importância do espaço político viabilizado pela abertura para a organização dos subalternos. Segundo Mendonça e Fontes, as lutas dos subalternos foram responsáveis pela extinção do AI-5 em 1978 e pela “adesão de setores dominantes ‘liberais’, ao projeto de abertura como saída desejável para o impasse político vivido no país”.⁹⁰ Abriu-se, dessa forma, um espaço para uma maior articulação das oposições.

O fim do AI-5 em 1978 propiciou maior organização das oposições, ao repor algumas liberdades legais – como foi o fim da censura à imprensa, prisão somente com acusação formal, habeas-corpus – e ao reduzir os mecanismos excepcionais de controle do Executivo sobre o Congresso. O MDB chamou a si as oposições neste processo, o que possibilitou levá-lo à frente, centralizando-o partidariamente. Atuou conjuntamente com os setores de elite da oposição não partidária – especialmente Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) -, que a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil, enfrentavam o Estado (Moreira Alves, 1984, p. 225).⁹¹

Com base em ALVES (1987), Virgínia Fontes acrescenta ainda às organizações que tiveram importante papel na luta contra a ditadura a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Clube de Engenharia.⁹² Esses movimentos de âmbito nacional articularam-se no interior da ADEFS contribuindo para a sua estruturação.

⁸⁹ SANTANA, José Carlos Barreto de. Entrevista concedida à pesquisa sobre a ADEFS. Gravada em vídeo. Feira de Santana, Maio de 2017.

⁹⁰ MENDONÇA, & FONTES, op. cit., p. 76

⁹¹ Idem., p. 76.

⁹² FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo*. Teoria e História. 2ª. Ed. Rio de Janeiro. EPSJV/Editora, 2010, p. 225.

A aproximação entre o MDB e esses setores é importante para se compreender o processo que permitiu a organização da ADEFS e de *O Grito da Terra*, uma vez que as lutas sociais desmontavam parte do aparato repressivo do regime e propiciavam um processo de centralização das oposições.

Ao mesmo tempo o movimento popular exacerbado pelo recrudescimento da crise econômica e contando com novas formas organizativas tendia a superar a dicotomia até então existente entre políticas de base e a política formal, fortalecendo a oposição ao regime.⁹³

Esta aproximação entre a luta social e a luta partidária durante a ditadura existiu em Feira de Santana, ocorreu desde a década de 1960, com a inserção do grupo “Autênticos do MDB” nos movimentos populares da cidade. Talvez seja possível defender, portanto, que tal dicotomia não tenha ocorrido em Feira, pelo menos em todo o período que ocorreu a nível nacional.

Considerando a crise econômica e a crise política que envolveu as revoltas populares, a atuação das Associações de Bairro, o surgimento do novo sindicalismo, e as mudanças na orientação do MDB, Sônia Mendonça e Virgínia Fontes afirmam que

esse conjunto de fatores favoreceu uma nova transformação do regime no sentido de sua liberalização. O projeto da distensão – lenta, gradual e segura – surgia em boa hora, apesar de, na prática, estar sujeito a inúmeras pressões e contrapressões. Daí o cuidado da facção militar que o encabeçava em omitir detalhes quanto às estratégias e etapas de sua implementação, deixando claro seu caráter limitado, e, sobretudo negociável. A “abertura” foi, pois, realizada, mantendo-se o instrumental repressivo herdado do período anterior.⁹⁴

A “abertura” visava, portanto, segundo as autoras, a uma representação política mais estável para a ditadura, diante da crise estrutural pela qual passava o regime. Elas procuram demonstrar os avanços das lutas e os recuos autoritários do Estado, como parte da defesa da tese de que, apesar do contexto de abertura, o Estado, as relações sociais e a economia no país preservariam elementos oriundos da ditadura militar mesmo após a sua derrocada.

⁹³ MENDONÇA & FONTES. op. cit., p. 76.

⁹⁴ Idem, p. 73-74.

Se o Estado visava “controlar” a abertura, porém, não podia ser revertida, as lutas sociais não permitiam muita margem de escolha. Uma prova disso foi o desdobramento do decreto do general João Figueiredo que pôs fim ao bipartidarismo visava fragilizar as oposições até então reunidas em torno do MDB, além de diminuir a carga negativa que a Arena representava frente aos setores populares, mudando o seu nome para Partido Democrático Social (PDS). A estratégia não funcionou a contento, pois, diante dela a frente oposicionista persistiu e pressionou pela Anistia. Decretada em 1979, ela absolveu todos os militares que participaram da repressão, mas não fez o mesmo com os participantes da luta armada. Confirmando, na visão de Virgínia Fontes e Sônia Mendonça, o caráter tenso e limitado da distensão.⁹⁵

Com o fim do bipartidarismo o MDB, passou a ser o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O processo abriu caminho para o surgimento de novos partidos como o Partido dos Trabalhadores e para a saída da clandestinidade de outros como o PCB, ampliando o espaço do debate político e abrindo caminho para a intensificação das lutas sociais.

Os novos partidos surgidos dessa reorganização somente se legalizaram em 1980. Dentre eles, destacaram-se o Partido Popular (PP) – cisão do MDB agrupada em torno de Tancredo Neves; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que congregou ex-arenistas e emedebistas, após prolongada disputa judicial pela sigla entre Ivete Vargas e Leonel Brizola, vencida por aquela; Partido Democrático Trabalhista (PDT) – Liderado por Brizola – e, finalmente, o Partido dos Trabalhadores (PT).⁹⁶

A grande novidade, do ponto de vista partidário, ligada à classe trabalhadora, foi a organização do Partido dos Trabalhadores. Congregando sujeitos oriundos de diferentes correntes políticas, partidárias ou não, mas, mantendo a linha de defesa dos interesses da classe trabalhadora, através da política de autonomia de classe, o PT construiu um projeto democrático e popular para o país numa perspectiva de luta pelo socialismo. Assim se posicionam Sonia Mendonça e Virgínia Fontes sobre o significado do Partido dos Trabalhadores no início da década de 1980.

⁹⁵ MENDONÇA & FONTES, op. cit., p. 77.

⁹⁶ Idem., p. 77-78.

A organização do PT, não obstante as tentativas do planalto em impedi-la, estava umbilicalmente ligada ao “novo sindicalismo” paulista, diferindo radicalmente da tradicional montagem dos partidos legais no Brasil, por representar um movimento popular buscando formas próprias de expressão política (Almeida, op. cit., p. 212).⁹⁷

Virgínia Fontes, sem a companhia de Sônia Mendonça em trabalho mais recente intitulado “O Brasil e o capital-imperialismo”, assim se refere ao surgimento do Partido dos Trabalhadores, destacando o seu caráter anticapitalista.

A formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1981, alterava os acanhados contornos sugeridos pela “redemocratização”, ao incorporar e imantar politicamente parcela expressiva das diferentes tendências do campo popular (COELHO, 2005). Dois elementos devem ser considerados no PT, sobre os quais não nos estenderemos. A importância da presença massiva de trabalhadores e de sindicatos na sua construção reforçava laços classistas (de cunho marcadamente sindical) e atuava no sentido de estabelecer conexões anticapitalistas, em primeiro lugar entre os diferentes sindicatos e seus variados interesses corporativos e, em seguida, entre as miríades de movimentos sociais. Forjava-se uma consciência anticapitalista no interior da classe trabalhadora (IASI 2006, p. 376 et seq.). Em segundo lugar, a presença no PT de organizações militantes com origem e formação política diversificadas. Muitas tendências eram francamente socialistas e, mesmo em momentos posteriores, em luta contra outras tendências mais acomodantes, mantiveram na pauta do PT a reflexão sobre o papel do Estado e da organização política anticapitalista. Se o Partido dos Trabalhadores continha em seu interior tendências não apenas diferentes, mas em diversos aspectos crescentemente contraditórias, caracterizou-se, em toda a década de 1980, como um partido antiburguês.⁹⁸

Eurelino Coelho, em sua tese de doutorado sobre o “transformismo” dos grupos dirigentes do PT, segundo o autor caracterizado pelo abandono do referencial marxista, contrapõe-se à narrativa de um “mito fundador”, que atribuía o papel central na fundação do Partido dos Trabalhadores ao “novo sindicalismo” e ao núcleo de dirigentes sindicais ligados a Luis Inácio Lula da Silva, tornado a tendência majoritária do partido, mais tarde denominada Articulação.

⁹⁷ Idem. p. 78.

⁹⁸ FONTES, 2010, p. 232.

O Partido dos Trabalhadores começava a se concretizar em vários lugares do Brasil. Era a resposta organizativa construída por trabalhadores que emergiram para a política na vaga de mobilizações do final dos anos 70. Mas a passagem das greves e agitações sociais para a concretização da nova formação política não foi, de modo algum, mecânica. Havia vários projetos de partido em discussão e o fato de que o resultado histórico tenha sido, afinal, o PT tal como ele se configurou foi a consequência dos embates que se travaram entre as forças que se envolveram, não estava dado *a priori*. E nem poderia ser de outro modo, tal a diversidade de sujeitos que emergiam das lutas e formulavam o problema da organização política e dos horizontes de luta, a partir do qual foi criada a perspectiva do novo partido. No entanto, parte importante dos estudos sobre a origem do PT termina por reproduzir um tipo de “mito fundacional”, uma narrativa linear sobre um advento, com seus heróis.⁹⁹

Segundo Coelho, esse “mito” cumpriu um papel importante nas disputas pela hegemonia interna do PT, além de ter migrado para as páginas de alguns estudos sobre o partido. Divergindo da abordagem de Mendonça e Fontes que atribuem papel central no processo de fundação do PT ao “novo sindicalismo”, o autor chama a atenção para a diversidade de sujeitos que percebiam naquele contexto a necessidade de um partido operário e dos que atuaram no sentido da sua fundação.

Se olharmos para o conjunto de sujeitos que tinham emergido com as mobilizações, e não só para os metalúrgicos de São Bernardo, perceberemos elementos com os quais se pode construir uma narrativa diferente. O mais importante não é que fosse Lula ou outro sujeito qualquer a vocalizar pela primeira vez a necessidade de construção de um partido da classe trabalhadora. O que é realmente decisivo é que esta necessidade se impunha, naquele contexto histórico, a vários sujeitos. Lula e os sindicalistas perceberam a necessidade de construir um novo partido ao mesmo tempo em que vários outros sujeitos em várias regiões do país chegavam à mesma conclusão. A literatura é praticamente unânime em apontar os grupos que confluíram para a formação do PT:³² militantes do chamado “novo sindicalismo”, principalmente os grupos denominados “autênticos” (dentre os quais os diretores do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, do qual fazia parte Lula) e algumas oposições sindicais; militantes de organizações clandestinas de esquerda que questionavam a política de aliança de classes dos partidos comunistas;³³ militantes dos movimentos populares, muitos dos quais, sobretudo nos movimentos de bairro e rural, organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica;

⁹⁹ COELHO, 2005. p. 49.

intelectuais de esquerda (organizados em grupos, como o *Autonomia em São Paulo*) parlamentares do MDB e depois do PMDB.¹⁰⁰

Como destaca o trabalho de Igor Gomes Santos, essa novidade encontraria dificuldades para se inserir nos espaços organizativos da porção feirense da classe trabalhadora brasileira, que contavam com a forte presença, no entanto, do PMDB, por sua vez marcado pelo domínio do grupo dos “Autênticos”. Segundo Igor Gomes, *O Grito da Terra* foi o espaço organizativo feirense em que o PT teria predominado sobre o PMDB.

Já Sônia Mendonça e Virgínia Fontes defendem a tese de que, apesar da abertura política e das transformações vividas pelo país através dos movimentos sociais e da oposição partidária, as estruturas da ditadura ainda persistiam no contexto de abertura. O diagnóstico da carta de princípios do jornal *O Grito da Terra* e o projeto nela exposto, apresentados no segundo capítulo deste texto, reforçam a perspectiva das autoras.

Marcelo Badaró, de certa forma, ajuda a reforçar esta tese quando destaca a “*contenção das ações grevistas*” levada a efeito pelos empresários e pelo Estado nos primeiros anos da década de 1980. Vale ressaltar que as greves foram retomadas a partir de 1983.

Tratava-se de uma conjuntura marcada pelo desemprego, crise econômica e com o empresariado e o governo já preparados para enfrentar as greves, através do endurecimento nas negociações e do acionamento dos mecanismos repressivos da legislação sindical. A partir de 1983, entretanto, voltou a crescer a incidência de greves e os anos seguintes foram marcados por um ritmo intenso e inédito dos movimentos grevistas, indicando uma fase de intensa atividade sindical. Das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 greves de 1989, foram 12 anos de crescimento no número e volume das paralisações.¹⁰¹

A ADEFS foi fundada exatamente nesse período de “contenção das ações grevistas” pelos empresários e pelo Estado, o que coloca a questão das

¹⁰⁰ COELHO, Eurelino. Articulação: independência de classe e o princípio da contra-hegemonia. (Capítulo 1) In: COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. (Tese de doutorado). Niterói-RJ: UFF, 2005, p. 51.

¹⁰¹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 80.

repercussões deste processo na entidade. Não é possível estabelecer uma “ligação direta” e mecânica entre o que acontecia no país e o que acontecia na cidade e no movimento. Por outro lado, também não se pode compreender o percurso da ADEFS sem considerar todo esse processo. Para isso, basta, por exemplo, observar o conteúdo e o sentido do projeto do movimento, voltado para a crítica de baixo para cima do Estado, da economia e das relações sociais e culturais do Brasil e de como eles se apresentavam em Feira de Santana e região no início da década de 1980.

Sônia Mendonça e Virgínia Fontes consideram que a análise do jogo partidário, levando-se em consideração a crise econômica e a ascensão das lutas sociais, fornece a chave para a compreensão da “Nova República”. Eurlino Coelho, por sua vez, parte do pressuposto de que as lutas sociais que vieram à tona no cenário nacional no final da década de 1970 são o lugar privilegiado de compreensão das transformações pelas quais passavam o país durante a crise da ditadura militar.

Quando dezenas ou até uma centena de milhar de trabalhadores ocupam estádios e praças, como ocorreu em 1979 e 1980, desafiando abertamente as interdições impostas pela ditadura, há um questionamento direto sobre a efetiva capacidade dirigente dos mandatários. Diante da reincidência e da expansão das greves, o modo de dominação ditatorial provou sua ineficiência para salvaguardar adequadamente os interesses dominantes. Há indícios claros de que muitos dentre os empresários que se beneficiaram das políticas de arrocho salarial implementadas e garantidas diretamente pelo governo, diante da intensidade dos conflitos e da persistência dos trabalhadores estavam dispostos a mudar sua posição: trocariam de bom grado os respaldos legais e repressivos fornecidos pela ditadura por espaços de busca de solução negociada. E isso não por estarem comprometidos com os valores universais da democracia, mas por calcularem custo e benefício.¹⁰²

Apresentando variações quanto ao nível de adesão às paralisações, estas greves gerais representaram, em seu conjunto, uma possibilidade de unificação das lutas e elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, que nesses casos dirigiam-se ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente às políticas salariais, incluindo bandeiras mais gerais, como reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa.¹⁰³

¹⁰² COELHO, 2012, p. 40.

¹⁰³ MATTOS, 2002, p. 81.

Destacando as conseqüências da ascensão das lutas da classe trabalhadora no equilíbrio de forças no interior dos grupos dominantes, Eurelino Coelho completa a análise de Marcelo Badaró ao sugerir que.

A derrocada do arranjo político ditatorial, que se tornava evidente com o retorno das grandes greves operárias, criava a necessidade de refazer em outras bases as formas políticas da dominação de classe no país. Na prática, a classe dominante brasileira, desembarcando da ditadura militar via-se diante do desafio de reconstruir sua hegemonia, mas esta tarefa consumiria ainda toda uma década antes de estar concluída.¹⁰⁴

Assim Eurelino Coelho sintetiza a hipótese de uma crise de hegemonia no Brasil dos Anos 1980, período em que, segundo ele, os grupos sociais dominantes não conseguiram construir um projeto que desse unidade aos diferentes segmentos da burguesia brasileira. E tudo isso graças à ascensão das lutas sociais que, como bem defendem as(os) autoras(es), atingiram o núcleo da legitimidade da ditadura e dificultaram a organização de um projeto hegemônico no interior dos grupos sociais dominantes.

A ambigüidade do processo de abertura constitui um caminho para a compreensão de motivos que influenciaram o surgimento da ADEFS naquele momento e a sua organização em forma de frente ampla. Bernardo Kucinski sugeriu que a frequente organização de “jornais alternativos” em forma de frente ampla durante a ditadura possuía relação com a necessidade de ampliar a proteção dos sujeitos que as estruturavam contra a repressão da ditadura. Algumas evidências sugerem que o sentido do argumento de Kucinski pode ser considerado para o contexto de surgimento do movimento feirense no início da década de 1980, ou seja, que o temor da repressão ainda era evidente nos primeiros anos do anunciado processo de abertura política. Foi o caso, por exemplo, da matéria “as contradições da abertura”, que analisava, com apreensão, a nomeação, pelo Governo Figueiredo, de um professor da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco em São Paulo para Ministro do Supremo Tribunal Federal. A matéria anunciava que, sem dúvida, o dito professor possuía saber jurídico.

¹⁰⁴ COELHO, 2012, p. 69.

Ele foi também, no entanto, Ministro da Justiça no Governo do General Médice (1969-1974). Ministro da Justiça numa época em que as violações dos direitos humanos praticadas pelos órgãos de repressão do governo atingiram limites nunca vistos no Brasil.¹⁰⁵

A matéria é concluída afirmando que “*em todo caso não deixa de ser uma interrogação sobre os caminhos da abertura!*” Para os sujeitos de *O Grito da Terra*, em abril de 1982, essa ação do governo inspirava dúvidas em relação ao processo de abertura. De qualquer forma, a atitude do Estado gerou insegurança e o GT reagiu socializando a situação. O momento, portanto, inspirava cuidados para aqueles que faziam oposição à ditadura. Eram as ambigüidades do processo de abertura, conforme afirmaram Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes. Por outro lado, a atitude do Estado também revela preocupação com as lutas. Por isso, o argumento do aumento do calibre da crítica para justificar a forma de frente ampla se reveste de um pouco mais de força. A ideia de uma estratégia defensiva, portanto, também conquista mais força, levando-se em consideração o que até aqui foi exposto. Temos indícios de que a frente serviu ao mesmo tempo para resistir à desestruturação dos organismos dos trabalhadores, defender-se contra as investidas do Estado e do capital e ampliar a força do contra-ataque com vistas à construção de um projeto de país “independente” e “democrático”.

No contexto de abertura política, *O Grito da Terra* e a ADEFS pautaram a necessidade da participação política popular, a autonomia dos sindicatos, o combate à pobreza e à miséria, além da independência econômica do país em relação ao imperialismo, a defesa dos interesses dos descendentes de africanos, das mulheres, dos índios. Era parte da crítica do movimento às relações sociais que haviam construído aquela situação que o movimento diagnosticara e procurava enfrentar. As relações sociais que resultaram da expansão do conjunto das relações sociais capitalistas no país, que contaram com a ditadura militar como centro de aprofundamento, consolidação e disseminação, desestruturaram e criminalizaram os organismos da classe trabalhadora e os conflitos desencadeados por ela, cuja monta deu origem à intensificação das lutas sociais no país e à ampliação e complexificação dos movimentos populares em Feira de Santana, que convergiu

¹⁰⁵ Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 04, p. 01.

para a aproximação dos intelectuais que possuíam inserção no movimento popular, em direção à luta pela organização da ADEFS e de *O Grito da Terra*. O Brasil do capital estrangeiro, da concentração capitalista e da ditadura foi o espelho, por onde, através do estudo crítico, revelou-se aos olhos dos sujeitos do movimento os caminhos para uma sociedade independente e democrática, para além do projeto liberal burguês.

Por reconhecimento de maternidade o movimento se autodefiniu como herdeiro e continuador da ascensão das lutas populares no país. A crise da ditadura e o processo de abertura política provocados pelas lutas dos subalternos, propiciaram as condições gerais, a expansão do conjunto das relações capitalistas em Feira de Santana e região deixou claro para os intelectuais que possuíam inserção nos movimentos sociais em Feira de Santana, as forças sociais que estes representavam e os trabalhadores, as faces do país que eles não queriam, contribuindo para que eles completassem o movimento de centralização organizativa dos subalternos que deu origem à ADEFS e ao jornal *O Grito da Terra* como projeção do país que desejavam construir.

A carta de princípios então permite visualizar o que eles percebiam a respeito do que estavam enfrentando, onde aqueles sujeitos convergiam o que tinham de interesses em comum. Por isso, o que os aglutinava numa luta em comum revelava também, invertidas, as faces do oponente. É necessário trabalhar as faces e os sentidos de todas juntas e de cada uma. Talvez dê uma imagem inicial da expansão capitalista da forma como aqueles sujeitos puderam e quiseram pintá-la. Estado autoritário, exploração econômica, fomento de interesses imperialistas, repressão política, racismo, machismo e ataques aos povos indígenas, são algumas delas, a ADEFS e *O Grito da Terra*, se propuseram a enfrentar tudo isso.

CAPÍTULO II

O PROJETO DA ADEFS, SEUS CONFLITOS INTERNOS E SUAS LUTAS

Três questões norteiam a argumentação nesta parte: Quais os sentidos do projeto e das lutas da ADEFS? Quais os conflitos internos da entidade? E qual a relação dessas questões com a ascensão das lutas sociais no país e o recuo das lutas dos setores sociais subalternos a nível internacional na década de 1980? Os diversos ritmos da expansão da economia capitalista no país, no Estado da Bahia, em Feira e região e as lutas sociais são chaves explicativas às quais recorreremos para explicar os sentidos do projeto, as contradições e os conflitos internos, além do sentido geral das lutas do movimento.

2.1 O DIAGNÓSTICO DA REALIDADE BRASILEIRA E FEIRENSE

Na Carta de Princípios do jornal *O Grito da Terra*¹⁰⁶, o movimento expôs o seu projeto ao público. Estavam ali os elementos que compunham a visão de mundo que dava unidade à organização, os aspectos gerais aonde havia acordo entre seus sujeitos, apesar das divergências e mesmo dos antagonismos entre as diferentes forças políticas que compunham o movimento como o PT, o PMDB e o PCB, para permanecermos apenas nas organizações partidárias. O PC do B. não participou do movimento, apesar de ex-militantes do partido, como o médico Antonio Ozetti, integrarem a experiência.

O movimento levantava os graves problemas enfrentados pela sociedade brasileira, mas, principalmente pelos trabalhadores, que estavam de alguma forma presentes em Feira de Santana e sua “micro-região” e que permitiam pensar uma atuação política em comum. Nela se esboçou um diagnóstico que respondeu à questão de quais problemas do país aqueles sujeitos identificavam e contra os quais se propunham a lutar, qual a origem daqueles problemas e quais os meios que utilizariam para conquistar seus objetivos. Por fim, é possível definir a concepção teórica e o sentido de cada item e do projeto como um todo. Dessa forma, o primeiro

¹⁰⁶ Carta de Princípios do Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 1, p. 2, Dez./1981.

tópico da carta, já citado anteriormente, destacava a situação de pobreza e miséria no país.¹⁰⁷Essa situação apontava para as consequências da exploração dos trabalhadores e de outros setores da sociedade brasileira por parte do imperialismo durante a ditadura militar, o que sugere a denúncia de que as riquezas do país estavam sendo transferidas para as potências estrangeiras. Tal situação era resultado de uma dependência externa que a política econômica da ditadura militar havia reforçado e aprofundado, conforme a argumentação de Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes.¹⁰⁸ As contradições daquela política econômica e o acirramento das lutas sociais levaram a ditadura militar à crise que se fazia sentir no início da década de 1980.

A formulação indicava que a classe trabalhadora era a mais afetada pelo processo. Não explicita, porém, a exploração dos trabalhadores pelo empresariado brasileiro, mas, a maioria dos processos que usava para exemplificar a situação remete às condições de vida dos trabalhadores, como demonstra o primeiro parágrafo da “carta de princípios” citado, na íntegra, anteriormente. Fica, porém, uma certa nuvem sobre a exploração dos trabalhadores pelo capital nacional, o que sugere a existência de interesses de setores dos grupos sociais dominantes no interior do movimento. Daí ser possível sugerir uma perspectiva de conciliação dos interesses dos trabalhadores com os interesses de setores dos grupos sociais dominantes que se expressa também no projeto do movimento. A conciliação de interesses de classe com vistas à luta conjunta contra a ditadura e o imperialismo norte-americano, sacrificou em certa medida a política de autonomia dos trabalhadores preconizada pelo PT. A luta contra a ditadura e o imperialismo norte-americano naquele contexto construiu para aqueles sujeitos a concepção de que luta precisava incorporar, ainda que de forma ambígua, a perspectiva de conciliação de classes com vistas a um enfrentamento que exigia deixar de lado as pautas específicas de cada sujeito para lutar contra poderosos interesses fundados no grande capital nacional e seus aliados imperialistas.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente*. 1964-1980. São Paulo: Editora Ática, 1988.

O fato de não citar o empresariado brasileiro diretamente e a formulação que se referiu ao empobrecimento dos “*diversos setores da sociedade brasileira*” e destacou entre estes setores os trabalhadores, precisam ser considerados e poderiam ser compreendidos como referindo-se também aos empresários, afinal a ideia de uma possível aliança com uma “burguesia nacional progressista e antiimperialista” rondava as estratégias revolucionárias da esquerda brasileira a partir da influência do PCB.

Posteriormente, a carta levanta um grave e antigo problema, responsável também pela situação em que se encontravam amplos setores da sociedade brasileira. “*Considerando que em toda a história do Brasil a interferência legítima das camadas populares no exercício do poder sempre foi precária. Situação essa que se agravou nos últimos anos*”¹⁰⁹ com a repressão política promovida pela ditadura. No Editorial do primeiro número, o movimento chamava a atenção para o autoritarismo das classes dominantes brasileiras ao longo da história e apontava uma causa da situação de empobrecimento e de miséria relatada no primeiro tópico, ao mesmo tempo que mostrava um caminho para a sua superação: a “interferência” das “camadas populares” no exercício do poder. A menção à atuação dos grupos dominantes nesse processo constante do Editorial do primeiro número do jornal é direta, comparada à forma como aparecem na primeira parte da carta de princípios. O que revela que a expectativa de aliança com uma pretensa “burguesia nacional” era motivo de tensão no interior do movimento. Vivia-se um período de ditadura, mas o movimento demarcava que, na prática, a democracia liberal no Brasil era um fundamento da opressão dos trabalhadores e por isso apontava para outra concepção de democracia fundada na participação política dos setores subalternos, o que passava pela intensificação da luta contra o autoritarismo do Estado. É preciso lembrar que, como demonstram Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes, a ditadura militar dedicou grande esforço, através da legislação trabalhista e da repressão para evitar a participação política independente dos trabalhadores.

O fator seguinte apresentado pela carta de princípios foi a dependência econômica, política, tecnológica, educacional e cultural do Brasil para com as

¹⁰⁹ “Carta de Princípios”. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 1, Dez. 1981.

potências estrangeiras.¹¹⁰ Essa constatação do movimento chamava a atenção para alguns efeitos da expansão de interesses estrangeiros no país, contraposto à necessidade do “desenvolvimento nacional”, uma premissa preconizada pelo movimento. Sobre esta constatação, erguia-se um pilar para a unidade da ADEFS. Colocava como objetivo o desenvolvimento nacional e, como meio, o combate ao imperialismo inclusive do ponto de vista cultural. Um ponto de encontro programático que representava uma tarefa difícil de se realizar e que afetava amplos setores do país, por isso colocava a necessidade da reunião de amplos setores sociais. Pelo menos quanto à necessidade de enfrentamento aos interesses das potências estrangeiras, seria difícil localizar algum sujeito do movimento que tivesse interesses em conflito com a necessidade de lutar contra a dependência do país para com o imperialismo norte-americano.

O detalhe a destacar vem do fato de que o movimento pensava a expansão de interesses imperialistas no país e o seu enfrentamento não apenas do ponto de vista econômico e político, como também do ponto de vista tecnológico, educacional e cultural, mas não fez menção aos interesses de outras potências imperialistas no Brasil. A historiadora Virgínia Fontes chama a atenção para algo similar ao referir-se à “expansão do conjunto das relações sociais capitalistas”¹¹¹ no processo de expansão de interesses do “capital-imperialismo” no país a partir do pós Segunda Guerra, destacando, porém, que o sentido do conceito de “capital-imperialismo” é mais amplo e complexo, por isso, para Virgínia Fontes a “dependência” não é suficiente para compreender o fenômeno. De qualquer forma, esse ponto traz à tona o fato de que a proposta do movimento apontava para uma crítica à ditadura e ao imperialismo, considerando outras dimensões para além de uma concepção da luta puramente econômica e ou política.

A carta abordava em seguida outro componente da pauta de autonomia dos trabalhadores, constatando o atrelamento dos sindicatos ao Estado ditatorial e a sua transformação em entidades assistenciais.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ FONTES, op. cit., p. 218.

Considerando que os sindicatos dos trabalhadores são considerados força auxiliar do Estado e transformados em simples entidades assistenciais em substituição aos programas e organismos do Estado e sabendo-se ainda da importância e necessidade da existência de sindicatos livres, independentes e autênticos que representem os interesses reais das categorias profissionais correspondentes.¹¹²

Esse ponto indicava um dos obstáculos para a atuação política independente dos sindicatos, perspectiva almejada pelos sujeitos de *O Grito da Terra* como um dos passos centrais para a atuação política independente da classe trabalhadora. O agente deste obstáculo era a classe dominante incrustada no Estado em regime de ditadura militar.

Um dos meios pelos quais se mantinham estes obstáculos era o acesso à comunicação. Sem acesso ao que estava em curso em Feira de Santana, no país e no mundo, a classe trabalhadora se tornava mais vulnerável aos ditames dos grupos dominantes. O próximo trecho da carta também chamava a atenção para o monopólio da grande imprensa sobre a comunicação no país e a necessidade de implantação de organismos de comunicação popular.

[...] a situação de desinformação das massas trabalhadoras e para a necessidade de implantação de veículos populares de informação independentes e objetivos que abranjam e contemplem as variadas correntes de pensamento.¹¹³

Essa constatação estava ligada à situação de controle dos meios de comunicação pelo Estado, através da Lei de Segurança Nacional e problematizava o monopólio dos meios de comunicação pela grande mídia. O que colocava para as esquerdas e para os trabalhadores a necessidade de veículos de comunicação popular.

A escolha da ADEFS foi por um jornal que pretendia atingir principalmente os trabalhadores. Tratava-se da disputa da visão de mundo dos trabalhadores, do exercício do debate de ideias como meio de busca da capacidade de compreender a sociedade com vistas à sua atuação autônoma nas lutas, como caminho privilegiado

¹¹² Carta de Princípios. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, Nº. 01, p. 02, Dez./1981.

¹¹³ *Ibidem*.

para a construção de um país democrático e independente. Isso remete ao conceito gramsciano de contra-hegemonia.

Para pensar a contra-hegemonia, a ADEFS fazia o diagnóstico da situação do país legada pelos anos de ditadura militar e pela expansão capital-imperialista viabilizada por ela”,¹¹⁴ levando-se em consideração que, ao denunciar o imperialismo, a ADEFS o faz, especificamente, em relação ao imperialismo norte-americano.

Após diagnosticar os problemas da sociedade brasileira que de alguma forma se faziam sentir na região de Feira de Santana, contra os quais o movimento se propunha a lutar, *O Grito da Terra* dá ensejo ao propósito de ser um jornal popular, independente e objetivo. Nas suas palavras:

CONSIDERANDO que todos os problemas acima mencionados se refletem de forma direta na microrregião e na cidade de Feira de Santana e reconhecendo que tais problemas não serão solucionados sem a participação ativa e consciente dos setores populares.

CONCLUIMOS pela implantação de um jornal amplo, independente, objetivo, que venha a contribuir para romper o isolamento, de um lado, situando a informação de modo a permitir ao público o posicionar-se criticamente diante dos fatos, e, de outro lado, formando uma opinião pública consciente favorecendo o debate e o confronto das ideias. Este jornal, fruto do esforço conjunto das entidades e grupos sociais organizados que subscrevem a presente Carta, se fundamentará nos seguintes princípios:¹¹⁵

Assim se encerrava um diagnóstico da situação da sociedade brasileira, que aparecia nas páginas de *O Grito da Terra* em situação de empobrecimento e de miséria. O diagnóstico também demonstrava a falta de participação política das camadas populares, como resultado do autoritarismo das classes dominantes. O cooperativismo e o atrelamento dos sindicatos dos trabalhadores ao Estado. O monopólio da formação da visão de mundo dos trabalhadores por parte da grande imprensa e a conseqüente necessidade de meios de comunicação popular. Tudo isso se expressava, de alguma forma, segundo os sujeitos de *O Grito da Terra*, em

¹¹⁴ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo*. Teoria e História. 2ª. Ed. Rio de Janeiro. EPSJV/Editora, 2010.

¹¹⁵ Carta de Princípios do Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 1, p. 2. Dez./1981.

Feira de Santana e sua microrregião. O jornal, porém, também daria visibilidade às lutas dos subalternos em outras regiões da Bahia, em outros estados do Brasil e mundo a fora. Além disso, contava com assinantes de diversas regiões do país, conforme indicam as fichas de assinatura do jornal.

A noção de “totalidade”, ou seja, da relação da parte com o todo, um fundamento do materialismo histórico e dialético, aparece na construção de que todos os problemas apontados para o país, “de alguma forma” estavam presentes em Feira de Santana e sua microrregião. Os problemas do todo, presentes na parte. E um recorte da parte se projetando para, de alguma forma, interferir no todo através de um jornal.

2.2 O PROJETO

Foi nas brechas e contradições da expansão imperialista no pós segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria, que uma complexa, desigual, contraditória, mas impactante expansão do conjunto das relações sociais capitalistas ocorreu no Brasil. Não se limitou a um desenvolvimento industrial ou a uma concentração de capitais, que também ocorreram; também não pode ser descrito unicamente através da forte componente de dependência econômica, política e mesmo militar perante os países predominantes, em especial os Estados Unidos, o que ocorreu de forma intensa. Apesar de verdadeiro, também não é suficiente enfatizar o forte papel desempenhado pelo Estado, induzindo o processo de industrialização, apoiando-o e garantindo a grande propriedade, rural ou urbana, contra as pressões populares. É preciso ir além e incorporar uma enorme série de outros fatores, como o avanço das expropriações originárias, que persistiu e se aprofundou na segunda metade do século XX; a ocupação das fronteiras internas ao capital, através da apropriação de terras pela grande propriedade (através dos mais escabrosos procedimentos, sempre com o apoio estatal) e do deslocamento de populações que, mais ou menos expropriadas alhures, partiam como colonizadoras, em busca da miragem da propriedade agrária, e que em muitos casos se converteu na mão de obra necessária para os grandes empreendimentos; uma nova sociabilidade de cunho mercantil, generalizada sob intensas contradições e, finalmente, profundas mudanças culturais.¹¹⁶

¹¹⁶ FONTES, op. cit., p. 219.

Parafrazeando o próprio diagnóstico da carta de princípios do jornal, esse processo de expansão capital-imperialista sinalizado por Virgínia Fontes esteve em curso de alguma forma em Feira de Santana e região no início da década de 1980 e alguns dos seus aspectos figuraram nas páginas de *O Grito da Terra*.

Ao nível das relações no plano internacional, Eurelino Coelho destaca a década de 1980 como tendo abrigado uma derrota histórica dos setores sociais subalternos. “O principal resultado do esforço de periodização foi a compreensão de que os eventos estudados estão inscritos num momento de derrota histórica das classes subalternas”.¹¹⁷ O acirramento das lutas sociais no país imprimiu uma periodização diferente para a luta de classes a nível nacional. Do acirramento dessas lutas decorreria, segundo Coelho, uma crise da hegemonia burguesa no país que perdurou toda a década d 1980.

Assim o autor destaca a ausência de um projeto hegemônico no período que desse unidade aos diferentes segmentos dos grupos sociais dominantes, situação que atravessou toda a década de 1980. Segundo Coelho, não há como não relacionar essa crise de hegemonia à dinâmica do acirramento das lutas dos setores sociais subalternos no país. Na Bahia e em Feira de Santana, no entanto, o avanço do *carlismo* imprimiu uma dinâmica diferente para a balança das lutas sociais. A retomada do controle do executivo em Feira em 1982 é um sintoma de que a hegemonia burguesa havia sido colocada em outro patamar no Estado e na cidade. A vitória de Waldir Pires em 1986 para governador da Bahia dá uma noção do nível de organização e luta alcançado pelas oposições e as esquerdas na década de 1980. A derrota das oposições e da esquerda nas eleições municipais de 1982 reforça o argumento de que a organização de *O Grito da Terra* e da ADEFS também tenha sido em sentido defensivo.

Em relação ao enfrentamento da situação a qual a ditadura militar e a expansão capitalista por ela viabilizada levaram o país foi construído um projeto apresentado ao público através de uma “carta de princípios” que refletia, segundo avaliação daqueles sujeitos, o que as organizações que assinaram a carta tinham

¹¹⁷ COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. (Tese de Doutorado) UFF: Niterói-RJ, 2004, p. 390.

em comum. O primeiro item deste programa pautava a intenção de “criar um clima de debate entre os trabalhadores favorecendo e estimulando uma participação mais ativa para a ação de independência e desatrelamento das suas respectivas entidades profissionais.”¹¹⁸

Este fundamento do movimento foi uma resposta às diversas ações da ditadura que visavam restringir o debate político¹¹⁹ em todos os sentidos, como meio de conservar a ordem social vigente. Um desses sentidos foi o processo de corporativização dos sindicatos e a tentativa de imobilização da classe trabalhadora pelo Estado ditatorial que contava, dentre outros dispositivos, com a política de transformar os sindicatos, de instrumento de luta dos trabalhadores, em meras entidades assistenciais. Além do controle Estatal sobre os meios de comunicação, estabelecido pela Lei de Segurança Nacional. O objetivo era a atuação autônoma da classe trabalhadora, o que encontrava assento nas ideias defendidas pelo Partido dos Trabalhadores. O socialismo petista preconizava a autonomia dos trabalhadores. O meio escolhido para essa conquista foi o debate de ideias.

O princípio possuía, portanto, relação direta com a política de “autonomia de classe” do Partido dos Trabalhadores, convertida no debate em princípio do movimento. No curso das lutas iria se chocar com as práticas do PMDB à frente da prefeitura de Feira de Santana na relação com a classe trabalhadora organizada em associações de bairro. Na matéria “*associação de moradores ou administradores de bairro*”, aparece um pouco desses conflitos desencadeados pela contradição entre política de autonomia de classe defendida pelo Partido dos Trabalhadores e a política populista no contexto de Feira de Santana ainda que ambos fizessem parte do movimento. O Sr. Ovídio Gonçalves, membro da Associação de Moradores da Mangabeira, assinou a matéria defendendo a atuação autônoma das associações de moradores.

Entre as diversas formas de organização existe [sic.] as associações de moradores. Que pode não ser a mais poderosa de todas, pois não tem a mesma composição social nem a mesma força de um sindicato operário, ou outra forma de organização ou mesmo um partido político. Mas é, sem sombra de dúvida, uma das formas de

¹¹⁸ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. – 2. Ed. Rio de Janeiro EPSJV / Editora UFRJ, 2010, p. 219.

¹¹⁹ Conforme destacaram Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes.

organização independente capaz de fomentar uma discussão mais profunda sobre a realidade da sociedade em que vive, buscando juntamente com as outras organizações, conquistar a libertação total da classe trabalhadora e sua participação efetiva na construção e gerência de uma nova sociedade sem explorados nem exploradores.¹²⁰

Esta parte faz uma menção óbvia ao socialismo, não seria possível alcançar uma sociedade sem explorados e exploradores se ainda se permanecesse nos limites de uma sociedade fundada na exploração da maioria por uma minoria, da classe trabalhadora pelos grupos sociais dominantes.

Os trabalhadores do mundo todo recusam-se a aceitar os mecanismos que enriquecem os setores e países poderosos com a pobreza dos fracos. Reclamam para os oprimidos e explorados a justiça e a dignidade, o trabalho e o pão, a educação, o teto e a participação na construção da história de cada povo.¹²¹

Após *O Grito da Terra* ter apresentado dessa forma uma visão cosmopolita da luta dos trabalhadores do mundo inteiro contra o imperialismo, a tarefa de reduzir essas à pauta de lutas por direitos e por cidadania aos moldes dos teóricos dos “*novos movimentos sociais*”¹²² torna-se inviável.

Ovídio Gonçalves referia-se ao fato de que as Associações de Bairro não possuíam o poder de um partido ou de um sindicato, mas destacava a importância das associações para as comunidades que lutavam por condições básicas de sobrevivência.

Esse eficiente método de pessoas se articularem para reivindicarem melhorias para o seu bairro iniciando o processo analisado, procuram a prefeitura municipal para expor suas dificuldades e buscam solução para elas. Imediatamente é proposto à pessoa de mais destaque o cargo de “administrador” para aquele bairro. Isso emperra o avanço na construção da organização independente do bairro, pois estes novos administradores esquecem o trabalho inicial e passam a se preocupar apenas em agradecer cada vez mais ao seu patrão.

¹²⁰ GONÇALVES, Ovídio. Associações de Moradores ou Administradores de Bairro. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º 04, p. 05, Abr./1982.

¹²¹ Idem.

¹²² COELHO, Eurelino. *As novas faces do socialismo burguês: Sobre uma categoria do Manifesto de 1848, os novos movimentos sociais e seus intelectuais*.

Provocando com essa sua forma de agir, uma série de atritos com o conjunto dos moradores dos bairros.¹²³

Os administradores de Bairro criados no governo da ARENA e mantidos no governo do PMDB, não defendiam os interesses da comunidade frente à prefeitura, mas os interesses da prefeitura perante os trabalhadores, restringindo-lhes a possibilidade de uma ação política autônoma. “*Em Movimentos Populares e poder populista*”,¹²⁴ *O Grito da Terra* fala da relação do governo da ARENA com as Associações de Bairros, faz uma breve diferenciação entre a atuação dela e, posteriormente, a do PMDB à frente da prefeitura, para depois caracterizar a atuação do PMDB como populista e dizer que não se diferenciava do poder autoritário. A pauta de autonomia dos trabalhadores e de desatrelamento das suas entidades profissionais, encontrava sérias resistências em Feira de Santana. Isso vai ao encontro do ponto de vista defendido no trabalho de Igor Gomes quando o autor afirma que o PT teve dificuldades em se inserir nos espaços organizativos da classe trabalhadora em Feira,¹²⁵ dada a inserção do grupo “Autênticos do PMDB” nos movimentos populares na cidade. Mas, por que isso aconteceu?

Pensando um pouco com Octávio Ianni, e referindo-nos ao contexto histórico em Feira de Santana no início da década de 1980 que incluía desde meados de 1970 um processo de industrialização, de crescimento do comércio e dos serviços e de intensa migração, e extensão da malha urbana, pode-se pressupor que uma significativa quantidade de trabalhadores vivia um processo de maior inserção no universo do valor de troca das mercadorias, inclusive da própria força de trabalho. Em contexto similares, na América Latina, houve a formação de movimentos sociais, partidos e governos populistas em oposição às alternativas liberais. Se no sudeste do país o PT, encontrava terreno mais fértil para se proliferar. Em Feira de Santana a temporalidade histórica e a dinâmica das lutas sociais deram mais lugar ao populismo, que inclusive, possuía raízes mais profundas na história da cidade.

¹²³ GONÇALVES, Ovídio. Associações de Moradores ou Administradores de Bairro. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º 04, p. 05, Abr./1982.

¹²⁴ RIOS, Edvaldo de Oliveira. “*Movimentos populares e poder populista*”. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º 01, p. 04. Janeiro de 1982.

¹²⁵ SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de Santana – Bahia. (1979-2000)*. Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado em História), 2007.

Como exemplo vamos citar questões que têm envolvido o poder executivo de Feira de Santana e entidades de bairros. No tempo que a ARENA (hoje PDS) governava o município, as associações nem sequer eram consideradas. Quando o MDB (hoje PMDB) tomou a Prefeitura, sobretudo no Governo Colbert Martins, resolveu abrir espaço no sentido de ouvir as reivindicações das associações, principalmente dos bairros periféricos. Desde que estas entidades não discordassem do ponto de vista desses governantes.¹²⁶

O Sr. Edvaldo Rios presidente da Associação dos Moradores da Rua Nova toca na relação do governo da ARENA com as Associações de Bairros e faz uma breve diferenciação entre a atuação dela e do PMDB à frente da prefeitura. Diante da pergunta porque uma classe trabalhadora majoritariamente negra, como a porção da classe que vivia na Rua Nova se identificava com a liderança de Colbert Martins, um homem socialmente branco? Porque preferir o populismo à política dominante no país e ao socialismo? O trabalho de Larissa Penelu sinalizou para o fato de os populistas conhecerem bem as culturas e os valores do povo do sertão e saberem lidar com os mesmos. Para o Sr. Edvaldo de Oliveira Rios, presidente da AMORUN, a questão que tornava o poder populista mais aceitável que o domínio dos aliados dos militares era que os populistas ouviam e levavam em consideração as reivindicações da população. Visto assim de baixo, o populismo não deixava de ser autoritário, mas entre o autoritarismo que não dialogava, caso da ditadura, e o autoritarismo que “senta para conversar”, a maioria da classe trabalhadora em Feira de Santana preferiu o populismo. Ainda é preciso considerar que o Sr. Edvaldo Rios colocava que o populismo não diferenciava em muito do poder autoritário da ditadura militar.

Observamos que a noção de “manipulação das massas populares”, tão comum nos trabalhos sobre o populismo, principalmente na importante contribuição de Francisco Weffort que já pondera que a “manipulação” só seria possível com o atendimento de algumas reivindicações das “massas” populares, aqui pode ser questionada diante da realidade que “gritava” e se apresentava aos trabalhadores, eles escolheram a que melhor se adaptava às suas necessidades imediatas e sua visão de mundo. Não se pode esquecer da noção de gratidão e lealdade para com

¹²⁶ RIOS, Edvaldo de Oliveira. *Movimentos populares e poder populista*. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º, 01. p. 04, Janeiro de 1982.

quem lhes abrisse as portas da prefeitura. Talvez o PT tenha se deparado com essas dificuldades. As pessoas estavam sem água, sem energia elétrica, escolas, postos de saúde, coleta de lixo, transporte coletivo, moradia, calçamento, rede de esgoto. Não havia condições de lutar em um patamar ideal, aquela era a pauta do lugar onde o conjunto das expropriações levou a classe trabalhadora na região de Feira de Santana. Se estas pautas eram atendidas com algum diálogo, o projeto político que o fez angariou o apoio dos trabalhadores que dentre os quais uma parcela significativa estava reduzida a lutar por condições básicas de sobrevivência. Outro ponto a destacar é a tensão entre o movimento e o governo populista. O prefeito queria obediência e a classe estava questionando, uma expressão da luta de classes, mediada por serviços públicos de primeira ordem oferecidos à população e pelo pertencimento a um mesmo projeto político. Mas o conflito entre trabalhadores e o Estado estava lá.

Pode parecer que estamos a caminho de concordar com a argumentação da historiadora Ângela de Castro Gomes, nada seria mais enganoso.

Não havia, neste sentido mera submissão e perda de identidade, havia pacto, isto é uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era essa segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto.¹²⁷

Em Feira de Santana não se tratava de um pacto, como quer Ângela de Castro Gomes, mas da forma como se apresentaram os conflitos de classes mediados pelas relações sociais em que estavam inseridos. Nesse caso, a presença de um poder autoritário que não dialogava e de um poder autoritário que dialogava e atendia a reivindicações oriundas da classe trabalhadora, ajudou a compreender a adesão dos trabalhadores ao populismo.

As práticas populistas representaram um verdadeiro incômodo aos socialistas, há vários reclames a elas nas páginas de *O Grito da Terra*. A parte do princípio que faz referência à libertação total da classe trabalhadora e sua

¹²⁷ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 180.

participação na construção efetiva de uma nova sociedade sem exploradores nem explorados remete, sem sombra de dúvida, à projeção da luta por alguma sociedade socialista. Portanto, o projeto proposto pelo movimento para o país, com vistas a ser disputado em Feira de Santana e região, passava por uma etapa populista de desenvolvimento de um capitalismo nacional como etapa para uma sociedade socialista, com base nas lutas dos trabalhadores para as quais era imprescindível o princípio da autonomia da classe trabalhadora. Mais uma vez nos deparamos com os limites da abordagem dos “*novos movimentos sociais*” quando estes consideram que as lutas populares das décadas de 1970 e 1980 eram apenas por direitos e por cidadania. E o movimento, assim, se encerraria nos limites do capitalismo. O capitalismo é tomado como horizonte insuperável. Pelo menos no que diz respeito ao movimento que fundou a ADEFS e *O Grito da Terra*, esta formulação ficaria apenas na aparência e seria bastante forçada, teríamos que esquecer partes cruciais do diagnóstico, do projeto e da ação política da entidade como essa apresentada anteriormente.

A ADEFS e *O Grito da Terra* colocam a questão em outro patamar tratava-se de lutar contra o imperialismo norte-americano como meio para desenvolver o capitalismo nacional. Para tanto, tornou-se necessário, de acordo com a leitura que faziam da sociedade brasileira, uma aliança entre os trabalhadores e setores subalternos dos grupos sociais dominantes. Talvez tenha contribuído para essa aliança a dita ausência de um projeto que dessa unidade aos interesses do conjunto dos setores sociais dominantes no país. Refiro-me à hipótese da crise de hegemonia burguesa no Brasil, na década de 1980, formulada por Eurlino Coelho.

Os desafios aos quais o movimento se propôs a superar impuseram em alguma medida a perspectiva de conciliação de interesses de classes no interior do movimento e para fora dele conforme dito anteriormente. A pauta de combate à ditadura e ao imperialismo e de defesa do desenvolvimento de um capitalismo nacional e de um Estado de Direito democrático e democratizante, através do acirramento das lutas da classe trabalhadora, como etapa para se chegar ao socialismo, unificou todas aquelas forças sociais do PMDB ao PCB, de setores da Igreja Católica ao Terreiro de Candomblé de D. Helena do Bode na Rua Nova. Difícil

realizar tais tarefas sem contar com um amplo leque de apoio frente a um Estado em regime de ditadura militar.

O segundo princípio colocava como necessidade “Propiciar o debate e o cotejamento de opiniões das mais variadas correntes políticas representadas ou não nos partidos institucionais sem atrelar-se a nenhuma delas”.¹²⁸ Aqui aparece explicitamente a concepção de democracia da ADEFS, tratava-se de um espaço de debate político aberto, no qual havia o propósito de não adotar uma corrente política em detrimento das outras. É preciso perguntar até que ponto o jornal conseguiu não se atrelar a nenhuma corrente política se Igor Santos argumenta em seu estudo que *“sem dúvida, ao ler o jornal percebemos a forte presença dos militantes do Partido dos Trabalhadores no fechamento das matérias, parecendo mesmo ser ‘O Grito da Terra’ um jornal petista.”*¹²⁹

A repressão ao debate político pelo Estado ditatorial, a oportunidade de alguma abertura política e a necessidade de ampliá-la, além da ausência de meios de comunicação com o perfil do princípio parecem ser as condições sobre as quais esse fundamento foi elaborado. A própria composição do movimento para o qual convergiram sujeitos de diferentes correntes políticas, partidárias ou não, também deu a sua contribuição. O enfrentamento da política do regime militar colocava a necessidade de investigá-la e debatê-la no interior do movimento. O princípio era um fundamento importante para a produção de saberes com vistas à construção do caminho para uma nova sociedade. O sentido do princípio indicava a necessidade da autocrítica por parte do movimento.

O terceiro princípio propunha “fomentar a articulação e o entrosamento entre as diversas entidades representativas, científicas, artísticas culturais, etc.”¹³⁰ A repressão que recaía sobre os sujeitos ligados a esses campos colocava a necessidade de articulação entre as suas entidades. A vultuosidade da tarefa, do movimento implicava que a disputa da visão de mundo dos subalternos, não podia se encerrar na luta política e na luta econômica ela precisava realizar-se no campo

¹²⁸ Carta de princípios. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º, 01, p. 02, Dez/1981.

¹²⁹ SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de Santana – Bahia. (1979-2000)*. Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado em História), 2007, p. 228.

¹³⁰ Carta de Princípios. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º, 01, p. 02, Dez./1981.

da cultura, o que remete ao pensamento de Antonio Gramsci. A estratégia do jornal, nesse sentido, impunha colocar na ordem do dia a tática de criar vínculos entre organizações de artistas, cientistas e outros sujeitos ligados ao campo da cultura. O que transparece uma percepção de que era necessária uma atuação mais articulada das organizações dos intelectuais que o periódico se propunha a reunir e/ou disputar e de que a luta também envolvia a arte, a ciência uma vez que o exercício da hegemonia também passava por esses campos.

O saber embasado na ciência e a arte permearam todo o trabalho de *O Grito da Terra*. A própria disputa travada pelo periódico estava centrada no plano da cultura, da comunicação popular. Além disso, a ADEFS costumava distribuir gratuitamente números do periódico com outros jornais independentes, Brasil afora. Pode-se sugerir uma articulação a nível nacional e, porque não dizer internacional, na medida em que parte significativa dos recursos que permitiram a fundação do jornal veio de articulações de setores da Igreja Católica com entidades da Bélgica e do Canadá.

O jornal destaca também a articulação dos artistas para discutir o programa cultural da cidade e o descaso da sociedade política para com os artistas locais.¹³¹ Além disso, o periódico destaca as dificuldades enfrentadas pelos cineastas brasileiros e os Cineclubes, como alternativa de enfrentamento da situação. O Cineclube Olney São Paulo parece ter dado o tom desta matéria.

Nas páginas de *O Grito da Terra* era comum de se encontrar poemas que davam um ar de leveza a um jornal que carregava nas temáticas e na forma de abordagem das mesmas. Já no primeiro número três poemas trazem embelezamento ao texto do *GT*: “nordestinos”, “o cigarro” e “de amor morrerás”.¹³²

O quarto princípio primava por “apoiar o movimento dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação nacional e social”.¹³³ Implicava em defender os interesses da classe trabalhadora também contra as expropriações que estavam nas origens do processo de migração que cumpriu uma importante função na formação da classe trabalhadora em Feira de Santana. A libertação da classe trabalhadora das

¹³¹ Nova perspectiva cultural para 82. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º, 02, p. 04. Jan. de 1982.

¹³² *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º 01, p. 05, Dez. de 1981.

¹³³ Carta de Princípios. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º, 01, p. 02, Dez. de 1981.

garras do Estado autoritário e dos interesses dos capitalistas implicava a tarefa mais necessária, dada a estratégia do movimento e, ao mesmo tempo, mais difícil uma vez que a ADEFS contava em suas fileiras com setores subalternos dos grupos sociais dominantes.

O sexto princípio do movimento primava por “Propugnar pela construção de um Estado de Direito embasado na vontade popular”.¹³⁴ Se poderia retrucar, afirmando que a democracia liberal é embasada na vontade popular, por isso a ADEFS estaria defendendo a democracia liberal. Pelo que foi dito aqui, até agora, é possível perceber que o movimento não se pautava nesta direção. O que o movimento chamava de “Estado de Direito embasado na vontade popular”, representava uma crítica à ditadura, mas, também não cabia nos limites estreitos da democracia liberal. Para o que se vivia àquela altura no país e em várias partes da América Latina a nível de Estado, mesmo a retomada das liberdades civis e políticas, nos limites da democracia liberal, já representava uma pauta para amplos movimentos, mas não era somente disso que tratava a ADEFS, o restante do programa ajuda na construção desta convicção. O objetivo deste tópico é propor a construção de um Estado de Direito para além da concepção liberal burguesa. Tratava-se de um Estado fundado na participação popular, tendo como uma das referências o diagnóstico de que os grupos sociais dominantes no país teriam sempre impedido esta participação.

A dinâmica interna da ADEFS, prevista no estatuto da entidade e na carta de princípios de *O Grito da Terra*, seguiu no sentido do intenso debate de diversas vertentes políticas, sinalizava para o sentido do Estado de Direito que o movimento propunha para o país. Através desta proposta a ADEFS se abria ao diálogo, num contexto histórico em que ainda predominava o autoritarismo o que representava uma crítica na prática das relações travadas pelo Estado com os trabalhadores.

O sétimo princípio da carta colocava a necessidade de “defender os direitos da pessoa humana com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos”.¹³⁵ Destacando a importância da participação do Comitê de Defesa dos Direitos

¹³⁴ Carta de princípios. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º 01, p. 02, Dez. 1981.

¹³⁵ Carta de Princípios. *Jornal O Grito da Terra*. Ano 1, N.º 1, p. 02, Dez./1981.

¹³⁵ *Jornal O Grito da Terra*. Ano 1, N.º 4, p. 07, Abr./1982.

Humanos de Feira de Santana (CDDH-FS) que aparece como entidade responsável pelo jornal nas suas primeiras edições. As inúmeras violações aos direitos humanos promovidas pelo Estado ditatorial, que somavam desde as conseqüências para classe trabalhadora, citadas anteriormente, até as torturas que incluíam mulheres grávidas e crianças, conforme estudo realizado pela Igreja Católica e publicado no livro “Brasil: Nunca Mais”¹³⁶, eram as feridas que o movimento tentava suavizar, apontando para os direitos humanos. Não se tratava de uma pauta classista, mas de um esforço na esperança de que ninguém mais fosse submetido a tal flagelo.

O oitavo princípio rezava que o jornal deveria “estimular o crescimento e o avanço das ações desenvolvidas pelas entidades e grupos populares, com prioridade para os grupos e entidades de base.”¹³⁷ Este princípio merece atenção, pois, se levado a efeito poderia aproximar o jornal das lutas dos trabalhadores, criando outros laços orgânicos com a classe que facilitariam a viabilização dos demais princípios. O cuidado revelado pelo uso do tremo “estimular” revela a busca de coerência com o princípio da ação independente dos subalternos.

O princípio seguinte visava “estimular o desenvolvimento de pesquisas sócio-econômicas que retratem os interesses da região”.¹³⁸ Este é um princípio que ocupava um lugar importante em toda a estratégia, tratava-se da produção de saberes sobre Feira de Santana e sua “microrregião”, necessários para o núcleo do projeto, o debate de ideias e a disputa da visão de mundo dos trabalhadores.

“*O Grito da Terra*” visava ainda “defender o patrimônio cultural das etnias brasileiras, fomentando o desenvolvimento da cultura popular”.¹³⁹ Este princípio colocava o movimento em defesa das visões de mundo de todas as etnias que habitavam o território nacional, mas, principalmente, aquelas que estavam mais diretamente ligadas aos trabalhadores, como as culturas de matrizes africanas, as culturas indígenas, árabe, judaica e cigana, além do catolicismo popular. O espaço

¹³⁶ *Tortura em crianças, mulheres e gestantes*. In: Brasil: nunca mais. Cap. 3. / Arquidiocese de São Paulo: Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 – (Coleção Vozes de Bolso). p. 44.

¹³⁷ Carta de Princípios do Jornal *O Grito da Terra*. Ano 1, N.º 1, p. 02, Dez./1981.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Ibidem*.

para índios, descendentes de árabes, judeus e ciganos parece ter sido reduzido nas páginas do jornal.

“Lutar pela preservação das riquezas nacionais e pela sua exploração em função do povo brasileiro”¹⁴⁰. Esse princípio se ergueu a partir do diagnóstico da dependência do país em relação às potências estrangeiras. Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes analisaram o aprofundamento e a consolidação de um modelo econômico adotado pelos militares, que ampliou consideravelmente esta dependência e que, dentre outras conseqüências, intensificou o fluxo de transferência de riquezas do país para o exterior. O capital financeiro cumpriu um papel primordial nesse processo, como bem destacaram as autoras. Em sua versão do nacional desenvolvimentismo o jornal procurou construir uma alternativa à sangria das riquezas do país pelo imperialismo e nisso se aproximou do populismo. Esses recursos, pelo sentido do projeto, deveriam ser usados primordialmente para a contínua melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, mas convertidos em serviços públicos, e investimentos produtivos, teriam reflexo sobre as condições de vida da maioria da população brasileira. Por outro lado, colocou-se a questão de como enfrentar o capital monopolista,¹⁴¹ dada a sua penetração no país os seus vínculos com o grande capital nacional e a condição subalterna do capitalismo brasileiro em relação às potências do centro.

O décimo terceiro princípio dizia que o jornal deveria “manter uma posição independente, crítica e de defesa dos setores populares”.¹⁴²

Já comentada anteriormente a necessidade da independência estava ligada à premissa de liberdade de pensamento. Mas colocava o desafio de financiamento do jornal, um problema que rondou o cotidiano do movimento. Inicialmente, por exemplo, o jornal não apresentava a publicação de propaganda mercadológica. Mais tarde, porém, apareceram propagandas de serviços o que sugeria que o jornal poderia estar passando dificuldade pra se sustentar e aponta para a expansão de

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Nas páginas de “O Grito da Terra” são encontradas matérias que denunciam as ações imperialistas como a que critica as ações dos Estados Unidos na Nicarágua. Não foi encontrada ainda, porém, nenhuma matéria que aborde os interesses imperialistas no país ou em Feira de Santana em específico.

¹⁴² Carta de Princípios do Jornal *O Grito da Terra*. Ano 1, N.º, 1, Dez./1981, p. 2.

relações capitalistas no interior do jornal. A postura crítica era um imperativo da necessidade de permanecer em movimento numa perspectiva contra-hegemônica. A defesa dos setores populares podia significar que as lutas sociais no país estavam crivadas de outras questões que eram atravessadas pelo conflito de classes, mas que exigiam o tratamento de outras dimensões dos sujeitos implicadas nas lutas.

O último princípio primava pela análise objetiva dos fatos como meio de garantir a concretização dos princípios contidos na carta, principalmente em relação à característica do periódico como “objetivo”, ou seja, direto e independente das preferências individuais.

O elemento que era considerado como central para a superação daquele quadro traçado era a organização e a luta “consciente” dos trabalhadores. Para *O Grito da Terra*, a principal dificuldade para que isto acontecesse era a “desinformação” à qual os trabalhadores estariam submetidos, por causa do monopólio dos meios de comunicação pela grande imprensa. Daí a própria ideia de construir um “jornal popular”, para atacar a situação de “desinformação” das “classes trabalhadoras”, oferecendo-lhe uma abordagem dos fatos sob outra perspectiva de forma a construir outra visão de mundo. O problema que se coloca aqui é o da “consciência”. Para *O Grito da Terra*, a consciência era a questão central a ser disputada junto aos trabalhadores.

A questão da consciência enseja um debate acalorado com desdobramentos nas lutas sociais, na teoria da História e na historiografia. Ainda não aprofundando esta questão, sugere-se que a tomada de parâmetros europeus de expressão de consciência da classe trabalhadora para se pensar a questão dos trabalhadores brasileiros, conduz lutadores dos três campos a perceberem “ausências” e “distorções” nas formas de luta e na consciência dos trabalhadores do lado de cá. Algo similar ao que foi constatado por Octavio Ianni no seu estudo sobre o populismo latino americano, quando demonstrou que as interpretações do populismo nestas sociedades tendiam a tomar como parâmetro as democracias da Europa e dos Estados Unidos e por isso, percebiam as relações populistas como distorções, “[...]como fenômenos menos políticos produzidos pela incapacidade das sociedades latino-americanas realizarem a democracia representativa, segundo o modelo

européu ou norte-americano.”¹⁴³ Esta foi a perspectiva da qual Ianni discordou frontalmente ao denunciar os parâmetros que serviam de referência para estes estudiosos.

O projeto é embasado em uma compreensão da história do Brasil que tem raízes mais profundas que o período da ditadura. Tinha como objetivo contribuir em Feira de Santana e região, preferencialmente, para a luta por um Estado democratizante e independente que promovesse relações econômicas de acordo com os interesses nacionais, melhorasse as condições gerais de vida da população, garantisse os interesses das diferentes etnias que compunham o país, apoiasse as nossas diversas culturas, e atentasse para os interesses das mulheres. Tudo isto passava pela apoio à intensificação das lutas populares através de um jornal popular que deveria ser um espaço de debate entre as mais diversas correntes políticas, ligadas ou não a partidos.

Era um Grito de denúncia das condições de vida para as quais a ditadura militar e a expansão da capital imperialista levaram a maioria da população do país, uma convocação à luta contra o regime em crise e uma proposta de estratégia para a conquista de um país democrático como caminho para um socialismo. Uma reação de intelectuais que representavam amplos setores sociais e tinham inserção nos movimentos sociais de Feira de Santana e da sua Microrregião, à necessidade de disputar a visão de mundo da fração da classe trabalhadora brasileira em Feira de Santana e na sua microrregião primordialmente, com vistas ao enfrentamento do da política da ditadura.

A centralidade do conceito de luta de classes para a estratégia geral do movimento evidencia a importância da influência do socialismo. A crítica à dependência econômica do Brasil para com as potências estrangeiras remete às ideias de Rui Mauro Marini e da POLOP, mas Nelson Werneck Sodré e o Programa do PCB já colocavam a necessidade deste combate. O regime populista também contemplou essa perspectiva. A estruturação de um instrumento de disputa de visão de mundo e o aprofundamento do projeto em sentido político, econômico, social e cultural faz lembrar a noção de contra-hegemonia em Antonio Gramsci. Termos

¹⁴³ IANNI, Octavio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 2ª Ed. Rev. e ampliada. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989, p. 08.

como povo e setores populares podem remeter a influência do populismo feirense. A ausência de uma proposição que remetesse a uma crítica direta da exploração dos trabalhadores brasileiros pelo capital nacional sugeria um questionamento. Era uma influência da concepção de Revolução Brasileira defendida pelo PCB, onde havia uma expectativa de aliança com uma “burguesia nacional” antiimperialista? Pode significar também uma influência do populismo feirense, que aliou trabalhadores e setores subalternos dos grupos sociais dominantes para enfrentar a expansão do imperialismo e da ditadura sobre a cidade.

Como todos esses sujeitos estavam no debate, acreditamos que este aspecto pode ter sido resultado da confluência de tudo isso. Ainda se pode pensar em outra dimensão estratégica, pois, durante a crise da ditadura militar, setores dos grupos sociais dominantes que integravam o bloco de poder que dava sustentação ao regime começaram a retirar apoio aos militares, buscando construir outro caminho para reestruturar a hegemonia burguesa no país que, segundo Eurlino Coelho, permaneceu em crise na década de 1980, dada a intensidade e amplitude das lutas sociais no país, como combater a ditadura também fazia parte da estratégia do movimento, talvez não fosse estratégico publicar um documento que pensasse a denúncia da exploração da burguesia brasileira pois poderia empurrar os setores da classe dominante para uma reaproximação com os militares. Por outro lado, a própria existência da ditadura, mesmo em estado de abertura política inspirava cautela aos lutadores.

Trata-se, portanto, de uma concepção teórica multifacetada e sofisticada, resultado de intenso trabalho intelectual, em que predominavam os conceitos de diversos ramos do socialismo científico como o de luta de classes, mas, também estavam presentes noções de outras referências como o populismo, o pensamento social cristão e os direitos humanos. O caráter de frente ampla, que aglutinava sujeitos ligados a partidos que já eram verdadeiros “guarda-chuvas” onde se encontravam diversas correntes políticas, movimentos e organizações não partidárias, influenciou a construção do programa. Foi o máximo de unidade que o movimento conseguiu.

Capacidade intelectual de encontrar unidade na diversidade, estava aí a origem da força interna que manteve o movimento, mas também o princípio interno da sua crise e desestruturação. De uma forma ou de outra a concepção teórica do projeto da ADEFS e de *O Grito da Terra* apresentou-se deveras desenvolvida, um sintoma específico de um constante incremento dos meios de produção e reprodução da vida que atingia a sociedade de Feira de Santana e região.

Em um contexto de ascensão das lutas dos setores sociais subalternos no país e crise da ditadura militar os sujeitos da ADEFS começaram a se aproximar mais uns dos outros através da intensificação das lutas sociais em Feira de Santana e região. O engajamento por diferentes correntes políticas como o PT, o grupo “Autênticos” do PMDB, o PCB, a Igreja Católica, o movimento estudantil, o movimento docente, o movimento sindical, associações de trabalhadores rurais e urbanos, o movimento pelos direitos humanos, nos movimentos sociais da cidade permitia pensar uma atuação em comum. Eles percebiam em Feira de Santana uma grita geral dos intelectuais, partidos e organizações de esquerda e de oposição a nível nacional: a necessidade de instrumentos de comunicação popular independentes, dado o monopólio da grande mídia e o controle do Estado sobre os meios de comunicação.

Daí a ideia de criar um jornal. Havia que se aproveitar o espaço político gerado por aquelas lutas para intensificá-las ainda mais e aumentar mais ainda o espaço político de uma abertura política ambígua. Uns vislumbravam inicialmente apenas o retorno à democracia, outros viam nas lutas dos subalternos um caminho para o socialismo. Com base na crítica às experiências de luta adotadas durante a ditadura e às circunstâncias em que se encontrava o país, construíram um projeto embasado na crítica ao Estado ditatorial, em crise desde meados da década de 1970, ao seu apadrinhado estrangeiro, o imperialismo norte-americano e ao que conseguiam perceber, à época, das conseqüências da “expansão do conjunto das relações sociais capitalistas” no país, em Feira de Santana e região, estruturada pela política dos militares.

A percepção das contradições da dependência da economia brasileira frente às potências estrangeiras, com a constante transferência de riquezas para o exterior

permitiu ao projeto um caráter antiimperialista que não se reduzia ao aspecto econômico, mas incorporava a política, a cultura e as relações sociais. O aporte teórico socialista, o populismo e uma concepção de democracia embasada na participação e na vontade popular deram o rumo dessas críticas. A experiência da ascensão das lutas sociais e as suas consequências permitiram pensar a estratégia para a consecução dos objetivos do movimento: apoiar as lutas dos subalternos com vistas ao seu acirramento. Acreditava-se que isso desencadearia um processo de democratização progressiva para que se pudesse chegar a uma nova sociedade nacional e rumar para qualquer outra sociedade que representasse a superação de baixo para cima, daquela em que eles travavam as suas lutas. O socialismo era o rumo, mas diante de tantos interesses e concepções não havia como definir qual socialismo. Era palpável lutar por qualquer socialismo, diante da derrocada do autoritarismo e da iminência do retorno à ditadura direta da burguesia.

Já é possível a esta altura perceber alguns fatores do consenso inicial interno ao movimento, os pontos de convergência com quais os interesses dos diversos sujeitos que compuseram o movimento concordavam. Busca-se traçar os contornos da identidade coletiva que permitia a unidade, para em outro momento explorar a miríade da diversidade que se tornou aparente no devir dos conflitos internos e nas lutas externas nas quais a entidade se envolveu. Partindo da convicção de que o autoritarismo era uma característica da dominação política no Brasil, de que a política econômica da ditadura promoveu a sangria de recursos do país para o exterior, era urgente para aqueles sujeitos acirrar a luta dos trabalhadores e dos setores populares pelo aprofundamento da democracia que levasse a algum socialismo e que defendesse as riquezas nacionais frente ao avanço do imperialismo norte-americano.

Outro ponto de convergência dizia respeito à luta por uma organização política plenamente democrática que permitisse a ampla participação dos diversos setores da sociedade brasileira, principalmente da participação “efetiva e constante” das “classes trabalhadoras”. Essa luta pela participação da classe trabalhadora, na opinião do jornal, conforme dito anteriormente, teria sido obstaculizada ao longo da história do país pela ação dos grupos sociais dominantes.

As classes sociais que sempre estiveram no poder, as denominadas classes dominantes, sempre atuaram e desprenderam todo esforço para evitar uma participação mais ativa das classes populares, exatamente porque os interesses de umas e de outras são diferentes e opostos.¹⁴⁴

Dessa forma a ADEFS chamava a atenção para a repressão à participação política dos trabalhadores levada a efeito pela ditadura militar, mas percebia que a tradição autoritária dos setores sociais dominantes possuía raízes mais profundas na história do país. Estavam definidos desta forma, nas palavras do corpo de opinião, alguns objetivos que motivaram a estruturação do movimento e o principal obstáculo à consecução desses objetivos, os interesses das frações dos setores sociais dominantes. A leitura que faziam da história da sociedade brasileira foi a referência tomada para a estruturação do projeto. O vazio deixado pela ausência de referência à exploração econômica dos trabalhadores por parte do empresariado nacional, sugere uma perspectiva de conciliação de interesses de classe.

Essa perspectiva estava presente na estratégia de revolução brasileira traçada pelo PCB, que sugeria como etapa para a revolução socialista uma revolução democrática burguesa, através de uma conciliação com uma “burguesia nacional” para, dentre outras coisas, combater o imperialismo e os resquícios “feudais”, sem levar em consideração os vínculos que uniam os interesses do empresariado nacional ao *capital-imperialismo*. A busca de conciliação de interesses de classe também esteve presente no populismo, como parte da estratégia para defender interesses dos trabalhadores e de setores subalternos da burguesia brasileira que tinham os seus interesses prejudicados pela ditadura e pela expansão capital-imperialista.

Por outro lado, a política de conciliação de classes sacrificava a perspectiva de autonomia da classe trabalhadora nas lutas sociais. Ainda é preciso considerar que a crise da ditadura e o acirramento das lutas sociais fizeram com que setores da burguesia brasileira, que até então faziam parte do bloco de poder que sustentava o regime, passassem a fazer críticas e a projetar outras formas de reconstruir a

¹⁴⁴ Jornal *O Grito da Terra*. Editorial, Ano I, N.º, 01, p. 02.

dominação política no país. Projetando um país “de baixo para cima”, a ditadura e o imperialismo eram os inimigos em comum. Por outro lado, a concepção de imperialismo que o movimento expôs na prática não atingiu a análise de algumas dimensões da expansão imperialista no interior do país e em Feira de Santana, pelo menos no que diz respeito às matérias aqui consultadas.

Outro princípio afirmava que a iniciativa do jornal também visava “*apoiar os movimentos de libertação da mulher, do negro, do índio, entre outros*”¹⁴⁵. Isto colocava um novo desafio para *O Grito da Terra*: apoiar as diversas pautas de lutas ligadas ao universo feminino inclusive as lutas contra o machismo; apoiar as lutas dos povos negros, das comunidades quilombolas, dos terreiros de Candomblé e Umbanda, além da luta contra o racismo que incidia sobre descendentes de africanos e de indígenas, além da luta de descendentes de judeus, árabes e ciganos. A luta dos povos indígenas em defesa dos seus territórios sagrados e do seu modo de viver. A presença das mulheres no movimento, com certeza influenciou este tópico, o debate sobre mulheres e feminismo já possuía assento nas esquerdas brasileiras.

A questão da inserção das mulheres no mundo do trabalho para além do trabalho doméstico, como afirmaram Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes, possuía relação com a diminuição do poder de compra dos salários, ligada à política de arrocho salarial levada a efeito durante a ditadura que obrigou as famílias trabalhadoras ao recurso do trabalho feminino e infantil na luta cotidiana pela sobrevivência. O objetivo deste tópico era o de enfrentar essas formas de opressão que estavam imbricadas na luta de classes, mas que possuíam nuances específicas como as lutas dos descendentes de africanos, dos índios e das mulheres.

A característica de ser “amplo” estava relacionada com o amplo leque de forças sociais que convergiram para o movimento. A questão da necessidade de ser “independente” estava ligada a pauta de autonomia dos trabalhadores e ao próprio sentido de crítica social adquirido pelo movimento. A dependência do país para com o imperialismo e o autoritarismo do Estado colocava a necessidade de independência para um projeto que pretendia enfrentá-los. O traço de ser objetivo

¹⁴⁵ Ibidem.

podia significar a necessidade de uma linguagem direta e de uma postura imparcial, segundo os sinônimos do termo da forma em que ele foi empregado.

O debate e o confronto de ideias visavam ampliar a percepção dos grupos subalternos a respeito do processo histórico em curso, com vistas ao acirramento das suas lutas, reconhecido como a força motriz indispensável para o alcance dos objetivos do projeto, a estratégia então teria que passar por esse acirramento.

2.3. OS CONFLITOS INTERNOS

Buscando traçar os “contornos da experiência da classe trabalhadora em Feira de Santana”, Manuela Muniz afirma que a linha mestra dos conflitos internos da ADEFS foi desenhada pelas disputas entre “petistas-cutistas” e “MOC-peemidebistas”.

O objetivo central da investigação é: as maneiras pelas quais as disputas entre petistas-cutistas e tradicionais ao longo do período estudado deixam ver os contornos da experiência da classe trabalhadora feirense.¹⁴⁶

Observando que no período da fundação de *O Grito da Terra* a CUT ainda não existia, uma vez que a mesma foi fundada em 1983 e que, por não ser o movimento o objeto central de Manuela Muniz, a autora apenas sinaliza o conflito no interior da ADEFS, por isso pretendemos aprofundar a perspectiva sugerida por Muniz e apontar para outra ordem de conflitos entre a direção, inicialmente denominada de “corpo de opinião” e as organizações de base da entidade. Resta saber se estes conflitos podem ser considerados centrais para as relações no interior da entidade, pois, neste caso, a tese de Manuela Muniz em relação aos conflitos internos da ADEFS estaria contestada, ou se era este apenas um conflito tangencial. Sendo assim, a formulação apenas preencheria uma lacuna dos estudos sobre a entidade. De qualquer forma, a questão metodológica de tentar delinear “os contornos da experiência dos trabalhadores de Feira de Santana” tendo como referência as disputas entre “petistas-cutistas” e “MOC-peemidebistas” dificultou que

¹⁴⁶ MUNIZ, op. cit., p. 11.

a autora desse importância a outras dimensões dos conflitos internos da ADEFS e da experiência da classe trabalhadora.

Outra dimensão dos conflitos internos é percebida, a partir do que sinalizava *O Grito da Terra*, em relação a seu Regimento Interno. O regimento definia que a estrutura política do jornal seria composta por um corpo de opinião e pelas organizações de base.¹⁴⁷ Metade das páginas do jornal seriam dedicadas às matérias produzidas pelo corpo de opinião e a outra metade pelas organizações de base. Havia uma divisão do trabalho no interior do periódico onde o corpo de opinião publicava matérias de cunho temático mais amplo e as organizações de base publicavam as de caráter mais específico em termos temáticos.

Ocorreu no primeiro número do jornal um distanciamento entre a pauta de luta do corpo de opinião e a pauta das organizações de base. Além disso, as matérias do corpo de opinião figuravam nas primeiras páginas do jornal e as últimas eram dedicadas às organizações de base. Havia, portanto, um desencontro de pauta, de luta e de relações políticas entre o corpo de opinião e os organismos da classe trabalhadora. Uma tensão entre intelectuais e trabalhadores que não recebeu a devida atenção por parte de Manuela Muniz. Os conflitos em sentido amplo entre a direção e a base precisam ser consideradas para se entender a história de *O Grito da Terra*. Eles revelavam também um descompasso entre a capacidade da direção de produzir o jornal por parte dos intelectuais e a capacidade das organizações dos trabalhadores em relação à produção e ao consumo produtivo do periódico. As matérias do corpo de opinião quase sempre mais longas e complexas e as matérias das organizações de base, principalmente as associações comunitárias rurais e das associações de Bairro mais curtas e simples.

Sobre esse aspecto Vitto Giannotti, ao discutir as características de um jornal operário, chama a atenção para que as matérias deveriam ser simples e diretas, para facilitar a compreensão por parte dos trabalhadores. Considerando essa avaliação e observando o contraste entre a produção do corpo de opinião e a produção das organizações dos trabalhadores é possível concluir, partindo dos critérios do autor que a escrita das organizações de base estava mais próxima dos

¹⁴⁷ Uma Nova Experiência em Feira de Santana. Jornal *O Grito da Terra*, Ano I, N.º 1. P. 1, Dez/1981.

critérios de um jornal popular que a produção do corpo de opinião. Ligados em sua maioria à Universidade à Igreja Católica e aos Partidos políticos, além do MOC, a capacidade de produzir o jornal por parte dos intelectuais estava em descompasso com as capacidades de produção e de consumo produtivo do jornal pelos trabalhadores. Essa contradição insinua uma possibilidade de avaliação do alcance que o jornal conseguiu obter no que diz respeito à sua produção e ao seu consumo produtivo por parte da classe trabalhadora.

Diante de tal descompasso, é possível perceber que a parte do jornal produzida pelo corpo de opinião poderia gerar dificuldades para a sua leitura mesmo entre os trabalhadores que sabiam ler e escrever. O que sugere que *O Grito da Terra* pode ter sido mais atraente para os intelectuais, que podiam se valer do conjunto das matérias. Considerando as taxas de analfabetismo que atingia 25,5% da população nacional,¹⁴⁸ à época, a facilidade de acesso às rádios por parte da classe trabalhadora e as características do jornal *O Grito da Terra* acrescenta-se mais algumas possibilidades de compreensão da dificuldade de diálogo com a classe trabalhadora, sinalizada nas avaliações da ADEFS e nas páginas da historiografia que deu conta de abordá-la. Manuela Muniz, por exemplo, destaca a percepção do esvaziamento do jornal a partir das avaliações feitas pelo movimento sobre o seu próprio desempenho.¹⁴⁹

Em dezembro de 1981, a primeira edição do jornal deixou bastante evidente esta dicotomia, onde as matérias das associações de bairro e das associações comunitárias rurais apontavam para uma pauta de lutas marcada pela reivindicação de condições básicas de sobrevivência, enquanto o corpo de opinião dedicava sua intervenção a temas mais gerais como as eleições de 1982, por exemplo.

Houve uma espécie de conflito, que possuía vínculos com as relações sociais e a capacidade de cada sujeito produzir e consumir o jornal. Essa contradição expressava-se, no interior da ADEFS, entre os intelectuais e os trabalhadores, que não os impediu de figurarem do mesmo lado nas lutas sociais. Um trabalho de organização das lutas dos trabalhadores em Feira de Santana e região foi resultado

¹⁴⁸ Fonte. IBGE. Censo Demográfico 1950 – 2000. p. 24. Dados relativos à população acima de 15 anos de idade.

¹⁴⁹ MUNIZ, op. cit., p. 164.

da aproximação de intelectuais vinculados à classe trabalhadora, mas, com algum cuidado é possível perceber os desencontros que tiveram repercussão, no projeto e na prática do movimento.

Na sua crítica a um artigo publicado pelo autor de codinome “o prussiano” no jornal parisiense *Vöwarts*, sobre uma revolta de trabalhadores na Silésia na Prússia, Karl Marx sinalizou que a revolta dos trabalhadores, mesmo que localizada em um único lugar, possuía um sentido universal de luta dos trabalhadores contra o processo de seu afastamento da comunidade humana, da condição humana. Ao mesmo tempo Marx atribuiu à luta política um sentido mais restrito. “Em conseqüência, por mais parcial que seja a revolta industrial comporta uma alma universal e por mais universal que seja a revolta política abriga, sob sua forma mais colossal, um espírito mesquinho”.¹⁵⁰

É possível pensar o contraste entre essas lutas por condições básicas de sobrevivência, que tiveram suas experiências organizativas retomadas ainda na década de 1960 em Feira de Santana e a luta política em torno das eleições nessa perspectiva de Marx. As primeiras como lutas contra o afastamento dos trabalhadores da comunidade humana, da condição humana sendo que as relações sociais que produziram este afastamento foram as relações sociais capitalistas. Por isso, parafraseando Marx, as lutas dos trabalhadores da ADEFS possuíam um sentido universal, enquanto que a temática das eleições possuía um sentido mais restrito. Por outro lado, ao se aproximar das lutas dos trabalhadores no sentido da organização e direção dessas lutas, ao buscar inserção nos organismos da classe trabalhadora para intensificá-las, as lutas dos intelectuais também se revestem de um sentido universal. Dessa forma é possível dizer que as lutas de *O Grito da Terra* e da ADEFS possuíam um sentido universal de luta pela humanização dos “desumanizados”. Apesar da aliança, as contradições sociais não deixaram de definir os desencontros no interior do movimento.

Por outro lado, pode-se problematizar a tese de Bernardo Kucinski de que a principal causa de desaparecimento dos jornais alternativos no início da década de 1980 teria sido a implosão do paradigma leninista levada a efeito pela aparição do

¹⁵⁰ MARX, Karl. Glosas críticas ao artigo. O Rei da Prússia e a reforma social. De “Um prussiano”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Luta de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 50.

PT. Se o PT trouxe a influência leninista para o interior da ADEFS, expresso por exemplo na organização de vanguarda e base então o argumento de Kucinski de implosão do paradigma leninista pelo partido passa a encontrar dificuldades de se sustentar no caso estudado. Partimos assim para as lutas que o movimento deu visibilidade no início da década de 1980, que norteou a inserção da ADEFS nas lutas sociais.

2.4. AS LUTAS

Ao analisar a “Questão Agrária no Brasil”, Caio Prado Júnior afirma que um dos fatores que motivaram o golpe de 1964 foi o acirramento da pressão popular em torno da reformas das estruturas agrárias e relações de trabalho rural.¹⁵¹ Já Virgínia Fontes chama a atenção para o fato de que a expansão capitalista no Brasil possui como uma das principais faces o processo de expropriações com vistas à produção de massas de trabalhadores despossuídos, aos quais restará a opção de vender sua força de trabalho em nome da sobrevivência.

Expandir relações sociais capitalistas corresponde, portanto, em primeiro lugar, à expansão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, independentemente da forma jurídica que venha a recobrir a atividade laboral de tais seres sociais. A *expropriação primária*, original, de grandes massas camponesas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda.¹⁵²

Alguns exemplos de expropriação dos trabalhadores receberam visibilidade em *O Grito da Terra*. Também mereceram destaque as lutas dos trabalhadores contra as expropriações no meio rural. A grilagem de terras que quase sempre contava com o apoio de políticos e policiais, foi um dos mecanismos pelos quais os grupos dominantes se apropriaram das terras, produzindo assim trabalhadores

¹⁵¹ PRADO JÚNIOR. Caio. *A Questão Agrária*. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

¹⁵² FONTES, op. cit., p. 44.

expropriados. Na luta pela terra, setores da Igreja Católica se aproximaram dos trabalhadores do campo fortalecendo as suas lutas.

Os padres Aristides Camilo e Francisco Guriou e mais 13 posseiros estão sendo processados pela Lei de Segurança Nacional. Os padres ficaram do lado dos trabalhadores rurais posseiros na região do Araguaia, na luta pela terra, sendo acusados de “incitamento à desobediência coletiva às leis e à luta de classes”.¹⁵³

Na região de Feira de Santana estava em curso o processo de *expropriações primárias*. A grilagem de terras foi uma das formas mais violentas de expropriação, com vistas a expulsar os trabalhadores do campo tornando-os desprovidos dos meios básicos de sobrevivência.

A grilagem continua no município de Freira de Santana e recentemente dois fatos aconteceram, um grileiro com o seu advogado ameaçou um posseiro e destruiu a sua plantação no distrito de Tiquaruçu. E neste mesmo distrito um vereador do PMDB mandou a sua irmã queimar a casa de um trabalhador rural.¹⁵⁴

A luta dos trabalhadores contra a grilagem foi dramática, é preciso destacar que um “vereador do PMDB”, partido integrante do movimento ordenou a queima da casa de uma trabalhadora. Em resposta às violências das expropriações, mulheres e crianças se colocavam à frente das máquinas para evitar o avanço da devastação. Um exemplo disso ocorreu em 1982 quando *O Grito da Terra* denunciou a prática da grilagem no município de Araci ao norte de Feira de Santana.

Mais de 60 famílias que nasceram e se criaram na fazenda Ribeira. Situada a 26 quilômetros da sede do município de Araci estão agora ameaçadas de expulsão pelo grileiro de nome Otávio. Segundo os posseiros, lavradores que sempre viveram daquela terra os seus avós e os seus pais nasceram e se criaram ali. Agora aparece esse tal Otávio de Coração de Maria, que se diz dono de todas aquelas terras. Que devem dar mais de 500 tarefas. A reação dos posseiros foi imediata, não tendo outro meio de se defenderem, as mulheres e as crianças impediram o avanço do trator, apesar dos policiais fortemente armados.¹⁵⁵

¹⁵³ *Padres processados pela L. S. N. Jornal O Grito da Terra. Ano I, N.º, 01, p. 03. Dez./ 1981.*

¹⁵⁴ *A cada dia que passa o trabalhador rural sofre mais. Jornal O Grito da Terra. Ano I, N.º, 01, p. 06. Dez./1981.*

¹⁵⁵ *Polícia ajuda grileiros a invadir terras em Araci. Jornal O Grito Da Terra. Ano I N.º. 02. p. Janeiro/1982.*

A edição de O Grito da Terra de abril de 1982 traz uma reportagem sobre grilagem de terras na Fazenda Canabrava em Boa Vista do Tupim na Chapada Diamantina. Esta se dá num clima de terror por parte dos grileiros com ameaças e violências diversas e os trabalhadores tendo que deixar suas terras.

A Fazenda Canabrava se localiza no município de Boa Vista do Tupim, na Chapada Diamantina, no Estado da Bahia. Não se sabe exatamente o seu tamanho, mas fica em torno de 17 mil tarefas de terras. A fazenda é parte de uma antiga Sesmaria e sempre foi habitada por trabalhadores rurais que ocupam parte de suas terras. Recentemente apareceu Miguel Antonio Osório Teixeira, um Português que mora em Salvador, dizendo-se proprietário daquelas terras e começa a praticar atos de grilagem. Os posseiros que trabalham naquelas terras, em torno de 300, estão desesperados com as constantes ameaças que vem recebendo. Vários jagunços disfarçados de cortadores de madeira estão na fazenda armados ameaçando os posseiros, segundo declarações deles próprios.

Miguel Antonio, o grileiro, entrou com uma ação na justiça pedindo a expulsão de Antonio Alencar Oliveira e demais posseiros, e propondo que a justiça proíba que os posseiros recebessem qualquer tipo de empréstimo junto ao Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bradesco e Baneb.

Ao lado disso, aliados do grileiro que moram em fazendas vizinhas, como Miguel Ametério Santana e Valdemar Alves de Lima, criadores de gado vêm a 18 anos prejudicando os posseiros da fazenda Canabrava, pondo o seu gado para destruir as plantações dos trabalhadores daquelas terras.

Isso faz com que os posseiros, a exemplo de Carlos Pinto da Silva, fiquem vigiando as suas roças durante todas as noites a fim de evitar a ação dos “amigos do grileiro”, como são conhecidos. Os posseiros que já não tem mais para quem apelar na ação destruidora do gado., estão ameaçando “começar a matar cada cabeça que pisar na roça”, como afirmam, mas tem contra eles a ameaça dos “amigos do grileiro” que já mandou o recado de que se “alguém matar alguma cabeça esse alguém será morto”.¹⁵⁶

A longa citação se faz necessária para que se possa perceber alguns movimentos deste processo de grilagem ligado à luta pela terra e tentar situá-lo num quadro mais amplo. A linha de demarcação de classe é óbvia, o grileiro não agia sozinho, usava jagunços, recebiam o apoio de fazendeiros, de lideranças políticas, policiais, acionavam a justiça que davam sustentação ao processo, visava retirar das mãos dos trabalhadores os seus meios de sobrevivência atendiam a interesses do

¹⁵⁶ Grilagem corre à solta. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º 04, p. 02, Abr./1982.

patronato rural, da burguesia industrial e tentavam impedir que os trabalhadores tivessem acesso ao crédito, sendo que para isso contavam com os bancos. O acirramento da luta colocou os lutadores mais nitidamente em campos antagônicos. De um lado, os trabalhadores vigiando as roças noite e dia, ameaçando matar o gado que invadia e destruía as plantações, sofrendo ameaças de morte e tentando resistir de todas as formas. Para isso contavam com o apoio das forças que compunham a ADEFS. E de outro o terrorismo dos grileiros e seus aliados, em sua maioria membros da sociedade política. Essa era a forma da qual se revestia uma dimensão da luta de classes em função das mediações que ela passava, principalmente com respeito à sua polarização a nível mundial como resultado do percurso da Guerra Fria.

Mas, em última instância, o que estava em jogo era o controle sobre um meio de produção, a terra, defendido por trabalhadores e sendo pilhado pelas “aves de rapina” chamadas grileiro, com o apoio de agentes do Estado. Pelo que se expôs até aqui, claro está que os grileiros não estavam sozinhos na empreitada, o Estado estava lá. Por outro lado, a porção feirense do Estado possuía uma relação diferente com os trabalhadores, o que ajuda a compreender porque as associações de Bairro como a AMORUN e a AMOSAP se relacionavam de forma mais passiva com os governantes e chegavam mesmo a se identificar com os mesmos. O conflito de classe foi mais apaziguado em Feira de Santana e se expressou num recorte temporal específico dadas as especificidades das lutas e da porção feirense do Estado nos governos de Colbert Martins.

Encerramos aqui a abordagem da grilagem de terras, mas, *O Grito da Terra* denunciou em suas edições seguintes vários conflitos em torno da luta pela terra. Eles faziam parte de processos mais amplos aos quais nos reportaremos posteriormente. Não se tratavam, portanto, de casos isolados de grilagem - nem mesmo a grilagem de terras foi a única forma de expropriação em curso na região de Feira de Santana - mas de uma prática sistemática em que pessoas influentes se valiam de policiais e agentes da justiça e de lideranças políticas para consolidar a expropriação dos trabalhadores e das trabalhadoras dos meios sociais de produção

e reprodução da vida. A ADEFS tomou parte nestas lutas defendendo os trabalhadores.

Outra ordem de violências contra trabalhadores rurais por parte do Estado diz respeito à construção da barragem de Pedra do Cavalo pelo governo da Bahia, que expulsou em torno de 30 mil trabalhadores das suas terras.¹⁵⁷ Nas páginas dos jornais que publicava a propaganda da barragem destacavam-se os benefícios delas, *O Grito da Terra* demonstrou outras dimensões que a grande imprensa fazia questão de silenciar.

Muitos fatores aglutinavam os trabalhadores nestas lutas a própria expropriação lhes colocava numa relação de aproximação uns dos outros. A religião cumpriu um importante papel nesse sentido como catalisadora do protesto social. No seio das questões agrárias, as matérias que recorriam a Deus foram comuns nas páginas do periódico, tanto no sentido de mostrar o absurdo das expropriações quanto no sentido de pedir proteção contra os poderosos interesses envolvidos na grilagem de terras.

Deus criador entregou a terra aos homens (a todos os homens) para que a submetessem aos seus cuidados e dela tirassem o seu sustento. Os bens materiais são causa de separação de egoísmo, mas isso é contra Deus. A terra e os bens materiais devem servir a todos os homens. Vejamos o que diz Santo Ambrósio: “A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos”. Foram os homens que implantaram e distinguiram as propriedades e o regime de servidão. Conforme a natureza o que existia era a posse comum da terra e todos livres.¹⁵⁸

A menção a Deus nas páginas do periódico era fator de aglutinação do movimento. Aparece aqui a outra parte da concepção marxiana sobre a função da religião na sociedade, ou seja, a religião como suspiro da criatura oprimida, como catalisadora do protesto social, nas palavras de Marx, “A angústia religiosa é ao mesmo tempo a expressão da dor real e o protesto contra ela. A religião é o suspiro da

¹⁵⁷ 30 mil pessoas desabrigadas pela construção de Pedra do Cavalo. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 12, p. 01.

¹⁵⁸ PRADO, Luiz Alves do. *O que Deus diz de tudo isso*. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 01, p. 6. Jan./ 1982.

criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, tal como o é o espírito de uma situação sem espírito. É o ópio do povo”.¹⁵⁹

Alguns estudiosos do marxismo levam em consideração apenas a parte da assertiva marxiana, que se refere à religião como ópio do povo, como fator de alienação e produção de individualismo. Em outra matéria publicada, um trabalhador usa um trecho do Papa João Paulo II para dizer que os bispos e padres tem que se envolver na defesa dos pequenos agricultores nas questões que envolvem a terra.¹⁶⁰

A concepção de luta pela posse comum da terra está para além da luta por direitos e pela cidadania liberal, implicaria mesmo um reordenamento da estrutura agrária do país, do regime de propriedade e das relações de trabalho no campo, e, portanto, da correlação de forças entre os trabalhadores e o Estado. Isso evidencia que as lutas entre Estado e trabalhadores na região de Feira de Santana, extrapolaram os limites da luta por direitos e por cidadania tão francamente louvada pelos intelectuais dos novos movimentos sociais como limite insuperável para as lutas dos trabalhadores num esforço de proteção à ordem capitalista.

Por outro lado, o processo de expropriações estava ligado ao movimento de expansão do conjunto das relações sociais capitalistas em curso no país, conforme afirma Virgínia Fontes. Disto decorre que, na prática, a ADEFS estava se opondo a este processo, pelo menos no que diz respeito às expropriações ligadas à questão agrária na região de Feira de Santana, a ADEFS assumiu uma postura anti-capitalista.

Considerando que no período de 1970 a 1980 Feira de Santana recebeu algo em torno de 200 mil pessoas¹⁶¹, é possível compreender, acompanhando Virgínia Fontes que o processo de expropriações que arrancava dos trabalhadores as suas condições de sobrevivência, foi mais amplo e não se restringiu à região de Feira de Santana.

A pauta de defesa dos interesses dos trabalhadores aparece revestida de um conteúdo dramático ligado às migrações que fizeram convergir para Feira de Santana um grande contingente de trabalhadores do Ceará, de Pernambuco de

¹⁵⁹ MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

¹⁶⁰ PRADO, Luiz Alves do. Religião: diálogo com um agricultor. *Jornal O Grito a Terra*. Ano 01, N.º 02, p. 04, Janeiro de 1982.

¹⁶¹ SANTOS, op. cit., p. 51.

outros estados do Nordeste e outras regiões da Bahia. A memória da Rua Nova, recuperada pelo Sr. Edvaldo Rios dá uma ideia da composição étnica e regional dos migrantes que vieram para Feira de Santana desde a década de 1940.¹⁶²

Estava em curso um processo de retirada dos trabalhadores de condições básicas de sobrevivência que atendia a interesses dos grupos dominantes e por isso, contava com o apoio de agentes da sociedade política. Os meios de comunicação convenciam os trabalhadores das vantagens de se residir na cidade, e a promessa da “modernização” convenciam os trabalhadores de que a cidade era um lugar melhor pra se viver. Na cidade, os serviços de saúde e justiça, arrancavam dos trabalhadores essa condição. Desse mesmo seio de serviços os setores subalternos dos grupos sociais dominantes aproximavam-se da classe trabalhadora para tentar organizar e dirigir as lutas dos trabalhadores, às vezes sob o custo do sacrifício da autonomia da classe.

Ao dar visibilidade às expropriações na região de Feira de Santana, a ADEFS buscava defender os interesses dos trabalhadores, ao defender os interesses dos trabalhadores colocava-se em contraponto à expansão capital-imperialista na região, procurando inclusive dificultar a ocorrência de novas investidas dos grupos dominantes através da divulgação de tais investidas.

E qual o papel do Estado nestas lutas? Estava defendendo os interesses dos grileiros, praticando expropriações em massa como no caso de Pedra do Cavalo, ou dispendo policiais armados para presenciarem a tentativa de expulsão dos trabalhadores de suas terras. À medida que os trabalhadores eram expulsos de suas terras, vários setores da classe dominante se beneficiavam do processo de migração. A Concentração da propriedade da terra favorecia os grileiros e a formação de um exército industrial de reserva favorecia aos interesses da burguesia industrial, comercial e do setor de serviços. Logo é de luta de classes que estamos tratando, lutas dos trabalhadores e seus aliados contra os interesses dos grupos dominantes incrustados no Estado e seus aliados. Neste caso os trabalhadores

¹⁶² SOUZA, Eronize Lima (2008). *Apud.* MUNIZ, Manuela da Silva. *Em busca da experiência: paternalismo, lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)*. Dissertação de Mestrado – Feira de Santana: UEFS, 2011. p. 46.

vêm à cena política para lutar contra o Estado. Como a ADEFS possuía vínculos com o executivo feirense, uma vez que um dos seus principais sujeitos, o PMDB governava o município entre 1981 e 1982, pode-se afirmar que uma porção feirense do Estado aliou-se aos trabalhadores nas lutas contra essas expressões da expansão de relações capitalistas. Os trabalhadores possuíam, porém, um vínculo que contrastava com a premissa metodológica da historiadora Ângela de Castro Gomes, que, estudando o processo de ascensão da classe trabalhadora ao posto de ator político significativo durante a Era Vargas, recusa-se ao uso do conceito de populismo para explicar a relação entre o Estado e a classe trabalhadora no Brasil. A conciliação conflituosa de interesses de grupos subalternos dos setores sociais dominantes com os interesses da classe trabalhadora em um processo de aprofundamento do valor de troca em relação ao valor de uso, no desenvolvimento do capitalismo nacional, conforme construção teórica de Otávio Ianni refere-se ao populismo. No caso da ADEFS o populismo era a estratégia momentânea, numa etapa para o socialismo.

Acreditamos que os casos apresentados até aqui na região de Feira de Santana são aspectos parciais de uma série de expropriações que contribuiu para transformação de trabalhadores que possuíam algum controle dos seus meios de sobrevivência em trabalhadores despossuídos, livres apenas para vender sua força de trabalho, parafraseando Marx. Essas expropriações não estão desvinculadas das migrações, da urbanização e da industrialização em Feira. As necessidades de força de trabalho expropriada, de mercado consumidor, de formação de um exército industrial de reserva, elementos fundamentais para o processo de expansão das relações capitalistas em de Feira de Santana, também foram abastecidas por essas expropriações. Além disso, Virgínia Fontes chama atenção para o fato de as expropriações serem uma face fundamental da expansão do conjunto das relações sociais capitalistas no país. A nível mundial a *crise do capitalismo tardio* e o contexto da Guerra-Fria influenciavam os conflitos que se operavam nos “quatro cantos” do planeta.

Rezava ainda a carta de princípios que o jornal deveria “apoiar o movimento dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação nacional e social”.¹⁶³ Neste princípio o movimento apresentava a sua estratégia e o seu objetivo de atingir uma nova sociedade. A libertação social dos trabalhadores implicava em um país sem patrões, a libertação nacional implicava em romper com a dependência externa. De acordo com o projeto, ambas dependiam das lutas dos trabalhadores e dos povos. Em se tratando dos descendentes de africanos indígenas e árabes, essa libertação passava pela luta contra o racismo. Os ciganos e descendentes contra a xenofobia. Estas pautas, entretanto, não estavam dissociadas da luta pelo socialismo, por isso a libertação dos trabalhadores implicaria na superação da sociedade de classes. O que coloca a perspectiva do movimento para além da luta por direitos e pela cidadania liberal, contrariando, no caso específico da ADEFS, o que afirmam os denominados “intelectuais dos novos movimentos sociais”,¹⁶⁴ para os movimentos sociais brasileiros das décadas de 1970 e 1980. Estava em curso outra concepção de democracia com outra função social para além da democracia liberal.

O caminho para um país socialista passava por um Estado de Direito onde todas as correntes políticas seriam debatidas e cujos rumos seriam movidos pelas lutas dos trabalhadores. No que diz respeito ao princípio da luta pela “libertação social e nacional dos trabalhadores” que, na região de Feira de Santana, passou pelo combate aos comerciantes intermediários, *O Grito da Terra* e a ADEFS continuaram o trabalho construído frente às associações comunitárias rurais e às associações de bairro pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC).

Na cidade, a organização de despensas comunitárias no interior das Associações de Bairro permite supor uma outra dimensão da reação dos trabalhadores contra o controle do acesso ao alimento pelos comerciantes. A atuação dos intermediários era uma forma de exploração dos trabalhadores. Essa prática chocou-se com as condições de vida dos trabalhadores, inclusive com a

¹⁶³ Carta de Princípios do Jornal *O Grito da Terra*. Ano 1, N.º1, p. 02, Dez./1981.

¹⁶⁴ COELHO, Eurelino. *As novas faces do socialismo burguês: Sobre uma categoria do Manifesto de 1848, os novos movimentos sociais e seus intelectuais*, p. 02.

concepção do que seria admissível se lucrar 100% numa operação comercial.¹⁶⁵ A expansão capital-imperialista encontrava resistência nas relações comerciais tradicionais. No caso da expansão do capitalismo agrário na Inglaterra oitocentista, Edward Palmer Thompson destacou em *Costumes em Comum* conflitos entre a expansão dos interesses da *gentry* e os costumes dos trabalhadores no mercado de alimentos. Algo análogo esteve em curso nos conflitos entre comerciantes intermediários e os trabalhadores na região de Feira de Santana.

A experiência de exploração criou as condições para o trabalho de intelectuais vinculados aos trabalhadores, que permitiu uma reação a essa exploração por parte dos trabalhadores do campo e da cidade. Esses intelectuais estavam reunidos no Movimento de Organização Comunitária (MOC), fizeram parte da ADEFS e escreviam em *O Grito da Terra*.

Expropriados da posse da terra, desprovidos de condições básicas de sobrevivência e explorados na zona rural pelos proprietários e comerciantes intermediários, os trabalhadores se organizaram para lutar contra essas condições de existência. Na cidade, exigindo da prefeitura acesso a água encanada, moradia, transporte coletivo, escolas, postos de saúde, para isso encontraram apoio no trabalho de intelectuais que se vincularam à classe trabalhadora e contribuíram para o aprofundamento das suas lutas. A luta se dava no sentido de resistir à expansão capital-imperialista e garantir para os trabalhadores condições básicas de sobrevivência, já possíveis para aquelas circunstâncias em Feira de Santana e região.

2.4.1. A luta dos povos negros

A temática da negritude teve espaço mais constantemente em *O Grito da Terra* como chamadas à leitura do jornal *O Nego*, do Movimento Negro Unificado (MNU). A primeira intervenção com esse formato apareceu na última página da

¹⁶⁵ Algo que se assemelha ao conceito de “economia moral”, que E. P. Thompson construiu ao analisar os conflitos entre os Camponeses e a *gentry* no século XVIII inglês. Thompson, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. p. 150-202.

primeira edição do jornal lançado em dezembro de 1981. Uma segunda matéria sobre a temática aparece em na edição de abril de 1982.

A África do Sul é um país cuja população é quase toda formada de negros. No entanto é governado pela maioria [sic] branca que impõe suas normas sobre a maioria negra. O negro não pode exercer as mesmas funções que os brancos e nem pode morar no mesmo local. Recentemente o governo opressor da África do Sul proibiu os negros de habitarem na mais importante cidade do país, a cidade do Cabo. Por conta da nova lei, muitas famílias que tinham membros brancos e negros tiveram de ser divididos [sic]. Por isso, cerca de 80 negros entraram em greve de fome, exigindo o direito de permanecer com suas famílias.

A África do Sul é talvez o país, onde a discriminação racial é mais violenta em todo o mundo.¹⁶⁶

O enfrentamento ao regime do Apartheid na África do Sul e a denúncia da discriminação racial apareceram nas páginas do periódico. As condições dramáticas em que vivia a população negra naquele país. O domínio político dos brancos aparece como fundamento da discriminação racial. Não se pode esquecer que a ADEFS teve como prioridade temática as lutas da classe trabalhadora, como a classe trabalhadora brasileira era majoritariamente composta por descendentes de africanos e indígenas, não havia como dissociar o debate étnico do debate de classe. A centralidade do debate era a luta de classes, pois, mesmo aparecendo o debate étnico, ele estava entrelaçado aos conflitos de classe. O caráter do racismo na África do Sul é entrelaçado ao domínio político dos brancos. O título dado à matéria foi ambíguo, ao mesmo tempo que abria a possibilidade de trazer à tona o pressuposto do racismo, denunciando-o, ao afirmar, ironicamente “Negro é negro. Não é gente”, para se referir à concepção do Apartheid na África do Sul, pela força da expressão, *O Grito da Terra* deu uma contribuição involuntária à própria ideia que combateu com a matéria.

¹⁶⁶ Negro é negro. Não é gente. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I. Nº. 4. p. 5. Abril 1982.

2.4.2. As lutas das mulheres

A temática das lutas das mulheres presente na carta de princípios também apareceu em *O Grito da Terra* indissociada da questão da luta de classes. Através de depoimento colhido por Joseli Chaves, Maria José dos Reis Caldas, doméstica e merendeira do Prédio da Favela do Horto e Maria de Carvalho Souza, membro da comissão de apoio da diretoria da APAEB, relataram as dificuldades enfrentadas em suas condições de vida e reclamaram direitos iguais e a ajuda dos homens para as tarefas domésticas.¹⁶⁷

A mulher que trabalha fora de casa é uma dificuldade, ou bem ajuda o marido ou bem cuida da casa. Trabalho muito, não tenho quem me dê nada, pois meu marido é doente. Trabalho três dias por semana numa fazenda como cozinheira e o resto do tempo como merendeira, que só de agora em diante vou começar a receber. Todo tipo de trabalho que aparece eu faço, pois a vida está dura.

Mas em casa é nós mulheres quem cuida dos filhos, geralmente quando chega à noite temos que aprontar a comida para o outro dia, o homem nunca ajuda nestas tarefas. As mulheres sabem mais fazer economia em casa do que os próprios homens. Na minha casa sempre fui eu que fastei mais desde muito tempo. As mulheres sempre ganham menos pelo seu trabalho, embora fazendo coisas com a mesma perfeição, isto não está certo. Os homens deveriam ajudar as mulheres e se interessarem pelo seu trabalho, pois só juntos podemos resolver os nossos problemas.¹⁶⁸

A matéria traz à tona uma percepção da desigualdade entre homens e mulheres e o reclame para que os homens dividissem o trabalho doméstico com as mulheres que possuíam até tripla jornada de trabalho. Numa dessas jornadas D. Maria José Caldas ainda encontrava uma forma de se dedicar ao trabalho social como merendeira. O trato da experiência feminina possuía assento na esquerda brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Havia jornais independentes que tratavam especificamente da questão das mulheres e do feminismo. Em *O Grito da Terra* o cotidiano das mulheres trabalhadoras foi sinalizado. A experiência de luta deu uma noção mais ampliada da problemática feminina ligada à luta por condições básicas

¹⁶⁷ Fala mulher. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º04, p. 06, Abr./1982.

¹⁶⁸ Idem.

de sobrevivência, ou seja a condição de pertencimento à classe que era obrigada a vender a sua força de trabalho para sobreviver.

Se a gente for olhar o trabalho em casa não fazemos nada na nossa luta, mas a gente vê que o necessário não é só cuidar da casa. Passo dificuldade pois tenho família para dar conta, eu e meu marido somos sócios da APAEB, já tem dez anos que participo dessa luta, comecei lá na comunidade. Agora as meninas estão aqui na cidade trabalhando e estudando. Pois para estudar elas tem que trabalhar. Eu não tenho hora para dormir, se eu tenho uma reunião, faço tudo à noite para deixar as coisas arrumadas em casa, mesmo com estas dificuldades a luta é mais forte, ela parece que chama a gente, eu nem sei explicar. Agora na campanha para a tomada do nosso sindicato, às vezes a gente nem come, chega em casa à noite. Eu acho que a mulher tem que participar, pois eu trabalho na casa, na máquina e na lavoura, mas vejo, se deixar a luta é pior.¹⁶⁹

A consciência da necessidade da luta foi forjada nas lutas sociais. O que há de geral neste aspecto das lutas das mulheres foi destacado por Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes. Conforme dito antes, com a política de “arrocho salarial” e a deterioração do poder de compra dos salários e o crescimento do desemprego, as famílias da classe trabalhadora foram obrigadas a recorrer ao trabalho feminino fora do domicílio e infantil, causando conflitos e desintegração no âmbito das relações familiares dos trabalhadores. As mulheres são obrigadas à assunção de dupla e até tripla jornada de trabalho, os costumes familiares se chocaram com a nova realidade, as transformações acirravam conflitos e oposições no interior das famílias. As lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores faziam ver que os adversários não estavam dentro de casa, mas os seus interesses e valores atingiam o interior dos lares dos trabalhadores e das trabalhadoras, para tentar construir a concepção de que as lutas das mulheres se restringia à luta contra o machismo. Claro está que a expansão de relações sociais capitalistas capitaneada pelo Estado ditatorial determinava as dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

¹⁶⁹ Ibidem.

2.4.2. As lutas dos povos indígenas

Nas edições consultadas não localizamos matérias sobre os interesses específicos dos povos indígenas, o que não significa que as mesmas não possam ter existido. A ausência no universo consultado, porém, permite supor que os interesses dos povos indígenas ocupavam um espaço secundário no interior do jornal.

2.4.3. O sentido das lutas

As lutas da ADEFS concentraram-se na estratégia de dar visibilidade às lutas dos trabalhadores do campo e da cidade com vistas à sua intensificação. Postura coerente com o programa socialpopulista que preconizava o desenvolvimento de um capitalismo nacional, como parte de uma estratégia para se chegar ao socialismo, numa concepção de que o Brasil era um país majoritariamente agrário e que só com o desenvolvimento do capitalismo e o enfrentamento ao imperialismo seriam criadas as condições para o desfecho de uma revolução socialista. Bem ao modo do pensamento do Partido Comunista Brasileiro.

2.5.2. A ADEFS e a revolução brasileira

Concorda com isso o texto de Antonio Ozetti Neto, um dos principais intelectuais do movimento, sobre a sua trajetória no movimento popular em Feira de Santana desde a atuação como médico nos movimentos sociais como a AMORUN a assessor do MOC, como Presidente Fundador do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana e do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, a dirigente da ADEFS e articulista de O Grito da Terra, chegando a ser candidato a prefeito pelo PT de Feira em 1982.¹⁷⁰

¹⁷⁰ NETO, Antonio Ozetti. Texto sobre a sua trajetória no movimento popular em Feira de Santana. 07/07/2017.

Na época, equivocadamente me inclinei pela análise de que o Brasil era um país predominantemente agrário (o que não deixava de ser verdade, mas não levava em consideração que caminhava aceleradamente para uma urbanização predominante), semi feudal e semi colonial, e que portanto o caráter da revolução seria nacional e democrática.

A perspectiva revolucionária passava pelo desenvolvimento do capitalismo no país. Essa concepção atravessou o projeto e as lutas da entidade. O enfrentamento à ditadura, a luta antiimperialista e o desenvolvimento das relações capitalistas no país foram as pautas mais gerais em torno das quais se aglutinaram os sujeitos da ADEFS. O conjunto das relações sociais empurrava os trabalhadores para a carência condições básicas de sobrevivência por isso a luta dos trabalhadores e dos intelectuais vinculados à classe trabalhadora se ergueu como luta econômica, política, social e cultural desde a luta pela terra e pelo alimento ao enfrentamento do imperialismo. As dimensões das lutas de cada sujeito do movimento revelavam a forma como cada um deles experimentava o processo e trazia à tona os conflitos internos do movimento. A totalidade da vida social impunha, porém, a necessidade da aproximação diante de adversários em comum e de um projeto de país livre da exploração capitalista e da dominação de classe.

CONCLUSÃO

O acirramento da luta antiimperialista em diversos países da periferia do capitalismo mundial nas décadas de 1960, 1970 e 1980, que na Nicarágua, por exemplo, convergiu para a formação de uma frente revolucionária¹⁷¹ e a ascensão das lutas sociais no Brasil a partir de meados da década de 1970 e na década de 1980, são fenômenos que ajudam a compreender o surgimento de *O Grito da Terra* e da ADEFS, uma vez que a luta antiimperialista compõe o projeto e a atuação do movimento, a referência ao acirramento das lutas populares no país está presente no editorial do primeiro número do jornal como fator que originou a organização do movimento, além da visibilidade dadas às lutas dos setores subalternos nas edições do jornal e o posicionamento de apoio a essas lutas.

Nesse sentido, é possível supor que o movimento social que deu origem ao *Grito da Terra* e à ADEFS fazia parte de um fenômeno mais amplo de acirramento das lutas antiimperialistas na periferia do capitalismo mundial, que possuía vínculos com a ascensão das lutas sociais no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, que não deixou de repercutir nas lutas sociais em Feira de Santana e região, do que o próprio processo que deu origem à ADEFS é um testemunho. O movimento social que organizou o jornal *O Grito da Terra* e a ADEFS centralizou-se em contexto de transição do regime militar para um regime democrático num processo de ascensão das lutas sociais no país que aprofundou a crise da ditadura e, por fim, provocou o seu ocaso. Esta marca de transição fincou raízes no interior do movimento que gestou a ADEFS e *O grito da Terra*, principalmente na relação entre os intelectuais os trabalhadores e o Estado.

A pauta mais avançada da luta da ADEFS e de *O Grito da Terra* diagnosticou a ausência de participação popular no exercício do poder no país, provocada pelo autoritarismo dos grupos sociais dominantes, e defendeu a ação popular autônoma dos trabalhadores. Essa ação independente da classe trabalhadora era fundamental para a consecução do conjunto dos objetivos do movimento que pensava um

¹⁷¹ Hipótese desenvolvida por Eurelino Coelho no texto “Hipóteses sobre a luta de classes no capitalismo contemporâneo”. In: COELHO, Eurelino. PENELU, Larissa (Orgs.). Lutas sociais, intelectuais e poder. Problemas de História Social. Feira de Santana. UEFS Editora, 2012.

aprofundamento da democracia pela intensificação das lutas dos setores sociais subalternos. Essa ação independente frente ao Estado e o Capital encontrava adversários em um dos sujeitos do movimento. À frente da Prefeitura Municipal de Feira de Santana o PMDB mantinha a figura dos administradores de Bairro que, segundo os sujeitos de *O Grito da Terra*, cerceava a ação autônoma dos trabalhadores funcionando como um representante da porção feirense do Estado entre os trabalhadores e não o contrário.

Se no movimento social o PMDB aderiu à luta pela autonomia dos trabalhadores à frente da porção feirense do Estado, o Partido reproduzia um instrumento de controle sobre as lutas da classe trabalhadora. Era um sintoma do avanço programático da ADEFS que colocou em contradição a fração subalterna dos grupos sociais dominantes que integrou a experiência do movimento e esteve à frente da prefeitura municipal. Dessa forma, a luta pela autonomia dos trabalhadores chocava-se com o conjunto da configuração do Estado nas suas relações com os trabalhadores tanto no que estava sobre o domínio dos militares como na porção feirense do Estado brasileiro. De um lado a luta pela autonomia e de outro o aparato repressivo, a marca da transição se instaurou no seio do movimento e marcou o seu projeto e as suas lutas.

Outra marca dessa contradição está entre o propósito do desenvolvimento de um capitalismo nacional, em oposição ao imperialismo norte-americano e a perspectiva de luta por uma sociedade sem exploradores nem explorados. A ADEFS e *O Grito da Terra* não tornaram explícita a crítica à exploração dos trabalhadores pelo capital nacional, mas sugeriram várias vezes essa crítica, quando denunciaram o autoritarismo dos grupos sociais dominantes, quando pautaram a libertação nacional e social dos trabalhadores, quando preconizaram uma sociedade sem exploradores e explorados e pautaram a luta autônoma da classe trabalhadora e dos setores populares.

Mais do que contradições essa perspectiva revela a tentativa de conciliar no interior do movimento os projetos revolucionários com os projetos reformistas. Apesar de o PCB ser minoritário entre os sujeitos do movimento, a sua concepção de revolução por etapas que preconizava uma aliança com uma burguesia nacional

“anti-feudal” e “anti-imperialista” pairou sobre as cabeças do movimento. Na concepção do partido era preciso uma revolução democrático burguesa para que o país pudesse desenvolver o capitalismo e só a partir daí ensejar uma revolução socialista. Essa perspectiva desconsiderava os profundos vínculos da burguesia brasileira com o capital-imperialismo e a complementaridade entre os setores “atrasados” da economia brasileira com o setor urbano e industrial, para a qual chamou a atenção Francisco de Oliveira em sua *Crítica à razão dualista*. A perspectiva de revolução por etapas, ou o etapismo encontra uma crítica contundente no próprio pensamento marxiano. Na carta a Vera Zasulich Marx argumenta que a revolução socialista na Rússia não carecia de uma etapa de revolução democrático burguesa para se realizar, pois a coexistência com o capitalismo da Europa Ocidental faria a comunidade aldeã da Rússia poder se apoderar das conquistas da produção capitalista sem precisar passar por todas as suas terríveis vicissitudes. O etapismo derrapa sem sustentação para os escombros da história.

Todas estas contradições possuíam relação com o contexto de transição, onde os elementos do velho e do novo se chocavam mas também se complementavam, na medida que a diversidade de posições das mais reformistas às revolucionárias no âmbito do movimento também encontra assento na sua explicação. Havia que se contemplar os diferentes sujeitos, o PMDB, o PT e o novo sindicalismo, a Teologia da libertação, o etapismo do PCB e os contrários à filiação partidária.

A transição também explica a convivência de setores subalternos dos grupos sociais dominantes como o PMDB, com intelectuais de esquerda e trabalhadores no interior das lutas do movimento. A matéria publicada por Antonio Ozetti Neto que explicava os motivos de o PT não se coligar com o PMDB nas eleições de 1982 deixa evidente esta contradição de classe no interior do movimento.

*“Esses burgueses se unem contra o PDS e forma [sic] o PMDB, o PTB e o PDT e ainda chamam o povo para se unir a eles e levantam falsas promessas tentando convencer que eles mordem mais fraco que o PDS”.*¹⁷²

¹⁷² “O PT e as oposições”. Jornal O Grito da Terra. Ano I, N.º09, p. 04, Set./1982.

Por outro lado, aqueles sujeitos também possuíam interesses em comum pelo menos no que diz respeito ao combate à ditadura e ao imperialismo. O que nos ajuda a compreender a crise da ADEFS e de *O Grito da Terra* após o fim da ditadura militar. Desaparecendo o principal inimigo em comum, os conflitos se intensificam no interior da entidade dando a sua contribuição para a lenta desagregação do movimento. A hipótese construída por Eurelino Coelho sobre uma crise de hegemonia burguesa no país na década de 1980 ajuda a entender os motivos dessa aliança entre intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e intelectuais de classe média e setores dominantes. Sem um projeto que os unificasse algumas frações dos grupos sociais dominantes, encontram assento nas intensas lutas dos trabalhadores e dos setores populares.

A transição também ajuda a compreender o pioneirismo da ADEFS e de *O Grito da Terra* no sentido de uma concepção de luta que, para além de preconizar a autonomia dos trabalhadores compreendia a luta em sentido não só econômico e político, mas também social e cultural. A diversidade de sujeitos que compunha o movimento e sua postura de abertura ao debate com as mais diferentes correntes políticas, levaram o movimento para além de uma pauta estritamente corporativa ou político-partidária. O caráter de frente emprestou a ADEFS uma perspectiva de luta total. Por outro lado as contradições internas de uma frente se exacerbaram diante do fim da ditadura, o que ajudou a desarticular o movimento. Da “fragilidade veio a sua força” e da sua força veio a sua fragilidade que por fim o desarticulou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil: nunca mais. Arquidiocese de São Paulo: Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 – (Coleção Vozes de Bolso).

BRITO, Charlene José de. *Presença Protestante Progressista em Feira de Santana: um Trabalho Ecumênico de Ação Social (1970 -1990)*. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, 2008.

COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. In: *Revista História & Luta de Classes*, Nº 9 – Junho de 2010 (7-16).

COELHO, Eurelino. *As novas faces do socialismo burguês: Sobre uma categoria do Manifesto de 1848, os novos movimentos sociais e seus intelectuais*.

COELHO, Eurelino: Hipóteses sobre a luta de classes no capitalismo contemporâneo. In: COELHO, Eurelino. PENELU, Larissa (orgs.). *Lutas sociais, intelectuais e poder*. – Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. (Tese de doutorado). Niterói-RJ: UFF, 2005.

CORRÊA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para a cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971)*. Feira de Santana: UEFS. (Dissertação de Mestrado em História), 2011.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. *A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. (Tese de doutorado). Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo*. Teoria e História. 2ª. Ed. Rio de Janeiro. EPSJV/Editora, 2010, p. 225.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. – 2. Ed. Rio de Janeiro EPSJV / Editora UFRJ, 2010.

FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.) *O Brasil Republicano*. vol 2 (O tempo do Nacional-estatismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. – 3ª. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 5. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 135.

HOBBSBAWN, Eric J. *Sobre história* – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 2ª Ed. Rev. e ampliada. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989, p. 08.

KUCINSKI, Bernardo. Primeiro Livro. *Jornalistas e Revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed., revista e ampliada. São Paulo. Edusp, 2001.

LEONY, Yolanda Cruz Barreto. *Conflitos trabalhistas: trabalhadores e patrões em ações judiciais em Feira de Santana (1941-1960)*. (Dissertação de Mestrado) – Feira de Santana: UEFS, 2013.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. *O Capital*. Tomo I, Capítulo I. 25ª Edição, Brasil: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. Glosas críticas ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social”. De “Um prussiano”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Luta de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005

MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 241-70 - 2004

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Intelectuais e Estado na Historiografia Brasileira. In: COELHO, Eurelino. PACHECO, Larissa Penelu Bitencurt (Org.). *Lutas sociais, intelectuais e poder: problemas de História Social*. / Eurelino Coelho, Larissa Penelu Bitencurt Pacheco (Org.). – Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina de. FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente*. 1964-1980. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNIZ, Manuela da Silva. *Em busca da experiência: paternalismo, lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)*. Dissertação de Mestrado – Feira de Santana: UEFS, 2011.

PINHO, Deise Carla Santana. *Éta Rua Nova dos Diabos: Representações sobre um bairro pobre na cidade de Feira de Santana. (1970 a 1980)* (Monografia - Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História). Feira de Santana: UEFS, 2010.

PRADO JÚNIOR. Caio. *A Questão Agrária*. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de Santana – Bahia. (1979-2000)*. Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado em História), 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no porto de Santos. In: FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Unicamp, 1999

SILVA, F. T. da e NEGRO, A. L. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.) *O Brasil Republicano, vol 3 O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

SOBRINHO, João Rocha. *Uma História do Exercício da Cidadania no Brasil: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde*. 1ª edição, 2016, p. 191.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. – Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2001.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

FONTES JORNALÍSTICAS

A cada dia que passa o trabalhador rural sofre mais. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, Nº, 01, p. 06. Dez./1981.

APAEB: *Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia*. *Jornal O Grito da Terra*. Ano I, N.º 01, p. 06. Dez/1981.

BARBOSA, Maria Zilma. “*Notícias da Associação dos Moradores do Jardim Cruzeiro*”. *Jornal O Grito da Terra*. Ano 01, N.º 01, p. 07.

Carta de Princípios do jornal *O Grito da Terra*. Ano I – Nº 1 – Dez/ 1981 – p. 2.

Editorial do jornal *O Grito da Terra*, ano 1, nº 1, dez./ 1981, p.2.

Fala mulher. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 01.

Fundada a ADEFS. Jornal *O Grito da Terra*. Julho de 1982, p. 4.

GALEÃO, Sinval. *Os conjuntos e os bairros de hoje*. Jornal *O Grito da Terra*. Ano 1. N.º 01, p. 07. Dez. de 1981.

GONÇALVES, Ovídio. *Associações de Moradores ou Administradores de Bairro*. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 04, p. 05, Abr./1982.

Jornal *O Grito da Terra*, ano 1, nº 1, dez./ 1981, p.2

Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 02, p. 2. Jan/1982. O primeiro número de *O Grito da Terra* é lançado com sucesso.

Jornal *O Grito da Terra*. Ano 1, N.º 4, p. 07, Abr./1982.

Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 04, p. 01.

Negro é negro. Não é gente. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I. Nº. 4. p. 5. Abril 1982.

Nova perspectiva cultural para 82. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º, 02, p. 04. Jan. de 1982.

Notícias da Associação dos Moradores do Jardim Cruzeiro. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 01, p. 07.

O capitalismo agoniza. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 12, p. 07, Dez./1982.

Padres processados pela L. S. N. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º, 01, p. 03. Dez./ 1981.

PRADO, Luiz Alves do. *Religião: diálogo com um agricultor*. Jornal *O Grito a Terra*. Ano 01, N.º 02, p. 04, Janeiro de 1982.

PRADO, Luiz Alves do. *O que Deus diz de tudo isso*. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, Nº 01, p. 6. Jan./ 1982

Polícia ajuda grileiros a invadir terras em Araci. *Jornal O Grito Da Terra*. Ano I Nº. 02. p. Janeiro/1982.

RIOS, Edvaldo de Oliveira. *Movimentos populares e poder populista*. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º, 01. p. 04, Janeiro de 1982.

Uma Nova Experiência em Feira de Santana. Jornal *O Grito da Terra*, Ano I, N.º 1. p 1, Dez/1981.

30 mil pessoas desabrigadas pela construção de Pedra do Cavalo. Jornal *O Grito da Terra*. Ano I, N.º 12, p. 01.

ENTREVISTA.

RIOS, Edivaldo de Oliveira. *Edivaldo de Oliveira Rios*. Depoimento [Maio de 2017]. Entrevistador: Hugo Damasceno de Araújo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Disputando os trabalhadores a Associação das Entidades de Feira de Santana (1981-1990)” do curso de Pós-graduação a nível de Mestrado do. DCHF/UEFS. Maio/ 2017.

SANTANA, José Carlos Barreto de. Entrevista concedida à pesquisa sobre a ADEFS. Gravada em vídeo. Feira de Santana, Maio de 2017.

MEMÓRIA

NETO, Antonio Ozetti. Texto sobre a sua trajetória no movimento popular em Feira de Santana. 07/07/2017. Encaminhado via Whatsap.